



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

RICARDO DOS SANTOS BORGES

**HONRARIAS E MERCADORIAS: OS PRINCIPAIS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO
DE ALIANÇAS NA VILA DE BARCELOS (1755-1765)**

BELEM
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B732h Borges, Ricardo dos Santos.
 Honrarias e mercadorias: os Principais indígenas e a formação de alianças na
 vila de Barcelos (1755-1765) / Ricardo dos Santos Borges. — 2025.
 138 f.

 Orientador(a): Prof. Dr. Décio de Alencar Guzmán
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia
 e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em História, Belém,
 2025.

 1. Principais indígenas. 2. concessões de honrarias. 3. negociações de
 mercadorias. 4. vila de Barcelos. 5. Século
 XVIII. I. Título.

CDD 980.411

RICARDO DOS SANTOS BORGES

**HONRARIAS E MERCADORIAS: OS PRINCIPAIS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO
DE ALIANÇAS NA VILA DE BARCELOS (1755-1765)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Orientada pelo professor Dr. Décio de Alencar Guzmán.

BELÉM
2025

RICARDO DOS SANTOS BORGES

**HONRARIAS E MERCADORIAS: OS PRINCIPAIS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO
DE ALIANÇAS NA VILA DE BARCELOS (1755-1765)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Orientada pelo professor Dr. Décio de Alencar Guzmán.

Data da aprovação: 26/02/2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. Décio de Alencar Guzmán
(Orientador – UFPA)

Prof. Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira
(Examinador Externo à instituição – MPEG)

Prof. Dr. Márcio Couto Henrique
(Examinador Interno – UFPA)

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos de pesquisa em arquivos e bibliotecas entremeados com aulas, seminários, estágio e escrita da dissertação. Embora a pesquisa histórica obrigue aqueles que se dedicam a ela a se debruçarem no estudo das fontes e da bibliografia por longas e solitárias horas, a jornada contou com o apoio de estimadas pessoas às quais gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família por todo o suporte necessário para que eu pudesse me concentrar na realização da pesquisa e no cumprimento de todos os prazos. Em especial, gostaria de agradecer aos meus pais, Marcos e Eliziane, que nunca mediram esforços para me incentivar a buscar tudo aquilo que almejo como pessoa e profissional, sem eles nada disso seria possível. Do mesmo modo, não posso deixar de agradecer a minha irmã Fernanda, que ajudou no desenvolvimento desta pesquisa ao melhorar o meu velho (e conservado) notebook que me acompanha desde o início da graduação e agora me auxiliou na finalização da dissertação de mestrado. Manifesto ainda profunda gratidão a minha companheira de vida Leandra, que além de namorada, continuou neste momento sendo uma dedicada amiga, apoiadora, confidente e cúmplice. Sou grato à Deus por ter cada um de vocês na minha vida!

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa ao longo do último ano do mestrado. O apoio financeiro fornecido contribuiu diretamente para o andamento e conclusão da pesquisa nesse período decisivo. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, que acolheu a minha proposta de pesquisa e proporcionou o crescimento da mesma com a oferta de disciplinas ministradas pelos excelentes professores Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves, Dr. Agenor Sarraf Pacheco, Dr. Décio de Alencar Guzmán, Dr. José Maia Bezerra Neto e Dr. Adalberto Paz, aos quais também sou profundamente grato por terem tornado esse trabalho possível através das orientações, ensinamentos, reflexões e ideias discutidas em sala, que se somaram às suas indicações documentais e bibliográficas. Gostaria de agradecer ainda pelas críticas, orientações e análises realizadas durante o exame de qualificação pelos professores Dr. Márcio Meira e Dr. Márcio Couto, cujos apontamentos ajudaram a refinar as linhas de reflexões necessárias para o aprimoramento desta dissertação.

Sou grato aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará. Sempre fui muito bem recebido nesse espaço de pesquisa que abriga o imenso universo da Amazônia colonial e dos povos indígenas do Rio Negro, sobretudo por Rosana Maria de Lima e Sandra Lucia Amaral Carvalho. Assim como aconteceu no período da pesquisa para a monografia de graduação, ambas continuaram sendo atenciosas, competentes e bondosas comigo nesta etapa da trajetória

acadêmica. Rosana e Sandra não pouparam esforços para atender da melhor forma possível todas as minhas demandas, ao mesmo tempo em que me ajudaram na organização e armazenamento de toda a documentação digitalizada que foi fundamental para o desenvolvimento da dissertação.

Agradeço aos meus poucos, mas valiosos, amigos e colegas do curso de mestrado, que de uma forma ou de outra me apoiaram e contribuíram para chegar no resultado final. Nesse caso, direciono especial atenção e gratidão à Eduarda Peixoto pelos diversos momentos de descontração nos intervalos das aulas, bem como pela ajuda que me deu para participar dos eventos especializados nas discussões que proponho e por ter estado sempre disposta a ouvir sobre os rumos que a temática da pesquisa estava tomando. Aos companheiros dos seminários de orientação Geysse Ribeiro, Eloan Gabriel, Felipe Souza, Maria Góes e Mateus Hughes, que acompanharam as etapas da dissertação por meio das apresentações realizadas em todos os semestres do curso nas salas do prédio do PPHIST e da leitura das versões iniciais dos capítulos, onde recebi excelentes sugestões de bibliografias e de documentações impressas, bem como de ideias que foram importantes para o amadurecimento desta investigação histórica.

Finalmente, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Décio de Alencar Guzmán. Já são anos sob a sua competente, atenta, paciente e generosa orientação, que perpassou pela Iniciação Científica no Museu Emílio Goeldi e por todas as etapas da monografia de conclusão de curso na UFPA. Pelas salas, corredores, bibliotecas, arquivos, seminários e até em lanchonetes de supermercado, desfrutei com o meu orientador de muitos momentos de conversas, de diálogos, de ideias, de críticas construtivas direcionadas à forma como em determinadas ocasiões a pesquisa estava sendo conduzida e de palavras de incentivo. Não seria possível chegar até aqui sem essa excelente companhia e orientação. Muito obrigado, professor Décio!

A toda a minha família.

Dedico

RESUMO

As honrarias e as mercadorias definiram a maneira como as relações de alianças entre Principais indígenas e portugueses se configuraram no rio Negro durante a segunda metade do século XVIII, período em que a região sofreu profundas mudanças em decorrência das reformas pombalinas e dos conflitos geopolíticos nas fronteiras do Noroeste amazônico. Diante disso, a presente dissertação tem por objetivo analisar o papel das concessões de honrarias e das negociações de mercadorias na formação das alianças com os Principais indígenas na vila de Barcelos, entre 1755 e 1765. Mediante a análise da documentação oficial e da bibliografia especializada, buscamos constatar como os avanços dos projetos urbanísticos que visavam reformar toda a rede urbana do território da aldeia de Mariuá para consolidá-la em vila de Barcelos e capital da Capitania de São José do Rio Negro, levaram os Principais a se tornarem os agentes primordiais na intermediação dos descimentos e do controle da mão de obra indígena explorada nessa frente de trabalho, o que suscitou os portugueses a utilizarem novamente os títulos honoríficos e os objetos coloniais como estratégias essenciais no estabelecimento de alianças com tais figuras de autoridade. Na esteira desse processo, procuramos averiguar o papel das concessões de honrarias na manutenção das alianças indígenas e a atuação das *lideranças coloniais*, sob o título honorífico de *Principal*, em funções administrativas, militares e na gestão da mão de obra indígena no âmbito do espaço colonial de Barcelos, bem como nas relações de comércio independente. Em seguida, analisamos também as barganhas de mercadorias que visavam conquistar as alianças dos Principais considerados influentes entre os nativos que lideravam e indispensáveis no intermédio dos descimentos para a vila. A hipótese que se pretende fundamentar neste trabalho é a de que as concessões de honrarias e as negociações de mercadorias, basilares na formação das alianças com os Principais na perspectiva portuguesa, fortaleceram a autoridade política dessas lideranças nativas tanto na vila colonial de Barcelos quanto no mundo indígena situado no rio Negro.

Palavras-chave: Principais indígenas; concessões de honrarias; negociações de mercadorias; vila de Barcelos; Século XVIII.

ABSTRACT

The honors and the merchandises defined the way in which the relations of alliances between the main indigenous people and the Portuguese were configured in the Rio Negro during the second half of the eighteenth century, a period in which the region underwent profound changes as a result of the Pombaline reforms and the geopolitical conflicts on the borders of the Northwest Amazon. In view of this, the present dissertation aims to analyze the role of the concessions of honors and the negotiations of goods in the formation of alliances with the main indigenous people in the village of Barcelos, between 1755 and 1765. Through the analysis of the official documentation and the specialized bibliography, we sought to verify how the advances of the urban projects that aimed to reform the entire urban network of the territory of the village of Mariuá to consolidate it into the village of Barcelos and capital of the Captaincy of São José do Rio Negro, led the Principals to become the primary agents in the intermediation of the descents and the control of the indigenous labor exploited in this work front, which led the Portuguese to use honorific titles and colonial objects again as essential strategies in establishing alliances with such authority figures. In the wake of this process, we sought to ascertain the role of the granting of honors in the maintenance of indigenous alliances and the performance of *colonial leaders*, under the honorific title of *Principal*, in administrative and military functions and in the management of indigenous labor within the colonial space of Barcelos, as well as in independent trade relations. Then, we also analyzed the bargaining of merchandises that aimed to conquer the alliances of the Principals considered influential among the natives they led and indispensable in the middle of the descents to the village. The hypothesis that is intended to be based in this work is that the concessions of honors and the negotiations of merchandises, basic in the formation of alliances with the Principals from the Portuguese perspective, strengthened the political authority of these native leaders both in the colonial village of Barcelos and in the indigenous world located on the Rio Negro.

Keywords: Principals indigenous; concessions of honors; negotiations of merchandises; the village of Barcelos; Eighteenth century.

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1 – Localização das aldeias fundadas e administradas pelos carmelitas no rio Negro. Desenho de João André Schwebel, 1758..... 42
- Mapa 2 – “Mapa Geografico do Rio das Amazonas...”. Desenho de João André Schwebel, 1758..... 94

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Títulos e funções exercidas pelos indígenas Principais em Barcelos..... 63

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – “Prospecto da Aldea de Mariuâ, administrada pelos Religiosos Carmelitas, onde se acha o Arrayal”. Desenho de João André Schwebel, 1758..... 48
- Figura 2 – Planta da vila de Barcelos, rio Negro. Desenho de Felipe Sturm..... 52
- Figura 3 – Prospecto do Lugar de Caldas 73
- Figura 4 – "Canôa de meia coberta". Desenho de Joaquim José Codina, 1785..... 89
- Figura 5 – “Igarité, Ubá, Jangada”. Desenho de Alexandre Rodrigues Ferreira, sem data.... 89

LISTA DE ABREVIATURAS

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

DOC – Documento

FXMF – Francisco Xavier de Mendonça Furtado

MCM – Marcos Carneiro de Mendonça

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – Comércio interétnico, Principalato e a exploração da mão de obra indígena	25
1.1. O comércio interétnico na Amazônia e no rio Negro.....	26
1.2. O <i>Principalato</i> e as lideranças indígenas nos aldeamentos missionários.....	33
1.3. A transformação de Mariuá em vila de Barcelos.....	47
Capítulo 2 – Honrarias, alianças e Principais	56
2.1. A honraria de <i>Principal</i> e as alianças indígenas.....	57
2.2. Os Principais e a manutenção da autoridade indígena na vila de Barcelos.....	62
2.3. Entre o mocambo e a vila: o Principal Manoel e suas relações de comércio independente.....	70
Capítulo 3 – Abastecimento, negociação e mercadorias	86
3.1. Os caminhos fluviais, as embarcações e os tripulantes indígenas.....	87
3.2. O cotidiano da navegação e o desembarque de mercadorias em Barcelos.....	93
3.3. “Façao interessantes as nossas Povoaçóens”: os Principais indígenas e as negociações de mercadorias.....	101
Considerações finais	116
Fontes	120
Referências	124
Anexos	132

INTRODUÇÃO

Concessão: é o ato ou efeito de conceder; outorga ou entrega; permissão, licença, condescendência; privilégio concedido pelo governo a particulares.¹ *Honraria*: diz respeito à grandeza, nobilitação, preeminência ou função de algum cargo; distinção, honra ou manifestação honrosa; graça ou mercê honorífica que proporciona honra a alguém. *Negociação*: é o ato ou efeito de negociar qualquer tipo de negócio entre duas partes ou mais visando acordos, tratados ou alianças. *Mercadoria*: trata-se de qualquer produto (matérias-primas, gêneros, artigos manufaturados etc.) suscetível de ser comprado, vendido² ou, conforme o cenário pré-industrial abordado em nossa pesquisa, negociado em longos processos que objetivam estabelecer pactos de amizade.

As palavras citadas e acompanhadas de seus respectivos conceitos foram aplicadas no contexto da segunda metade do século XVIII no Noroeste Amazônico e no rio Negro colonial, pois esses termos formam o objetivo geral da dissertação: analisar o papel das concessões de honorarias e das negociações de mercadorias na formação das alianças com os Principais indígenas na vila de Barcelos, entre 1755 e 1765.

Entender o porquê os títulos honoríficos concedidos e os objetos coloniais negociados tornaram-se os instrumentos centrais na construção das relações de alianças entre portugueses e indígenas durante os anos iniciais da segunda metade do século XVIII em Barcelos foi a questão que estruturou a análise proposta. Através desta problemática, formulamos a seguinte hipótese: as concessões de honorarias e as negociações de mercadorias, basilares na formação das alianças com os Principais indígenas na concepção portuguesa, fortaleceram a autoridade política dessas lideranças nativas tanto na vila colonial de Barcelos quanto no mundo indígena situado no rio Negro.

Além da problemática e da hipótese apresentadas, o motivo para analisarmos especificamente essas duas estratégias de formação de alianças com os Principais indígenas do rio Negro no recorte temporal que cobre a metade das décadas de 50 e 60 do século XVIII também se deu porque nesse período houve a inauguração das chamadas “reformas pombalinas”, que se refere à administração de Sebastião José de Carvalho e Melo, nomeado

¹ NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. – Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988, p. 155.

² HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 1550, 1897, 2005; FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Ebook: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012, pp. 491, 1277, 1369; POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011, p. 439.

por D. José I (1750-1777) como Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra e futuro Marquês de Pombal (recebeu o título nobiliárquico em 1769, aos 71 anos de idade). O governo português, sob o comando e as concepções político-filosóficas de Carvalho e Melo (absolutismo, anticlericalismo e mercantilismo), implementou uma série de reformas no Estado do Brasil e na Amazônia que redefiniram não apenas a forma como o domínio e a exploração lusitana prosseguiriam nessas regiões, como também reformulou toda a legislação colonial até então vigente, impactando diretamente – dentre diversas outras questões – as políticas de tutela dos povos indígenas e as estruturas sociais locais.³

Em paralelo às reformas pombalinas, a outra razão que levou a nos debruçarmos na análise proposta se sucedeu pelas preocupações metropolitanas e do Estado colonial com as fronteiras do Noroeste amazônico, acentuadas pelos acordos do Tratado de Madri de 1750 assinado entre as Coroas de Portugal e Espanha. Os efeitos quase imediatos desse Tratado movimentaram a máquina administrativa da colônia sob o olhar da metrópole em direção à defesa das fronteiras amazônicas, demarcando limites de modo a garantir, para Portugal, os sertões do Mato Grosso e do Grão-Pará, potencializando a ocupação e a exploração.⁴

O conflito geopolítico nos limites fronteiriços, sobretudo no extremo Norte da América do Sul, fez eclodir a seguinte emergência: o Estado colonial do Grão-Pará e Maranhão, estabelecido na Amazônia setentrional em 1751 com sede administrativa em Belém e sob a direção política do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (meio-irmão de Carvalho e Melo), precisou estender a sua presença para o Noroeste amazônico com o objetivo de afirmar a soberania portuguesa na região frente à presença castelhana naqueles confins territoriais.⁵

Este novo reordenamento desembocou, através das medidas de Mendonça Furtado, na fundação da Capitania de São José do Rio Negro em 3 de março de 1755 e no estabelecimento da vila de Barcelos (antiga aldeia carmelita de Mariuá na margem direita do médio rio Negro) como a sua capital e sede das conferências que discutiriam os desdobramentos das demarcações

³ MAXELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 2, 4, 12-14, 19, 95-97; RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. – Brasília: Senado Federal, 2005, p. 78.

⁴ “Tratado de limites das conquistas entre os muitos altos e poderosos senhores Dom João V, Rey de Portugal, e D. Fernando VI, Rey de Espanha, assignado em 13 de Janeiro de 1750, Madrid, e ratificado em Lisboa a 26 do dito mez, e em Madrid a 8 de Fevereiro do mesmo anno”. In: REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. Belém: SECULT, 1993, pp. 116-129.

⁵ “Regimento de huns editais sobre subvedirem mais hu governo nas partes ocidentais dos Dominios de Sua Magestade Fidelissima” – Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, códice 79, doc. 91; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 42.

fronteiriças três anos depois.⁶ Evocaremos a consolidação dessas diligências ao longo dos capítulos, pois serviram para responder a pergunta de como as concessões de honrarias e as negociações de mercadorias foram as estratégias privilegiadas pelos portugueses para firmar alianças com os Principais indígenas em Barcelos, o que tornou possível, em seguida, analisar separadamente o papel de cada uma nesse processo.

Vale destacar também que a dissertação não deixou de dialogar com a historiografia dedicada ao período colonial no Brasil e na Amazônia, visto que reconhecidos pesquisadores de História Indígena e Colonial já se debruçaram sobre a formação de alianças com os indígenas e suas lideranças, seja através da cessão de cargos ou de mercadorias negociadas em outras espacialidades abrangendo os séculos XVI e XVIII.

Maria Regina Celestino de Almeida analisou o papel dos indígenas integrados à colonização do Rio de Janeiro, entendendo-os como um grupo étnico-social específico constituído no interior das aldeias de missionação através da experiência compartilhada com grupos étnicos e sociais diversos. Almeida argumenta em sua tese que a conquista portuguesa da América não estava separada dos acordos e das negociações com os povos indígenas, cujas alianças eram essenciais em tempos de guerra. Para Celestino de Almeida, os indígenas enxergaram na aproximação europeia a oportunidade para expandir suas relações sociais de amizade ou de hostilidade e incluir nas suas redes de trocas os variados produtos coloniais/europeus que julgavam interessantes, como armas de fogo, instrumentos de ferro e outras “bugigangas”⁷.

Além do mais, a constituição dos aldeamentos missionários pelo Rio de Janeiro colonial e a inserção dos indígenas nesses espaços para transformá-los em “súditos cristãos” leais ao império português, não estavam desvinculados dos jogos de interesse desses agentes. Celestino de Almeida afirma que o cotidiano dos indígenas e dos padres nas aldeias era repleto de acordos, conflitos, negociações, fugas, atitudes ambíguas e contraditórias, pois expressavam as tentativas de realização de seus objetivos que se transformavam com o tempo e as circunstâncias. Tal realidade, continua a autora, atingiu principalmente as lideranças indígenas, cujo papel se mostrava essencial na intermediação entre os dois mundos.⁸

⁶ Carta Régia da criação da Capitania do rio Negro [03/01/1755] – MCM, v. 2, pp. 311-315; Francisco Xavier de Mendonça Furtado [14/10/1756] – MCM, v. 3, p. 187; RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *Op. Cit.*, 2005, p. 82.

⁷ De acordo com o dicionário de Antonio de Moraes Silva, assim como o termo “quinilharia”, bugiganga é uma palavra pejorativa que se refere a coisas consideradas de pouco valor. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Editora – Empreza Litteraria Fluminense de A.A. da Silva Lobo, Rio de Janeiro, Tomo 1, 1890, p. 365.

⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os Índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial: Novos Súditos Cristãos do Império Português**. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, pp. 34, 35, 36-37, 118.

Em outro trabalho, Maria Regina Celestino de Almeida apresenta uma reflexão sobre algumas mudanças historiográficas resultantes da incorporação do protagonismo indígena e sua relevância acadêmica, social e política, objetivando desconstruir ideias preconceituosas e discriminatórias sobre esses sujeitos. Metodologicamente, Celestino de Almeida se baseia em sua própria pesquisa acerca dos indígenas no Rio de Janeiro colonial sob uma perspectiva comparativa com outras regiões do Brasil, além de estabelecer um diálogo com especialistas do tema buscando compreender a complexidade dos processos históricos que articulam a história indígena, colonial e nacional.

Em parte deste trabalho, Almeida utiliza as “guerras indígenas” e as “guerras coloniais” no Rio de Janeiro para tratar da formação das “elites indígenas”. Celestino de Almeida cita o exemplo dos embates entre os portugueses e temiminós contra os franceses e tamoios, bem como a conquista da Guanabara pelos temiminós liderados pelo chefe Arariboia. Para Celestino de Almeida, as ações e escolhas dos indígenas tiveram um papel decisivo nesses processos. Nessa linha, Almeida evidencia que em contexto de conflitos as autoridades na colônia passaram a enxergar os líderes indígenas como aliados indispensáveis e merecedores de certos agrados. Os indígenas, de acordo com a autora, cientes da importância do papel que desempenhavam em conjunturas de guerra, negociaram suas alianças para obterem a ascensão social.

Porém, a autora ressalta que as chefias indígenas não eram enaltecidas apenas em tempos de guerra. Em diferentes épocas e espaços, as chefias aliadas dos lusos também usufruíram de nomes portugueses, cargos, patentes militares e até de títulos de cavaleiros de ordens militares, tendo em vista que na colônia os critérios para integrá-los na hierarquia social e de poder costumavam ser flexíveis dependendo das especificidades locais. Um detalhe importante nesta questão, segundo Celestino de Almeida, é não deixar de perceber os significados que os próprios indígenas atribuíam às condecorações que recebiam após optarem por permanecerem na condição de aliados e trabalharem a favor dos propósitos coloniais de Portugal, além de que as “práticas de enobrecimento de indígenas” caminharam junto com o processo de conquista e colonização.⁹

Elisa Frühauf Garcia desenvolveu a sua pesquisa de doutorado com foco na presença e participação dos indígenas na configuração da sociedade colonial na fronteira meridional da América portuguesa. Nessa esteira, Garcia aborda as políticas de alianças iniciadas pelos indígenas com os portugueses, desde o contexto da demarcação territorial em torno do Tratado

⁹ _____. **A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, n°75, 2017, pp. 21-25.

de Madri às vésperas da Independência. Garcia afirma que a obtenção da aliança com os indígenas era indispensável nas políticas expansionistas europeias, em particular nas regiões de fronteira onde os estados coloniais europeus disputavam território e “vassalos”.

A colonização da América portuguesa, conforme Garcia, é marcada por invasões estrangeiras, como no caso dos holandeses no Nordeste e dos franceses no Rio de Janeiro. Porém, foram as alianças estabelecidas com os grupos indígenas que definiram os rumos das disputas entre as potências europeias, pois os nativos combateram “ao lado de um ou de outro e obtendo, dessa forma, destaque e vantagens junto aos seus respectivos aliados”. Garcia ainda sinaliza que, independentemente dos diversos contextos de disputas entre os estados europeus ao longo dos limites fronteirizos no sul da América portuguesa, a concessão de “presentes” ou o oferecimento de vantagens eram condições indispensáveis nos acordos que envolviam os interesses e as alianças dos indígenas que, a propósito, também tinham as próprias iniciativas nessas negociações quando percebiam os benefícios que podiam obter nas alianças com os europeus.

Nesta discussão, Garcia menciona o exemplo dos Minuanos, indígenas que desenvolveram relações de alianças com os portugueses desde os primórdios da colonização e foram os principais responsáveis pela viabilização do trânsito dos seus novos aliados pelo sul da América em vários momentos cruciais da expansão lusitana, com destaque para a manutenção da Colônia do Sacramento até a sua instalação total no atual estado do Rio Grande do Sul.

Para Garcia, as alianças construídas entre os Minuanos e portugueses, sendo elas muitas vezes circunstanciais, tiveram em suas bases a outorga de presentes e de símbolos de prestígio e distinção direcionados a esta população. A autora argumenta que a preferência dos Minuanos pela aliança com os portugueses se deu pela facilidade com que conseguiam grandes “dádivas” representadas pela variedade de “mimos” como aguardente e erva-mate, assim como bengalas “adornadas com um castão de prata” dadas a determinadas lideranças dos Minuanos com o “fim de atrair a sua ‘amizade’”. Aliás, ainda para Garcia, eram justamente as lideranças dos Minuanos os agentes centrais na escolha dos mecanismos de aproximação ou dos ajustes dos termos das negociações com os membros da sociedade colonial.¹⁰

Para o caso do Maranhão, Fernando Roque Fernandes dedicou-se à identificação das façanhas das lideranças indígenas reconhecidas como “índios Principais” e o papel de destaque

¹⁰ GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, pp. 214, 216, 218, 225, 226, 231-232, 240.

que desempenharam nos anos subsequentes à reconquista do território maranhense pelos portugueses em meados do século XVII. Fernandes afirma que parte do processo de recuperação e colonização lusitana sobre o Maranhão estava totalmente imbricado com a política de valorização das lideranças indígenas que, ao mesmo tempo, representava os interesses dos indígenas no cotidiano colonial.

Fernandes ressalta que as alianças formadas com as lideranças mostraram-se ser a condição mais do que essencial para o estabelecimento da administração colonial portuguesa no Maranhão, bem como para a sua efetiva defesa. Em relação a esta última, Fernandes salienta que as medidas de reconhecimento por parte dos monarcas portugueses da importância das alianças com as lideranças nativas que participaram diretamente na defesa daquele Estado contra as investidas de outros reinos europeus procediam a partir das concessões de honrarias, como a do Hábito de Cristo, patente militar ligada ao *status* social do Antigo Regime.

Concomitantemente às concessões, para Fernandes, as lideranças ou *Principais* tinham ciência de que as benesses provenientes das honrarias garantiam a eles o prestígio social e político que desejavam dentro da ordem colonial. Além de tirarem vantagem desses elementos da cultura ocidental, segundo Fernandes, as lideranças perceberam também que nas alianças firmadas com os portugueses e outras autoridades coloniais havia a possibilidade de realizarem a manutenção de suas posições de poder entre seus grupos étnicos. Tal percepção demonstra ainda que embora houvesse a transformação das lideranças indígenas em *lideranças coloniais* (possuidoras de alguma influência política na Colônia) e a sua agregação à colonização, isso não significou “um processo de perda de sua identidade e sim, uma adaptação necessária para que se pudessem inserir nesse novo espaço em construção”.¹¹

Rafael Ale Rocha buscou analisar o processo através do qual os indígenas na sociedade colonial alcançavam postos oficiais nas câmaras municipais (juizes e vereadores) e nas tropas militares do Estado do Grão-Pará e Maranhão durante a segunda metade do século XVIII. Rocha ainda mostra como os oficiais indígenas adaptaram as políticas indigenistas a favor dos próprios interesses. Nesta análise, o historiador observa a importância das antigas lideranças indígenas enquanto intermediários entre os seus “subordinados” e as autoridades lusitanas, bem como no governo e na administração das povoações coloniais.

À vista disso, para Rocha, a estratégia lusa comumente utilizada para forjar alianças com esses indivíduos que deviam formar a “elite dos chefes indígenas” que sustentaria o estado

¹¹ FERNANDES, Fernando Roque. **O Teatro da Guerra: índios principais na conquista do Maranhão (1637-1667)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015, pp. 66, 69-70, 72, 73, 74, 88. Grifo do autor.

português na região amazônica se dava, sobretudo, a partir das concessões de cargos e de “presentes” às lideranças nativas que posteriormente foram reconhecidas como *Principais*, conforme as normas vigentes do Diretório dos Índios na segunda metade dos setecentos. De acordo com Rocha, a intenção da Coroa portuguesa com essas medidas que visavam conquistar a lealdade desses “oficiais índios”, além de buscar a viabilização da administração e governação das vilas, também era consolidar a posição hierárquica dos chefes indígenas com base nos parâmetros da sociedade portuguesa do Antigo Regime; assim como fortalecer suas lideranças entre os seus respectivos grupos étnicos.¹²

Mauro Cezar Coelho, em seu estudo acerca da construção do Diretório dos Índios a partir das demandas coloniais, dedica um tópico para discutir o papel dos Principais na colonização portuguesa da Amazônia. Para abordar esta questão, Coelho trata da formulação das políticas indígenas e da escolha de determinados grupos nativos em se aliarem aos portugueses nos descimentos. Para o autor, cada aldeia ou grupo indígena tiveram as próprias razões para se associarem aos portugueses, seja pela oferta de alimento regular, segurança ou pelo interesse de certos grupos em aumentar o próprio poder. Tal associação, de acordo com Coelho, favoreceu a elaboração de políticas indígenas que, aliás, não eram comuns a todos os indígenas. Para o historiador, esta imbricação entre indígenas e portugueses contribuiu também para a edificação das chefias indígenas no âmbito da lei do Diretório. Nesse sentido, Coelho argumenta que a valorização das lideranças nativas e de suas alianças se pautou em dois pilares: as bases tradicionais de poder, próprias dos povos indígenas, e o reconhecimento das autoridades metropolitanas. Este último, ainda conforme o autor, ganhou corpo por meio da colaboração dos líderes nativos nos planos de ocupação e exploração territorial.¹³

José Alves de Souza Junior chama a atenção em suas pesquisas para o papel relevante das chefias indígenas e dos métodos portugueses para tentar angariar suas alianças na segunda metade do século XVIII. Para Souza Junior, o sucesso do Diretório dos Índios e o êxito dos descimentos no Estado do Grão-Pará e Maranhão dependiam da contribuição direta das lideranças nativas, que deveriam ser transformados em aliados através das concessões de honrarias de prestígio e de outras “patentes”. Neste processo, o historiador mostra por meio de alguns exemplos que a honraria de *Principal*, institucionalizada pelo Diretório e conferida aos indígenas pelo governador e Capitão-General da Capitania, foi a comenda mais importante na

¹² ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: Sociedade, Hierarquia e Resistência (1751-1798)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, pp. 17, 96, 99, 104, 117-118.

¹³ COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América: O caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo: Editora Livraria de Física, 2016, pp. 285-307.

formação das alianças com as chefias. Souza Junior argumenta que o título de *Principal* ainda possibilitou aos familiares da liderança indígena contemplada a chance de “nomeação para outros cargos públicos, civis ou militares [...]”.¹⁴

Almir Diniz Carvalho Júnior, na primeira parte do capítulo 5 de seu livro, analisa o papel dos Principais e a construção do *Principalato* no Estado do Maranhão e Grão-Pará entre os séculos XVII e XVIII, face à necessidade lusitana de construir relações de alianças com as lideranças indígenas indispensáveis no controle de grupos de “índios arredios”. O autor busca entender também como a Coroa portuguesa instituiu o cargo de *Principal* na administração colonial com base em antigas estruturas de poder das sociedades nativas. Conforme Carvalho Júnior, o “enobrecimento” de algumas lideranças indígenas criou entre as outras lideranças e seus descendentes o desejo pertencerem ao grupo dos privilegiados que detinham “indumentária, poder de negociação e foro privilegiado”, que lhes garantiriam a capacidade de recorrerem ao rei português para reivindicar a concessão de títulos honoríficos de diversos tipos, como: as das Ordens Militares e a do Hábito de Cristo, responsáveis por reforçarem suas condições de aliados privilegiados no cotidiano dos povoados coloniais.¹⁵

Entretanto, apesar da temática escolhida para esta dissertação ter sido em maior ou menor grau objeto de investigação dos autores supracitados, é fato que inexitem pesquisas nessa linha para a região de Barcelos dentro da temporalidade selecionada. Sabemos da existência de alguns trabalhos que abordam variados assuntos sobre Barcelos, como o de Denize Adrião que, a partir de dados coletados em trabalho de campo com auxílio da pesquisa “etnohistórica” e da memória indígena (história oral), investiga a manifestação étnica de Barcelos enfatizando em sua análise os “componentes caboclos” e os “traços indígenas” da população barcelense, bem como a reivindicação que fazem de sua identidade étnica rejeitada por muitos anos. Esta última ação culminou num processo que Adrião chama de “criação e recriação de uma nova identidade indígena”.¹⁶

O Baniwa Martinho de Albuquerque analisa o “3º ciclo econômico” da Amazônia perpassando rapidamente pelas “fases” econômicas anteriores, como a exploração das drogas

¹⁴ SOUZA JUNIOR, José Alves de. **As autoridades indígenas nos aldeamentos no tempo do Diretório: principais e oficiais**. In: Novos olhares sobre a Amazônia colonial. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016, pp. 283-284, 286, 287; _____. **Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed.ufpa, 2012, pp. 256-258.

¹⁵ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial**. Curitiba: CVR, 2017, pp. 193-211.

¹⁶ ADRIÃO, Denize Genuina da Silva. **O processo de identificação étnica: a recriação da identidade indígena de Barcelos-AM**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 1.

do sertão no período colonial e a pujante economia da borracha no final do século XIX e primeira metade do XX. Com foco no município de Barcelos, Albuquerque demonstra que após essas duas primeiras “economias” perderem espaço no mercado exportador, a extração da fibra de piaçaba acabou sendo valorizada num contexto de grandes empreendimentos governamentais que se cruzaram com a dominação dessa atividade extrativista pelos chamados “patrões”, ao ponto de redefinir a prática do extrativismo no rio Negro e de constituir-se em uma das bases econômicas de Barcelos durante a segunda metade do século XX.¹⁷

Camila Barra e Carla Dias, ao escolherem o município de Barcelos como pontapé inicial de suas pesquisas de campo, buscaram construir o perfil socioambiental de 30 comunidades indígenas e ribeirinhas, levando em conta as histórias e trajetórias das famílias que nelas residem. Dividido em duas partes e executado com a colaboração de outros autores e pesquisadores indígenas, o trabalho de Barra e Dias também se desdobra entre as dinâmicas de ocupação e os modos de vida tradicional da população, assim como no breve histórico da colonização de Barcelos até a sua configuração atual.¹⁸

Luciano Corbellini procurou entender em seu Trabalho de Conclusão de Curso a estruturação da “agrobiodiversidade” e os sistemas de manejo e intercâmbios tradicionais preservados pelos indígenas do município de Barcelos. Sustentado pelas evidências levantadas em seu estudo de campo e pelo diálogo com a bibliografia especializada, Corbellini afirma que para haver a continuidade da manutenção de uma agricultura tradicional pelas mãos dos indígenas barcelenses é preciso compreender e distinguir os valores culturais e econômicos inerentes das práticas de cultivo locais, atentando-se para o modo como se processam conhecimentos e saberes frente aos novos contextos socioeconômicos.¹⁹

Destacamos ainda a minha monografia de graduação, onde analisei a participação direta dos povos indígenas no desenvolvimento da aldeia de Mariuá que, posteriormente, se tornou a vila nomeada de Barcelos e capital da Capitania de São José do Rio Negro na segunda metade do século XVIII. Neste trabalho, argumento que a movimentação dos povos indígenas no reforço das “engrenagens” (descimentos, reforma urbana, sistema de transporte fluvial, extrativismo e abastecimento), que transformaram espacialmente Barcelos nas “fases” de sua

¹⁷ ALBUQUERQUE, Martinho. **A extração da piaçaba na região de Barcelos**. In: Mobilizações étnicas e transformações sociais no rio Negro / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior. – Manaus: UEA Edições, 2010, pp. 390-403.

¹⁸ BARRA, Camila Sobral; DIAS, Carla. (orgs.). **Barcelos indígena e ribeirinha / um perfil socioambiental**. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013, pp. 5-6.

¹⁹ CORBELLINI, Luciano Maciel. **Manejo e Agrobiodiversidade na Agricultura Indígena de Barcelos, Rio Negro (AM), Brasil**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas), Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, pp. 3, 28-31, 72.

ocupação religiosa e colonial, influenciaram diretamente na manutenção de sua posição como a vila mais prestigiada e importante politicamente do rio Negro até o final dos setecentos.²⁰

Da mesma forma, também enfatizamos o meu artigo publicado no Dossiê do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, que teve como coautores os professores Décio Guzmán e Márcio Meira. No texto, destacamos a forma como a mão de obra indígena foi explorada na transformação espacial da vila de Barcelos entre 1755 e 1761, período marcado por crises internas no território e pelas grandes mobilizações de trabalhadores indígenas essenciais na construção dos estabelecimentos ligados às funções políticas da administração colonial e ao setor militar envolvido nas demarcações de fronteiras.²¹

Como podemos notar, nenhuma dessas pesquisas acadêmicas se concentraram na análise do papel das concessões de honrarias e das negociações de mercadorias na formação das alianças com os Principais indígenas, sendo esta dissertação a primeira a assumir tal compromisso para o caso da vila de Barcelos no rio Negro.

Os três capítulos da dissertação fundamentam-se basicamente em fontes manuscritas, impressas e iconográficas, esparsas em arquivos e acervos digitais. Para a exploração de tal temática, realizamos uma incursão através da ampla quantidade de dados procedentes dos documentos oficiais produzidos em grande parte pelas autoridades coloniais em Barcelos entre 1755 e 1765 acerca dos principais pontos referentes ao objeto investigado. Embora as fontes mais importantes para o desenvolvimento da pesquisa tenham sido coletadas dentro deste recorte temporal, isso não restringiu a análise nos momentos em que foi preciso fazer recuos ou avanços temporais.

Todas as fontes manuscritas foram arroladas e selecionadas no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), como correspondências, cartas régias, portarias e bandos. Para os capítulos 1, 2 e 3, a leitura e análise da documentação oficial buscaram focar primordialmente na angariação de informações a respeito dos seguintes pontos: a exploração da mão de obra indígena nas frentes de trabalho em Barcelos, principalmente em torno da reforma urbana da vila; e as estratégias portuguesas para conquistar a aliança dos Principais indígenas, colocadas em prática por meio das concessões de honrarias e das negociações de mercadorias. O exame das fontes manuscritas do Arquivo Público não deixou de considerar outros elementos que

²⁰ BORGES, Ricardo dos Santos. **Entre a capital e a fronteira: os povos indígenas do rio Negro na formação espacial de Barcelos (1728-1764)**. Monografia (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, pp. 37-92, 93-115, 125-144, 144-167, 168-179.

²¹ _____; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. **O papel estratégico da mão de obra indígena na urbanização da vila colonial de Barcelos (1755-1761)**. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 19, n. 3, 2024, pp. 1-21.

também tiveram peso na análise dos capítulos, como: a demografia indígena de Barcelos; as relações de comércio entre os Principais e os “mocambos de índios”; o cotidiano e os desafios enfrentados pelos indígenas remeiros e pilotos *jacumaúbas* na navegação; e o transporte de mercadorias no circuito fluvial que interligava a cidade de Belém com a vila de Barcelos.

As fontes impressas amplamente utilizadas na complementação da análise dos dados encontrados no Arquivo Público, tais como diários de viagem, cartas, descrições e memória de cronistas, são oriundas de obras importantíssimas para a pesquisa da segunda metade do século XVIII na Amazônia e no rio Negro. Organizada em três volumes por Marcos Carneiro de Mendonça, *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, forneceu valiosa documentação referente aos assuntos fundamentais de nosso estudo, como: os trabalhos realizados pelos indígenas na rede urbana de Barcelos; a carta de fundação da Capitania de São José do Rio Negro; o diário de viagem do Governador Mendonça Furtado, que contém um detalhado relato sobre o cotidiano de seu percurso pelos rios amazônicos, desde a saída de sua comitiva da cidade de Belém até o destino final na aldeia Mariuá; a aplicação das leis referentes às reformas pombalinas; e as negociações de mercadorias com os Principais.²²

Nessa linha, também fizemos extensivo uso das seguintes fontes impressas: o *Dicionário topográfico, histórico, descritivo, da Comarca do Alto Amazonas*, de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas; o *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até às últimas colônias do Sertão da Província*, do Visitador e Vigário Geral José Monteiro de Noronha; e o *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvir e intendente geral da mesma no ano de 1774 e 1775*, de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. Através dessas obras, foi possível destacar os grupos indígenas que habitavam Barcelos na segunda metade do século XVIII, como os Baré, Manao, Passé, Werekena, Bayanaí e Paiana, bem como o contexto dos conflitos entre as tropas de guerra auxiliadas pelos Principais contra os “mocambos de índios”. O dicionário e as duas crônicas enriqueceram também os detalhes sobre os desafios enfrentados pelos tripulantes indígenas na missão de transporte das mercadorias pela via fluvial, desde Belém até Barcelos.²³

²² MENDONÇA, Marcos Carneiro. *A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

²³ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo, da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852, pp. 198, 247, 248; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvir e intendente geral da mesma no ano de 1774 e 1775*. Lisboa: Typographia da Academia, 1823, pp. 105, 106-108; NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até às últimas colônias do Sertão da Província*. Pará, Typographia de Santos & Irmaos, [1768] 1862, pp. 60, 65.

A pesquisa no Arquivo Público, na coleção *Le ne fay rien sans Gayeté (Montaigne, Des livres)* organizada por José Mindlin, na bibliografia especializada e no acervo digital da plataforma Brasileira Iconográfica, resultou na coleta de preciosas fontes iconográficas. Em paralelo às informações levantadas nas fontes manuscritas e impressas, esse material ajudou nas análises de cada capítulo fornecendo evidências que corroboraram com a narrativa dos acontecimentos que pairaram sobre as duas estratégias fundamentais na formação das alianças com os Principais em Barcelos.

As imagens consultadas no Arquivo Público e na coletânea de Mindlin são, respectivamente, a *Planta da vila de Barcelos*, desenhada pelo engenheiro Felipe Sturm, e o prospecto da *Aldeia de Mariuá*, ilustrado por João André Schwebel. Tais iconografias contribuíram para a análise e descrição do território e dos estabelecimentos presentes na rede urbana de Barcelos, cujo intenso processo de reforma começou a partir de 1755. Este trabalho de análise e descrição feitos a partir dessas imagens, mencionadas no capítulo 1, contou com o suporte da valiosa crônica da *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, de autoria do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. O cruzamento das informações provenientes de ambas as fontes nos auxiliou na apresentação dos detalhes físicos da aldeia de Mariuá, posteriormente transformada em Barcelos.

Rodrigues Ferreira, ao passear pelas estreitas ruas do centro da vila de Barcelos, afirma que a maioria das casas possuíam cobertura de palha, além de portas e janelas de madeira (algumas corroídas por cupins) sem qualquer tipo de fechadura. O cronista não deixou de ressaltar as condições da estrutura dos estabelecimentos que foram analisados em conjunto com os desenhos de Sturm e Schwebel, como: a Igreja Matriz; o antigo Hospício dos carmelitas; a capela de Santa Anna; e o “bairro de índios” conhecido por “Aldeinha”.²⁴ Descrever o cenário de Barcelos e transitar por seu espaço, se imaginando na posição de um transeunte, foi importante para identificar as frentes de trabalho ocupadas pelos indígenas “descidos” com a intermediação dos Principais, sobretudo na revitalização das edificações levantadas a mando dos carmelitas.

A iconografia consultada no acervo digital da plataforma Brasileira Iconográfica e examinada no capítulo 2 é intitulada de *Prospecto do Lugar de Caldas*, desenhado por Joaquim José Codina. Mediante o diálogo realizado com as informações da crônica do padre jesuíta João Daniel, denominada de *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, e da documentação do Pará do final do século XVIII pesquisada por Mark Harris, a imagem – que apresenta diversas

²⁴ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [1785] 1983, pp. 306-308, 309, 311, 322, 325, 326, 364.

casas que possuíam uma composição arquitetônica semelhante à arquitetura das malocas Aruak – serviu para tentarmos imaginar como era a estrutura física de um “mocambo de índio” naquele período.

O diálogo entre as fontes se deu pela falta de um registro visual do interior das malocas de mocambos no rio Negro da segunda metade do século XVIII, o que gerou a problematização em torno dos critérios utilizados pelas autoridades coloniais em Barcelos para caracterizar um mocambo. Tal método ainda enriqueceu a narrativa dos acontecimentos que contextualizam a análise das ações de um Principal e suas relações de comércio independente com esses acampamentos improvisados.

Para a análise do modelo das embarcações guiadas pelos indígenas no período colonial durante o transporte das mercadorias responsáveis por abastecer Barcelos e impulsionar as negociações com os Principais, recorreremos às imagens destacadas na bibliografia especializada. As ilustrações citadas no capítulo 3 apresentam a figura da canoa cujo título é *Canôa de meia coberta*, retratada pelos traços de Joaquim José Codina em 1785, e as embarcações conhecidas como *Igarité*, *Ubá*, *Jangada*, desenhadas por Alexandre Rodrigues Ferreira em data desconhecida. Na análise, destacamos o modelo das embarcações, como cada uma se comporta em diferentes situações durante a navegação e o tipo de madeira empregada na fabricação desses veículos aquáticos.

Ainda sob o suporte da galeria de prospectos das povoações coloniais do rio Negro compilados por Mindlin, fizemos uso de um grande mapa finalizado em 1758 pelos traços do desenhista e cartógrafo João André Schwebel. O mapa abarca a localização da cidade de Belém e a extensa paisagem amazônica no sentido Oeste, destacando as entradas e as comunicações entre os rios Amazonas, Solimões e a extensa parte do rio Negro, cobrindo-o até a Cachoeira Grande. O mapa foi empregado mais de uma vez no texto, mas com propósitos diferentes. Em primeiro lugar, tal imagem está recorta e citada no capítulo 1 sob o título *Localização das aldeias fundadas e administradas pelos carmelitas no rio Negro*.

Em seguida, o mapa é apresentado no capítulo 3 em sua totalidade com a titulação original *Mapa Geografico do Rio das Amazonas*. Em ambos os casos, houveram intervenções neste documento cartográfico com o auxílio das fontes manuscritas, impressas e bibliográficas, com o objetivo de acrescentar informações a respeito das localidades fundadas pelos carmelitas na margem direita do médio rio Negro, com foco na aldeia de Mariuá, das demais povoações que serviram de parada para as canoas e dos trechos dos rios que representaram obstáculos que retardaram o avanço dos barcos que transportavam mercadorias.

Quanto à estrutura, a dissertação divide-se em três capítulos. Apresentando-os de forma sucinta, o primeiro capítulo analisa a reconversão²⁵ da aldeia de Mariuá, futura vila de Barcelos e capital do rio Negro, em um espaço onde as concessões de honrarias e as negociações de mercadorias continuaram ocupando o centro do processo de formação de alianças com os Principais indígenas durante a segunda metade do século XVIII. O segundo capítulo trata das concessões de honrarias nas alianças com os Principais que atuaram na gestão, no controle e na exploração da mão de obra indígena no rio Negro, bem como em funções administrativas e militares na vila de Barcelos. O terceiro capítulo analisa as negociações de mercadorias, provenientes do sistema de abastecimento fluvial, com os Principais indígenas considerados influentes e indispensáveis na intermediação dos descimentos para a vila de Barcelos.

²⁵ O termo “reconversão” se refere ao processo de transformação de um espaço que já havia sido transformado. Em outras palavras, o emprego da palavra “reconversão” no âmbito da nossa pesquisa se deu porque as práticas de concessão de cargos e de negociações de mercadorias já ocorriam no território da aldeia de Mariuá através dos missionários carmelitas que pretendiam formar alianças com os indígenas desde a primeira metade do século XVIII. A elevação de Mariuá em Barcelos em 1758 reconverteu esse território, previamente transformado pelas relações de alianças entre carmelitas e indígenas, em um espaço onde as concessões de honrarias e as negociações de mercadorias continuaram ocupando um papel chave na formação das alianças entre portugueses e Principais. Para o aprofundamento da questão sobre a atuação dos padres carmelitas na Amazônia e no rio Negro colonial, com ênfase nas práticas de cessão de cargos e nas relações de comércio que envolviam a troca de inúmeros tipos de mercadorias com os indígenas dentro dos aldeamentos da Ordem do Carmo, ver: GUZMÁN, Décio de Alencar. **A urbanização dos carmelitas ‘çapatuýma’ no Rio Negro (sécs. XVII – XVIII)**. In: ARENZ, Karl; LIMA, João. Igreja e Religiosidade na Amazônia colonial. Belém: E-book, 2021, pp. 37-46; _____. **Dans le labyrinthe du Kuwai: Échanges, guerres et missions dans la vallée de l’Amazone (1650-1750)**. Tese (Doutorado em História), Laboratoire de Recherche Civilisations et littératures d’Espagne et d’Amérique du Moyen-Âge aux Lumières, Sorbonne Université, 2018, Paris, pp. 217-238.

CAPÍTULO 1

COMÉRCIO INTERÉTNICO, PRINCIPALATO E A EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA INDÍGENA

Por volta do ano de 1755, percebemos o modo como ocorreu a reconversão da aldeia de Mariuá em um espaço onde as concessões de honrarias e as negociações de mercadorias continuaram ocupando o centro da formação das alianças com os Principais indígenas durante a segunda metade do século XVIII.

Para entender como estas antigas estratégias de constituição de alianças voltaram a ser o cerne das tentativas portuguesas em estabelecer duradouras e estáveis relações de amizade com as lideranças indígenas no momento em que Mariuá caminhava rumo à sua transformação em vila de Barcelos e capital da Capitania de São José do Rio Negro, buscamos compreender a participação dos grupos indígenas no comércio interétnico, que posteriormente adquiriu novas camadas com a colonização europeia, através dos primeiros registros que abordam a existência desse sistema de troca indígena na Amazônia e no rio Negro nos séculos XVI e XVII. Na esteira da conquista das terras amazônicas pelos europeus, principalmente aquelas que ficaram sob o domínio de Portugal, também houve a construção e a implementação do cargo do *Principalato* ao longo dos séculos XVII e XVIII, que reconheceu a autoridade das lideranças indígenas na lógica colonial e a importância dos papéis que desempenhavam na arregimentação de mão de obra e na gestão interna dos aldeamentos missionários (jesuítas e carmelitas), sobretudo na região do rio Negro. Ao lado da experiência indígena em trocas comerciais e do surgimento do *Principalato*, que adentraram a segunda metade do século XVIII como elementos estratégicos na formação de alianças, ocorreu ainda as intervenções na estrutura urbanística da aldeia de Mariuá e a sua elevação à vila de Barcelos em 1758, o que intensificou a demanda e a exploração da mão de obra indígena.

Por meio destas questões, veremos que a frente de trabalho representada pela reforma na rede urbana de Mariuá a partir de 1755 provocou a reconversão da aldeia em um espaço de concessões e de negociações que envolveram, respectivamente, as honrarias e as mercadorias. À vista da experiência dos indígenas no comércio interétnico e da reformulação do *Principalato* com o Diretório Pombalino, a alta demanda por mão de obra indígena durante a revitalização do espaço físico de Mariuá, cujo processo ocasionou a sua refundação como vila de Barcelos, levou as honrarias e as mercadorias a permanecerem no centro da formação de alianças com as

lideranças indígenas que alcançaram a posição de *Principal* nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XVIII.

1.1. O comércio interétnico na Amazônia e no rio Negro.

As negociações de mercadorias entre as chefias indígenas e os portugueses, nas décadas de 50 e 60 do século XVIII na futura vila e capital Barcelos, não foram as primeiras experiências de permuta em que as lideranças nativas se envolveram. Pelo contrário, conforme a bibliografia citada nos próximos parágrafos, a ação indígena de negociar mercadorias na fase da colonização portuguesa conhecida como “período pombalino” evidencia a continuação de uma prática que estava totalmente interligada com a história da região amazônica e das diversas populações indígenas que movimentaram entre si produtos fabricados no interior dos povoados tradicionais.

Esta prática deu vida ao sistema que denominaremos de comércio interétnico, que é o intenso intercâmbio de bens produzidos manualmente entre variados grupos indígenas na Amazônia.²⁶ Obviamente, é impossível trazer à tona as relações de troca ocorridas nos tempos pré-coloniais por meio das antigas rotas de comércio. No entanto, ainda podemos ter um vislumbre desse escambo indígena de produtos através da bibliografia que analisa os primeiros registros luso-castelhanos a respeito do comércio interétnico durante o embrionário processo colonial na Amazônia e como decorreu a sua transformação com a introdução das mercadorias europeias. A análise auxiliará no entendimento da experiência dos indígenas nesse sistema de permuta, pois as habilidades de barganha demonstradas aqui tomarão o espaço das negociações de mercadorias na formação de alianças em Barcelos nas décadas iniciais da segunda metade do século XVIII.

Para o ponto de partida da análise, começamos com Antonio Porro. O autor destaca as poucas, porém valiosas, referências que se têm do comércio interétnico²⁷ na Amazônia, incluindo o rio Negro, antes da inserção das mercadorias e do modelo comercial europeu. Porro esclarece que as atividades comerciais ocupavam um papel secundário na “economia” e no cotidiano dos indígenas, o que justifica os minguados registros feitos pelos cronistas dos séculos

²⁶ NEVES, Eduardo Góes. **Uma rede de fios milenares: um esboço da história antiga do rio Negro**. In: Marina Herrero; Ulysses Fernandes. (Org.). Baré: Povo do Rio. 1ed. São Paulo: Edições SESC, 2015, p. 49; PORRO, Antonio. **História Indígena do alto e médio Amazonas, Séculos XVI a XVIII**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manoela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992, p. 176.

²⁷ Antonio Porro utiliza em seu estudo os termos “comércio intertribal”, mas optamos em usar “comércio interétnico” por julgarmos ser a denominação mais adequada para se referir à atividade de comércio pré-colonial praticada entre diferentes grupos indígenas. Além de que os termos “comércio intertribal” está ligado à noção de “tribo”, cuja categoria colonialista está carregada de preconceito e reducionismo, que não reconhece a complexidade, diversidade e as organizações sociais dos povos indígenas.

XVI e XVII, os quais, quando tomavam nota acerca da existência dessas práticas entre os indígenas, normalmente as descreviam de maneira superficial. Este apontamento demonstra também que o circuito comercial interétnico não pode ser explicado por um viés puramente econômico.²⁸

Porro menciona que o comércio é a evidência do contato regular entre os distintos grupos indígenas, sejam eles vizinhos ou não. O autor inicia a exposição das trocas indígenas com as breves notas oriundas da expedição de Francisco de Orellana, datadas de 1542, durante a busca pela lendária cidade do *El Dorado*. Porro afirma que o explorador espanhol, na ocasião em que esteve acampado na aldeia de Omagua de Aparia Grande (várzea do Amazonas), se deparou com a visita de emissários de um cacique cuja identidade não se tem informação. Os indígenas chamaram a atenção de Orellana tanto pelos seus atributos físicos (altos, pele branca e cabelos até a cintura), quanto pela roupa e ornamentos de ouro que utilizavam, e os visitantes ainda “traziam presentes”.²⁹

Dezoito anos depois, Porro ressalta que, sob as ordens do Vice-Rei Marquês de Cañete, a expedição liderada pelo jovem Pedro de Ursua e Lope de Aguirre (1559-1561), denominada de *Omagua y Dorado*, atravessou a mesma região por onde passou Orellana com a esperança de também encontrarem o mitológico *El Dorado*. Parte da excursão de Ursua foi enviada para um rio que desemboca próximo à aldeia de Aparia Grande. A patrulha delegada para explorá-lo avistou, não muito longe de onde se instalaram, indígenas “de língua e indumentária diferentes, aparentemente em viagem de comércio”.³⁰

A expedição de Ursua também contou com os escritos de um capitão e cronista chamado Altamirano, que participou da patrulha no tal rio e no qual informou que os indígenas de “Carari” usavam joias pelo corpo, como pingentes, narigueiras e peitorais de ouro. Para Porro, segundo o que as crônicas de Altamirano relatam, esses itens “não eram de sua fabricação, mas ‘da terra a dentro, onde havia grandes povoados de gente vestida’”. Em outras palavras, os objetos foram adquiridos pelos “Carari” nas relações de comércio com indígenas especializados na produção das joias.³¹

O cronista Altamirano, de acordo com Porro, constatou ainda a existência de comunicações terrestres e de comércio interétnico no interior da margem direita do rio Solimões. O autor salienta que nesta etapa da expedição de Ursua, embora não haja nenhuma

²⁸ NEVES, Eduardo Góes. Op. Cit., 2015, p. 49.

²⁹ PORRO, Antonio. **Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia**. Revista do Museu Paulista. Nova Série – Volume XXX. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985, p. 7.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Idem, ibidem.

contribuição significativa em torno da organização de informações sobre a geografia e a etnografia do Amazonas por parte dos cronistas em razão dos problemas causados pelo oficial Lope de Aguirre³², Altamirano informou que havia “caminhos mui largos e bons com pousadas a cada três ou quatro léguas com ‘índias fazendo pão de cassava e outras comidas e índios de serviço para os viajantes’”.

O viajante escreve que, por esses “caminhos”, homens e mulheres indígenas circulavam pelas “províncias da terra a dentro a comerciar com os [indígenas] das províncias de Machifaro (trecho do Solimões habitado pelos Aisuari, localizado entre Tefé e Coari) e outras vizinhas destas”. O comércio estabelecido entre os dois lados funcionava com a troca de cerâmica e peixe “por lâminas e *caracurias* de ouro e outras coisas de estimação da terra”. Os escritos de Altamirano não deixam qualquer dúvida acerca da existência “de uma rede de bons caminhos” que caracterizavam as elaboradas rotas de comércio interétnico no médio e alto Amazonas.³³

Inclusive, um outro viajante e explorador quinhentista que percorreu o Amazonas, o pioneiro português chamado Diogo Nunes (1558)³⁴, esteve neste trecho do Solimões antes mesmo de Orellana. Nunes informa que em cada povoado existiam diversas casas abarrotadas de pescado seco que os indígenas Aisuari “levam a vender pelo sertão e tem suas contratações com outros índios”. O lusitano ressalta que essas transações aconteciam por “caminhos muito abertos, de muito seguidos, porque corre muita gente por eles”.³⁵

No século XVII, ainda conforme Porro, o jesuíta espanhol Cristobal de Acunã constatou que os mesmos Aisuari continuavam produzindo imensas quantidades de cerâmica de diversos tipos. Nos relatos de Acunã, os Aisuari, cientes das demandas que haviam pela cerâmica que fabricavam, redirecionaram o produto acumulado em seus estoques “para o comércio com as outras nações que, obrigadas pela falta que sentem destes gêneros em suas terras, vêm fazer grandes carregamentos deles”. Porro complementa, com as colocações de Maurício de Heriarte, que os Aisuari ainda cultivavam algodão “e, sendo ‘grandes contratadores’, o levavam ‘a outras partes e províncias’”.³⁶

Partindo para a margem direita do rio Amazonas, Porro afirma, baseado nos manuscritos de Acunã, que entre o Purus e o Madeira, os Caripuna e os Zurina “fazem bancos trabalhados

³² _____ . **As Crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia**. – Petrópoles, RJ: Vozes, 1992, pp. 81-82.

³³ _____ . Op. Cit., 1987, p. 8. Grifo do autor.

³⁴ FILHO, João Meirelles; MARTINS, Fernanda de O. **A Amazônia viajante “Até dizer chega”: a contribuição dos viajantes ao porvir amazônico – do século 16 ao fim do ciclo da borracha**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), n° 37, 2018, p. 77.

³⁵ PORRO, Antonio. Op. Cit., 1987, pp. 7-8.

³⁶ Idem, ibidem, p. 8.

em forma de animais” que não servem apenas “para seu entretenimento e comodidade, mas também lhes são de muito proveito” no comércio com “outras nações”, obtendo com esses objetos “tudo que precisam”. Outra prática comercial interétnica identificada é a feita por grupos indígenas, nomeados genericamente por Acunã de “Carabayana”, habitantes da bacia de Manacapuru, situada entre o Solimões e o baixo rio Negro. Estes “Carabayana” costumavam extrair grandes “quantidades de sal de uma erva que chamam Capinassú e [que] se açucara em pães [...], e o levam a vender a outras nações”.³⁷

Na visão de Porro, o comércio do sal mencionado era constante entre as duas margens do Amazonas abaixo do rio Negro. Nesta constatação, o autor ainda esclarece que os Tupinambá, da ilha de Tupinambarana, tinham estreitas e amigáveis relações com os indígenas das bacias do Urubu e do Uatumã. Entre eles, explica Porro, havia “comércio do que cada qual tinha com abundância em sua província, e o principal de que se proviam os Tupinambá era de sal” produzido em “terras vizinhas das suas”.³⁸

O comércio de várias “mercadorias” produzidas e distribuídas pelos indígenas nas relações de troca vistas até aqui, é um claro indício do intenso circuito comercial interétnico existente antes da intervenção colonial europeia na porção central do Amazonas, onde convergem os rios Solimões, Negro e Madeira. As anotações e impressões dos viajantes europeus durante as expedições promovidas pelas Coroas Ibéricas nos mostram a incontestável experiência indígena em relações de comércio. Como veremos adiante, as apuradas habilidades nessas trocas permitiram com que se destacassem nas negociações por mercadorias europeias nos séculos subsequentes da colonização, seja ela portuguesa, espanhola ou holandesa.

Os europeus introduziram as suas mercadorias em um circuito comercial indígena preexistente que se estendia por centenas de quilômetros na região amazônica. Nesse sentido, embasado nos estudos de Márcio Meira, Simone Dreyfus, Eduardo Góes Neves e em diálogo novamente com Antonio Porro, podemos citar as ações dos mercadores holandeses e da sua economia alicerçada na troca de objetos³⁹.

Desde o começo do século XVII, esses colonizadores já haviam marcado presença ao subirem, a partir da Guiana, o rio Essequibo em busca de escravos para as plantações que haviam estabelecido no litoral. Por isso, Meira argumenta que os holandeses foram os pioneiros na injeção de mercadorias na imensa rede comercial indígena, sobretudo do Noroeste

³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 8-9.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 9.

³⁹ HULSMAN, Lodewijk. **Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com os índios no delta do rio Amazonas (1600-1630)**. In: *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016, p. 52.

amazônico. Além disso, tanto Meira quanto Dreyfus ressaltam que as estratégias mercantis holandesas utilizavam a troca de bens manufaturados (machados, facões e miçangas) por escravos a serem explorados em suas lavouras situadas à beira-mar com o propósito primordial de formar alianças comerciais com os indígenas, objetivo que nada tinha a ver com projetos de civilização e de cristianização dos seus principais intermediários ou de ocupação definitiva das áreas interioranas, a qual demandaria um esforço hercúleo.⁴⁰

Para Neves, a presença holandesa levou a conversão das zonas costeiras em centros de circulação de mercadorias produzidas na Europa e de exploração do trabalho indígena, fatores que deram o pontapé para que diferentes grupos indígenas disputassem o privilégio de ter acesso a esse fluxo de mercadorias.⁴¹ Baseado nos testemunhos do padre Samuel Fritz, Porro alega que os neerlandeses adicionaram novas camadas ao escambo indígena com a introdução de armas de fogo, ferramentas de trabalho e outras “quinhilharias”⁴², difundindo-as entre os “Carabayana” (da bacia do Manacapuru, entre o rio Negro e Solimões), Irurís (do baixo rio Madeira) e os Guaranagua (da margem direita do rio Branco).

Na esteira da transformação de “antigos padrões de comércio”⁴³, os Guaranagua, por exemplo, disseminaram os produtos holandeses pelas aldeias dos Cauaurí (localizadas na bacia do Caurés, na margem direita do rio Negro). Os Cauaurí se tornaram as principais peças desse novo circuito comercial. Esse grupo indígena colocou as mercadorias em circulação da seguinte forma: parte deles desciam o rio Negro com o objetivo de trocar as ferramentas holandesas por miçangas produzidas pelos Jurimagua, na várzea do Solimões, que seriam usadas como moeda na compra de escravos indígenas; em seguida, após concluírem a aquisição e subirem o rio Negro em direção ao norte, os Cauaurí encontravam-se novamente com os Guaranagua para entregar-lhes a mercadoria humana e “estes, por sua vez, faziam chegar os escravos aos holandeses fechando o circuito”.⁴⁴

Os negócios entre os holandeses e os múltiplos mediadores indígenas mostram o rio Negro como um importante viabilizador do tráfico de escravos e do fluxo de produtos europeus. Por conta disso, a partir do início do século XVIII, os Manao – especialistas na produção de urucu, de raladores de mandioca e de cestarias – substituíram o seu papel de provedores de

⁴⁰ MEIRA, Márcio. **A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico**. EdUFSCar, 2018, p. 299; DREYFUS, Simone. **Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orinoco e o Corentino) de 1613 a 1796**. *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales*. CEDI – P.I.B, 1987, pp. 5-6.

⁴¹ NEVES, Eduardo Góes. Op. Cit., 2015, p. 51.

⁴² Objetos ou coisas de pouco valor. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. Op. Cit., Tomo 1, 1890, p. 365.

⁴³ NEVES, Eduardo Góes. Op. Cit., 2015, p. 51.

⁴⁴ PORRO, Antonio. Op. Cit., 1985, pp. 10-11.

artesanatos nas antigas redes de comércio interétnico para mesclarem-se, sem intermediários, ao tráfego de mercadorias e de prisioneiros indígenas escravizados que preenchiam a rota de comércio que interligava, através do rio Branco, o médio rio Negro com a região litorânea das Guianas e aos holandeses.⁴⁵

A movimentação dos Manao nesta direção não passou despercebida pelos portugueses que estavam interessados em manter, além do poder de capturar e de comerciar sem entraves mão de obra indígena, o domínio das terras banhadas pelo rio Negro que estavam sendo dedilhadas pela influência holandesa por meio do comércio com os indígenas. Por conta dessas movimentações, o ano de 1724 é marcado pela declaração de guerra dos portugueses contra os Manao⁴⁶ e uma das significativas consequências deste confronto foi a intensificação da ocupação lusa da região na segunda metade do século XVIII.⁴⁷

É relevante considerar também que no rio Negro a participação das populações nativas no comércio interétnico, e posteriormente na parceira comercial com os europeus, contava com a importante intermediação das chefias indígenas.⁴⁸ Segundo Silvia Vidal e Geraldo Andrello, existem evidências históricas e arqueológicas de que os grupos indígenas do rio Negro se envolveram em extensas redes de comércio a longa distância muito antes do início da colonização. Em termos comerciais, para Vidal e Andrello, os indígenas do rio Negro se conectaram diretamente com grupos oriundos dos rios Orinoco e do Japurá-Solimões, o que levou a constituição de sistemas macropolítico e econômico regionais, multiétnicos e multilinguísticos, que envolveram, até mesmo, uma hierarquia interétnica.

A desarticulação de tais sistemas regionais multiétnicos, ainda para Vidal e Andrello, iniciou efetivamente em meados do século XVII em razão das flutuações demográficas, da disseminação de doenças e da escravização perpetrada pelos europeus. Após a desestruturação do comércio tradicional, a partir do século XVIII, surgiram novas formações sociopolíticas indígenas no rio Negro, como as *multiethnic confederacies* lideradas por chefes influentes. Os

⁴⁵ NEVES, Eduardo Góes. Op. Cit., 2015, p. 51.

⁴⁶ Para os detalhes da guerra contra os Manao no rio Negro entre os anos de 1723 e 1727, ver: FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Anpocs. 1991, pp. 61-68; GUZMÁN, Décio de Alencar. **História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII – XX)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997, pp. 10-42; CABALZAR, Aloísio; RICARDO, Carlos Alberto (orgs.). **Povos Indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental no noroeste da Amazônia brasileira – Mapa/Livro**. São Paulo: ISA/FOIRN/MEC, 1998, pp. 74-79; SARMENTO, Francisco da Silva. **O médio rio Negro indígena: aspectos históricos, socioculturais e panorama antropológico contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018, pp. 77-84.

⁴⁷ NEVES, Eduardo Góes. Op. Cit., 2015, p. 51.

⁴⁸ MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, p. 299; CABALZAR, Aloísio; RICARDO, Carlos Alberto (orgs.). Op. Cit., 1998, p. 75.

autores afirmam que os grupos confederados e seus chefes, formados entre os anos de 1700 e 1770, dedicavam-se fortemente no comércio de seus próprios produtos e escravos com holandeses, portugueses e espanhóis, para obterem armas e demais bens de origem europeia.

De acordo com Vidal e Andrello, o contato comercial com os europeus foi a base fundamental para a formação, transformação e desarticulação das confederações indígenas do rio Negro por ter gerado disputas entre os principais grupos pela autonomia política e econômica dentro das redes de trocas que, na segunda metade do século XVIII, tinham relações estreitas com a política colonial. Andrello, por exemplo, menciona os grupos de língua Aruak que, após inúmeros conflitos, foram assimilados e ficaram à mercê da opção de manter a aliança com os portugueses ou de aceitar a proteção dos espanhóis, o que não evitou com que as confederações dos povos Aruak sucumbissem ainda no século XVIII.⁴⁹

A partir do diálogo com a bibliografia, entendemos a evidente experiência dos indígenas em atividades comerciais, as quais se estruturaram nos intercâmbios interétnicos de bens produzidos pelas mãos nativas nos tempos pré-coloniais⁵⁰ e que, posteriormente, foram tragadas pela colonização entre os séculos XVII e XVIII. A intervenção colonial reconfigurou o escambo indígena para atender propósitos ligados, principalmente, ao comércio de escravos.

Apesar das mudanças na roda do comércio interétnico com a introdução das mercadorias europeias, a experiência indígena em relações de troca continuaria valendo durante o período pombalino, sobretudo no rio Negro, quando o Estado colonial consolidou a sua expansão na Amazônia Ocidental com a fundação da Capitania de São José do rio Negro em 3 de março de 1755, a única na América portuguesa formada inteiramente por povoações de indígenas.⁵¹ A instalação da nova capitania nos confins amazônicos contribuiu para manter a política de formação de alianças com as lideranças indígenas como prioridade na região, ainda mais quando levamos em conta que a aldeia de Mariuá, elevada à categoria de vila e refundada com a denominação de Barcelos, tornou-se a capital da recém inaugurada capitania em 6 de maio de 1758.⁵²

⁴⁹ VIDAL, Silva M. **American groups of northwest Amazonia. Their regional system of political-religious hierarchies.** *Anthropos*, v. 94, 1999, pp. 515, 518, 519-520; ANDRELLO, Geraldo. **Cidade do Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê.** São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2006, pp. 107-108. Grifo dos autores.

⁵⁰ PORRO, Antonio. *Op. Cit.*, 1992, p. 176.

⁵¹ FONSECA, André Augusto da. **Reformismo ilustrado e política colonial: negociações e resistência na Capitania do Rio Negro (1751 – 1798).** Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, p. 160.

⁵² Carta Régia da criação da Capitania do rio Negro [03/01/1755] – MCM, v. 2, pp. 311-315; Idem [18/10/1756] – MCM, v.3, p. 211; “Regimento de huns editais sobre subdevidirem mais hu governo nas partes ocidentais dos Dominios de Sua Magestade Fidelissima” – Livro de Provedoria da Fazenda [1754- 1758] – APEP, códice 79, doc. 91.

Para assegurar o giro das engrenagens das frentes de trabalho que a aldeia elevada à vila viria a apresentar, como a profunda reforma da rede urbana, as chefias foram fundamentais na intermediação e na coordenação dos descimentos de mão de obra indígena. A disponibilidade desta força de trabalho, necessária para o desenvolvimento espacial da localidade a partir de 1755, dependeu diretamente do intermédio das chefias detentoras de ampla experiência em atividades comerciais e de influência sobre extensas redes de aliados indígenas que reconheciam suas lideranças.

O invasor lusitano, portanto, necessitaria fazer parte da rede de aliança das chefias do rio Negro para ter acesso quase irrestrito ao braço indígena e concretizar o ambicioso projeto de levantar uma capital política-administrativa no Noroeste amazônico. Assim, levando em conta as raízes do comércio interétnico na região, a negociação de mercadorias foi a alternativa viável para tentar forjar relações de amizade com esses aliados indispensáveis. Este ponto, realçamos novamente, será explorado no capítulo 3.

Em paralelo às negociações de mercadorias, outro mecanismo fez parte da formação das alianças com as lideranças indígenas na segunda metade dos setecentos. Neste caso, estamos nos referindo à concessão da honraria de *Principal*, título gerado nos aldeamentos missionários a partir do *Principalato*, cargo que elevou determinados indígenas a uma posição de autoridade dentro da lógica colonial. A construção do *Principalato* e o seu papel na gestão interna dos aldeamentos de missão são as questões analisadas a seguir.

1.2. O *Principalato* e as lideranças indígenas nos aldeamentos missionários.

O domínio político, militar e econômico português que se seguiu na Amazônia dos seiscentos e setecentos teve como um de seus grandes pilares a ocupação efetiva de seu vasto território, que envolveu a instalação de aldeamentos, de vilas, de lugares e, até mesmo, de cidades. Os espaços dos núcleos coloniais mencionados, geralmente, encontravam-se preenchidos por apenas um pequeno punhado de casas enfileiradas de forma pouco coordenada ou por uma rede urbana estruturada e interligada, por exemplo, às fortalezas militares e a templos religiosos.⁵³ Ademais, a tomada da Amazônia pelos portugueses e a manipulação de suas terras estiveram associadas às alianças estratégicas com os líderes dos povos indígenas “descobertos”, que sem dúvida eram figuras de autoridade essenciais na arregimentação da

⁵³ ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Magazão**. Porto: FAUP, 1998, pp. 26, 80, 83, 89, 90.

valiosa e barata mão de obra indígena necessária para o árduo trabalho de edificação dos povoados coloniais.⁵⁴

Independentemente do tamanho e da importância do local erguido, as reformas espaciais cobraram alto em recursos humanos que Portugal, a um Atlântico de distância, não teria condições de fornecer. Entre os assentamentos coloniais que surgiram desde os primeiros estágios da conquista portuguesa das terras amazônicas, focaremos nos aldeamentos de missionação. A construção dessas aldeias gerou diversas frentes de trabalho que dependeram diretamente da mão de obra indígena angariada, mormente, com o auxílio direto das chefias. Este fato suscitou, no “tempo das missões” religiosas (1617-1759), a criação do *Principalato* pelos missionários jesuítas, cargo ocupado unicamente por lideranças indígenas.⁵⁵ O *Principalato* era basicamente o:

cargo administrativo colonial instituído pela Coroa portuguesa com base em antigas estruturas de poder das sociedades ameríndias [...] surge no discurso jurídico como um cargo a serviço da sociedade colonial exercido exclusivamente por índios. Era transmissível hereditariamente e sua legitimidade dependia da concessão de carta patente passada pelo monarca ou sob suas ordens. Para exercê-lo, o aspirante deveria apresentar bons serviços, fidelidade e a obediência necessárias tanto dele como de seus ascendentes.⁵⁶

A instituição do *Principalato* alçou as chefias nativas que optaram por se aliar a uma posição de autoridade sob o título de *Principal*, a priori, nas aldeias jesuíticas. O “Principal” no período colonial, de acordo com o *Dicionário português e latino* de Raphael Bluteau, é o “título q se dá no Brasil ao Gentio, mais estimado da Aldea, & que a governa como Capitão della”.⁵⁷ A definição de “Principal” no dicionário de Antonio de Moraes Silva não se refere diretamente ao indígena, mas no conceito descrito pelo autor estão presentes elementos característicos das chefias. Para Moraes Silva, o “Principal” é aquele “Que tem o primeiro lugar. Da mayor graduação. Entre os mais, o que é mais digno de estimação [...]. Ser *principal* em alguma acção; o commettedor; aggressor; v.g. na guerra”.⁵⁸

⁵⁴ ARENZ, Karl Heinz. **Lacaios ou líderes: os principais indígenas nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (século XVII)**. In: Novos olhares sobre a Amazônia colonial. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016, p. 175.

⁵⁵ FERNANDES, Fernando Roque. **A manutenção das tradições: O papel do Índio Principal no processo de colonização da Amazônia (1640 – 1661)**. REVISTA ENBORNAL, v.3, 2013, p. 7; ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit., 2016, pp. 175-176.

⁵⁶ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Op. Cit., 2017, p. 195.

⁵⁷ BLUTEAU, Raphael. **Dicionário português e latino**. Lisboa, Coimbra: Companhia de Jesus, 1712, p. 743.

⁵⁸ SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Na Typographia de M. P. de Lacerda, Tomo Segundo, 1823, p. 466. Grifo do autor.

Na Amazônia, conforme o dicionário organizado por Cândida Barros e Antônio Lessa, em Língua Geral a palavra “Principal”, escrita no plural, significa “Moacaretá”⁵⁹. Segundo Ermano Stradelli, “Moacaretá” é um “conselho” onde, através dos “velhos da tribo que assistem o tuicháua”, se mantém vivos “os costumes e as tradições dos antigos”. Ainda de acordo com o glossário sistematizado por Stradelli, a Língua Geral, no Noroeste amazônico, traduz a intitulação “Principal” como “Tuixáua”, que se refere à “chefe” ou a “maioral”.⁶⁰ Como veremos adiante, o termo “Tuixáua” ou “Tuxáua” foi usado pelo chefe Camandri, um Manao conhecido pelo papel que exerceu na fundação da aldeia carmelita de Mariuá (futura vila de Barcelos) na primeira metade do século XVIII.⁶¹

É importante ressaltar que apesar do *Principalato* ter concebido um novo tipo de poder local nos aldeamentos, a implementação deste cargo pelos jesuítas ainda se sustentava na autoridade que as chefias já exerciam em suas aldeias de origem. Na Capitania do Maranhão e Grão-Pará do século XVII, havia a necessidade de firmar relações de amizade com lideranças indígenas face à ameaça que outros colonizadores europeus, como franceses e holandeses, representavam para a hegemonia política e militar lusitana nos territórios sul americanos. Dessa maneira, a alternativa seguida pelo governo colonial do Maranhão para conseguir aliados na guerra contra os demais invasores europeus foi o “enobrecimento” das chefias indígenas que detinham posição de autoridade entre os seus liderados.⁶²

Esse fato explica o porquê os jesuítas, como o padre Antonio Vieira, determinaram que o critério fundamental para um indígena ser eleito ao cargo de *Principal* era o exercício de uma autoridade anterior ao poder colonial.⁶³ Entretanto, na segunda metade do século XVIII esta regra não era mais predominante. Os indígenas que alcançaram o posto de *Principal* neste período não eram necessariamente os chefes das “nações” contatadas, mas serviram de interlocutores aos portugueses, de articuladores de alianças e de intermediários nos descimentos. A propósito, é cristalino que o reconhecimento da autoridade de um *Principal* na esfera colonial divergia dos mecanismos e das dinâmicas tradicionais indígenas. Além do mais,

⁵⁹ BARROS, Cândida; LESSA, Antônio Carlos. (Orgs). **Dicionário da língua geral no Brasil**. Belém: MPEG, 2015, p. 323.

⁶⁰ STRADELLI, Ermano. **Vocabularios da lingua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú portuguez, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em lingua geral nheêngatú poranduua**. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo 104, Volume 158, 1929, pp. 301, 528, 683.

⁶¹ ADRIÃO, Denize Genuina da Silva. Op. Cit., 1991, p. 31.

⁶² CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Op. Cit., 2017, p. 195.

⁶³ FERNANDES, Fernando Roque. Op. Cit., 2015, pp. 91, 102.

é certo que o termo *Principal*, utilizado no processo de reconhecimento da autoridade do indígena aliado, era empregado e corroborado exclusivamente pelo colonizador.⁶⁴

Para termos uma noção da maneira como ocorre a afirmação do indígena como chefe no âmbito tradicional sem nos alongarmos nesta questão, recorreremos ao estudo de Mauro Coelho. O autor mostra que tanto os cronistas do século XVIII, como João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira, quanto a literatura acadêmica, com destaque para Florestan Fernandes e Antonio Porro, defendem que o reconhecimento da liderança de um chefe indígena ideal se consolida por meio dos seguintes aspectos: respeito aos mais velhos; uso de apetrechos que o distingue dos demais como colares, gargantilhas e penas; boa oratória; coragem e valentia nas guerras; condução dos rituais antropofágicos; apaziguador de conflitos internos; e o direito de possuir mais de uma esposa. Além do mais, Coelho afirma que, na ótica dessa mesma literatura, os chefes indígenas teriam como traços fundamentais a manutenção da paz e a generosidade, o que levaria a comunidade a retribuir ao chefe o reconhecimento de sua liderança, caracterizando, assim, um sistema de troca.

Todavia, através das reflexões do antropólogo Pierre Clastres, Coelho contrapõe que essa troca não define as relações de poder nas sociedades indígenas, pois a liderança do chefe é frágil. Em outras palavras, por exemplo, a generosidade e as habilidades de manutenção da paz não são garantias de sua longevidade como líder do grupo. Ainda sustentando-se na perspectiva clastreana, Coelho argumenta, em concordância com Beatriz Perrone-Moisés, que o fator estruturante das bases de poder no mundo indígena e das relações políticas, na verdade, é a recusa da coerção e da violência pelas chefias.⁶⁵ As palavras de Stradelli corroboram nesse sentido quando afirma que:

⁶⁴ POMPEU, André dos Santos. **Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 11; CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. **“DOMINAR HOMENS FERÓZES”: Missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686 – 1757)**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 60; VALE, Stephanie Lopes do. **“Adequar e não inovar”: Implementação da Justiça na Capitania de São José do Rio Negro**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015, pp. 127-128; FONTENELE, Francisca Nescylene. **Grão-Pará Pombalina: Trabalho, desigualdade e relações de poder**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, pp. 15 (nota 12), 54; FERNANDES, Fernando Roque. Op. Cit., 2015, p. 105; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Op. Cit., 2017, p. 195.

⁶⁵ COELHO, Mauro Cezar. **O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: Uma inflexão**. Campos 7(1): 2006, pp. 121-123; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Bons chefes, maus chefes, chefões: elementos de filosofia política ameríndia**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2011, v. 54 N° 2, pp. 858-859. Para conhecer o amplo debate acadêmico que existe desde a década de 1980 acerca das “formas ameríndias” de constituir uma chefia, ver: GUERREIRO, Antonio. **Chefia e política na América do Sul indígena: um balanço bibliográfico para além do modelo clastreano**. São Paulo, n. 87, 3/2018, pp. 41-70.

A autoridade do tuixáua (Principal), todavia, não é lá grande cousa, salvo talvez em tempo de guerras, hoje⁶⁶ cada dia mais raras e difíceis entre os indígenas; só obtem ser obedecido, dentro do costume pela persuasão e o ascendente proprio, individual, que possa adquirir, mas por via de regra lhe seria impossivel exercer qualquer coação.⁶⁷

Entre a dimensão colonial e indígena, levaremos em consideração apenas a autoridade das chefias legitimadas através do *Principalato* nos aldeamentos missionários, assim como o papel que exerceram na arregimentação de mão de obra e na gestão interna desses espaços. Para averiguarmos tais questões, devemos dar atenção à atuação de duas importantes ordens missionárias: a Companhia de Jesus e a Ordem do Carmo.

A Companhia de Jesus, fundamental na configuração da colônia amazônica dos seiscentos e na formulação das diretrizes que difundiram os eixos das políticas indigenistas na América portuguesa⁶⁸, defendia um projeto salvacionista baseado na integração da mão de obra indígena em suas aldeias. Na visão inaciana, o *trabalho* era um elemento central da espinha dorsal dos planos de civilização dos indígenas, bem como na edificação dos aldeamentos e de suas próprias casas.⁶⁹ Assim, a angariação de mão de obra indígena foi essencial para que se pudesse alcançar as expectativas desses empreendimentos jesuíticos durante a expansão das fronteiras coloniais na Amazônia do século XVII.

Frente a esse desafio, os Principais ocuparam uma função central na arregimentação de mão de obra através dos chamados “descimentos”. Os descimentos, autorizados e dirigidos pelos jesuítas com o aval da Coroa portuguesa, procederam a partir do deslocamento voluntário dos indígenas em direção aos aldeamentos de missionação que acabaram por reunir um diversificado conjunto de etnias. Para que os descimentos obtivessem os resultados esperados pela ordem inaciana, promessas de melhores condições de vida, de sustento e de liberdade sob a proteção do soberano português eram feitas aos indígenas, o que acabava convencendo boa parte deles a migrarem de um território a outro. Após a conclusão dos deslocamentos, os indígenas eram introduzidos na rotina da catequese em missões distantes dos centros urbanos,

⁶⁶ Não foi possível desvendar a data desta afirmação.

⁶⁷ STRADELLI, Ermano. Op. Cit., 1929, p. 683.

⁶⁸ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Op. Cit., 2017, p. 136.

⁶⁹ SILVEIRA, Arlindyane Santos da. **Educação e civilidade jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014, pp. 89-90.

convertidos em “vassallos úteis” da Coroa portuguesa e “repartidos” entre a ordem religiosa, o Estado e os moradores.⁷⁰

Teoricamente, apesar dos descimentos oficiais regulamentados se distanciarem dos métodos de escravização empregados nos resgates e nas guerras justas, e de contarem com a presença dos religiosos regulares para a realização do deslocamento de forma pacífica, isso não significa que essas operações estavam livres da violência das tropas que a executavam. Porém, apenas a participação dos padres como intermediários nos descimentos seria insuficiente a longo prazo. Os jesuítas não tinham o grande poder de mobilidade entre a rede de aldeamentos indígenas na região amazônica como os Principais, os agentes indispensáveis no exercício da intermediação nos descimentos.⁷¹

A evidente importância dos Principais nessa tarefa e em muitas outras (incursões militares, construção de fortalezas, coleta das “drogas do sertão” nas densas florestas etc.), chamou a atenção do destacado missionário jesuíta português Antônio Vieira, o responsável por exercer influência direta na promulgação das leis de liberdade indígena de 1655 e 1680, que ao mesmo tempo tornaram as chefias uma instância legítima dentro do regime da tutela exclusiva da Companhia de Jesus.⁷²

Como um cronista perspicaz, o padre Vieira é reconhecido por ter realizado diversas observações acerca da realidade das missões na Capitania do Maranhão e Grão-Pará. Em meio as impressões do jesuíta, estava a preocupação em garantir a proximidade das lideranças nativas, especialmente aquelas reconhecidas pelas suas etnias e aldeias em que residiam, tratando-os como dignos de receberem privilégios e “concessões de honras mercês”.⁷³ Em sua incansável busca pelo estabelecimento de relações de alianças com essas autoridades indígenas, os critérios pensados por Vieira para torná-los numa categoria social e política privilegiada nos aldeamentos não eram à toa. Eleger um *Principal* nas aldeias inicianas não era tarefa fácil, tendo em vista as frágeis e complexas relações de poder entre os próprios indígenas na colônia. Em virtude disso, havia a preferência por indicar ao cargo indígenas que tivessem “a capacidade de governar os seus iguais [...] e, principalmente, ‘servir de exemplo aos demais’”.⁷⁴

⁷⁰ FONTENELE, Francisca Nescylene. Op. Cit., 2008, pp. 58-59; FERNANDES, Fernando Roque. Op. Cit., 2013, pp. 1, 3-6; _____. Op. Cit., 2015, pp. 90, 134 (nota 432); ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit., 2016, pp. 191-192.

⁷¹ BOMBARDI, Fernanda Aires. **Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, pp. 20, 59, 60, 68, 85.

⁷² ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit., 2016, pp. 176, 184.

⁷³ FERNANDES, Fernando Roque. Op. Cit., 2015, p. 91.

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 102.

Em paralelo a isso, as ações de Vieira demonstram o cuidado e a atenção que teve ao definir as funções dos Principais na gerência das missões religiosas frente aos desafios da realidade amazônica. Este zelo aparece no denominado Regulamento das Missões ou Aldeias, conhecido como *Visita*, escrito pelo padre no final de 1650. O documento, subdividido em três partes, é composto por 50 parágrafos que sistematizam um conjunto de sugestões referentes a assuntos internos dos missionários e a questões externas que dizem respeito ao trato com os indígenas aldeados.⁷⁵ Entre as alíneas do regulamento da *Visita*, estão claras quais eram as devidas responsabilidades dos Principais no governo temporal e atemporal das aldeias, sobretudo naquelas onde os missionários não tinham residência fixa.

Para citar alguns exemplos, nos parágrafos 29, 35, 37 e 38, Vieira aponta que o Principal indígena estava encarregado de: gerenciar a repartição dos trabalhadores indígenas sob seu comando e disponibilizá-los aos colonos; batizar outros indígenas caso também fosse batizado e fluente na Língua Geral; e aplicar punições contra os “delinquentes” para manter “limpas” as mãos dos jesuítas e preservar a boa imagem desses religiosos aos moradores do aldeamento.⁷⁶ Como veremos no capítulo a seguir, algumas dessas atribuições continuaram atreladas à figura dos Principais no interior das vilas coloniais durante a vigência do Diretório Pombalino.

A expansão da fronteira lusa alcançou o Noroeste amazônico ainda no século XVII. A consolidação da presença portuguesa nesta longínqua zona da colônia prosseguiu tendo como mola propulsora inicial a montagem dos aldeamentos jesuítas e as operações de arregimentação de mão de obra indígena. O *Principalato* e o papel desempenhado pelos Principais permaneceram inteiramente imbricados a esse processo de dilatação dos limites fronteiriços coloniais.

Particularmente no rio Negro, a partir de 1657, os primeiros inácianos a deixarem suas pegadas foram os padres Francisco Veloso e Manoel Pires. Segundo Décio Guzmán, ambos comandaram a primeira expedição oficial de tropa de resgate⁷⁷ (constituída por 300 indígenas

⁷⁵ ARENZ, Karl Heinz; SILVA, Diogo Costa. “Levar a luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”: fundação e consolidação da Missão Jesuíta na Amazônia Portuguesa (século XVII). – Belém: Editora Açaí, 2012, pp. 31, 33.

⁷⁶ FERNANDES, Fernando Roque. Op. Cit., 2013, pp. 15-17.

⁷⁷ Para que ocorressem as operações das chamadas “tropas de resgate”, diversos artifícios eram usados pelos colonos ou portugueses para justificar uma expedição militar que resultasse no cativo de inúmeros indígenas e a guerra era um dos principais mecanismos utilizados nesse quesito. Comumente os membros das tropas de resgate, sobretudo o cabo, alegavam ter presenciado violentas guerras entre os indígenas para tornar “justa” a captura dos derrotados. Os “resgates” procediam da seguinte forma: após o término das supostas guerras entre as populações indígenas, os guerreiros apanhados permaneciam em cativeiro amarrados “à corda” enquanto aguardavam os rituais antropofágicos. Caso o prisioneiro fosse localizado pelas tropas de resgate antes de ser supostamente devorado, iniciava-se então um processo de negociação com o chefe da etnia vencedora para “resgatar” da morte o indígena aprisionado. As tropas, comandadas por um cabo e acompanhadas por um missionário, geralmente jesuíta, libertavam o indígena do cativeiro para submetê-lo ao trabalho forçado que durava

e 25 portugueses) na região com o objetivo de abastecer o Estado do Grão-Pará com mão de obra, mas o autor aponta que não há dados referentes aos resultados exatos dessa empreitada encabeçada pelos frades.⁷⁸ Por outro lado, Sandrielle Santos ressalta que a expedição que levou à penetração dos missionários jesuítas no rio Negro e na foz do rio Tarumã, por volta de 1657, “desceu” 600 indígenas como cativos para Belém na intenção de formar outros povoados pelo Estado do Grão-Pará, civilizar os nativos capturados e inseri-los no sistema da divisão de trabalho. Porém, a autora não esclarece se esta excursão é a mesma protagonizada por Francisco Veloso e Manoel Pires.⁷⁹

No ano seguinte, em 1658, Décio Guzmán afirma que outra expedição de resgate ocorreu no rio Negro. Desta vez, a operação de captura e transporte dos indígenas escravizados para Belém estiveram na supervisão dos jesuítas Francisco Gonçalves e Pedro Pires. Este episódio é conhecido como “a primeira vez que um missionário conseguiu estabelecer relações regulares com as populações locais”.⁸⁰ Anos mais tarde, entre 1680 e 1690, os indígenas Maraguazes bloquearam o acesso dos portugueses aos rios Negro e Madeira. Para Guzmán, tal hostilidade indígena contra a presença de colonos e de missionários suscitou o estabelecimento das primeiras residências jesuítas no rio Negro por meio do padre lombardo Giovanni Maria Gorzoni em 1690. O trabalho de Gorzoni arrumou o terreno para que, dois anos depois, o jesuíta italiano Giovanni Justo da Luca se fixasse na região. Nesse mesmo período, é evidente a presença de jesuítas de outras nacionalidades na Amazônia e no rio Negro. Embora seja desnecessário abordar em detalhes os trabalhos realizados por eles e suas trajetórias, algo já feito por Guzmán, é pertinente apenas destacar que pelo rio Negro, entre as décadas finais do século XVII e a primeira metade do XVIII, também passaram pelo local os jesuítas Aloisius Conradus Pfeil (sueco), Aquiles Maria Avogadri (italiano) e Ignaz Szentmartonyi (austríaco).⁸¹

em média cinco anos para cobrir o preço da compra da sua “salvação”. Passado o tempo de serviço, o indígena era “descido” para alguma aldeia estabelecida no interior. A prerrogativa de legitimar o cativo feito pelas tropas de resgate se estendeu também, a partir de 1693, às demais ordens religiosas como a dos carmelitas, mercedários e franciscanos, que participavam das expedições de resgate em seus respectivos distritos de missão. Cf. DIAS, Camila Loureiro. **O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (século XVII e XVIII)**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017, pp. 250-254; NEVES, Tamiris Monteiro. **“Intoleráveis excessos e excessivos abusos”: a prática dos resgates no Estado do Maranhão**. In: Novos olhares sobre a Amazônia colonial. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016, p. 165.

⁷⁸ GUZMÁN, Décio de Alencar. Op. Cit., 2021, p. 32.

⁷⁹ SANTOS, Sandrielle Pessoa dos. **Tempo e espaço na Amazônia colonial: Da Vila de Ega à cidade de Tefé Séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016, p. 30.

⁸⁰ GUZMÁN, Décio de Alencar. Op. Cit., 2021, p. 33.

⁸¹ Idem, ibidem, pp. 34, 35, 37.

A movimentação de jesuítas não portuguesas no rio Negro e em áreas de influência espanhola conturbou as relações com os jesuítas lusitanos. Acreditava-se que esse impasse fragilizava o controle português na região, o que motivou o rei D. Pedro II a deliberar o envio de outras ordens religiosas para aquelas bandas do Noroeste amazônico na intenção de acabar com a exclusividade dos padres da Companhia de Jesus sobre a administração dos aldeamentos, como é o caso dos carmelitas.⁸² Não podemos perder de vista que um dos feitos fundamentais do trabalho dos jesuítas no rio Negro foram as relações estabelecidas com as chefias das populações indígenas. A razão do esforço em firmar alianças com os chefes se deu, desde 1670, pela percepção dos missionários jesuítas de que o *Principalato* ocupou o eixo da política de ocupação que estava em andamento na bacia do vale rionegrino.⁸³

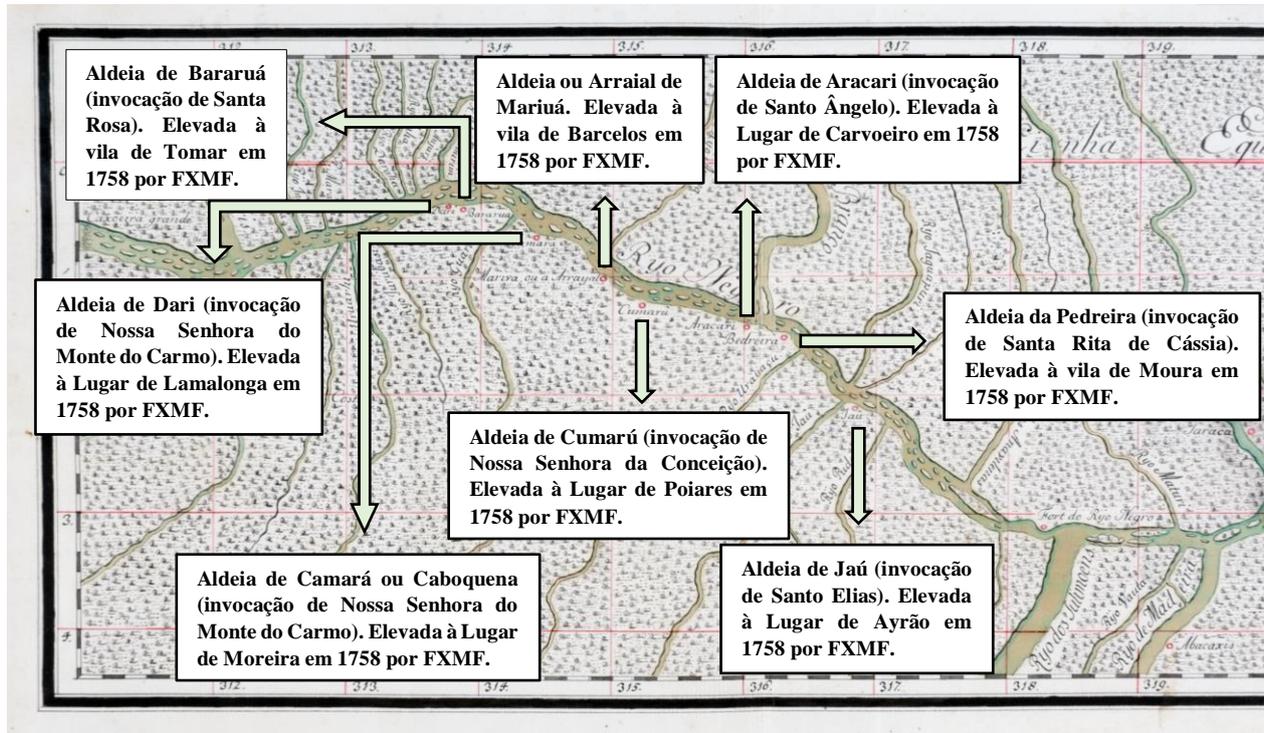
Em meio a gradual substituição dos missionários da Companhia de Jesus, em meados do ano de 1694, houve a convocação dos ainda pouco experientes missionários da Ordem do Carmo para o rio Negro. Após a saída dos jesuítas, os carmelitas passaram a cuidar da extensa, disputada, hostil e geograficamente complexa área do rio Negro em termos administrativos e espirituais a partir de 1695. Os frades também estavam autorizados a missionar nas regiões interioranas banhadas pelo rio Solimões.⁸⁴ Os carmelitas fundaram com muita dificuldade nas décadas iniciais do século XVIII um distrito de aldeamentos que preencheram toda a margem direita entre o baixo e o médio rio Negro conforme o mapa 1.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 36.

⁸³ Idem, *ibidem*, pp. 34, 37.

⁸⁴ PERDIGÃO, Jordan Lima. **Os Carmelitas na Amazônia Ocidental: as Missões Carmelitas na Amazônia Portuguesa Ocidental (séculos XVII e XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, pp. 69-72; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. Cit., 2011, p. 50; CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. Op. Cit., 2015, pp. 21, 42, 48-50, 70, 81.

Mapa 1 – Localização das aldeias fundadas e administradas pelos carmelitas no rio Negro.
Desenho de João André Schwebel, 1758.



Fonte: Le ne fay rien sans Gayeté (Montaigne, Des livres), Ex Libris José Mindlin.⁸⁵

Ao contrário dos jesuítas, até o momento não foi encontrada nenhuma legislação específica que revele a perspectiva da Ordem do Carmo acerca do *Principalato* e o modo como organizaram as funções dos Principais indígenas nos seus aldeamentos. Todavia, apesar de não haver nada formalizado em lei, a postura dos carmelitas em relação aos Principais não foi de indiferença. Compreendemos isso com a citação de uma passagem da tese de Roberto Carvalho Junior, que mostra a estratégia carmelita de contatar primeiramente as lideranças antes dos demais indígenas. No trecho abaixo, o autor aponta que o:

Frei [carmelita] Manoel [da Esperança] avançava sobre o rio Solimões e entrava em contato com diversas aldeias dos próprios Yurimágua ou de outras etnias, usando sempre principais como Aryomaná, Urimá e Matiba como intermediários. A citação constante dos principais de cada aldeia e a referência aos outros componentes do grupo como “súditos” daqueles principais, revelam o modo como os portugueses enxergavam a

⁸⁵ As informações visualizadas no mapa geográfico do rio Negro sobre as aldeias fundadas pelos carmelitas e a refundação delas como vilas/lugares no período pombalino se encontram em: ARAÚJO, Renata Malcher de. Op. Cit., 1998, pp. 126-127, 134; BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 425; NABUCO, Joaquim. **O direito do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1941, pp. 39-42 (nota 1); PRAT, André. **Notas históricas sobre as missões carmelitas no extremo norte do Brasil (século XVII-XVIII)**. Ordem Carmelita, Recife, 1941, p. 59; CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. Op. Cit., 2015, p. 94.

estrutura de organização dos indígenas, e a forma que acreditavam ser a melhor para proceder com os mesmos.⁸⁶

A valorização dos Principais pela Ordem do Carmo, conforme Carvalho Junior, se deu por conta da série de dificuldades encontradas para a execução do projeto missionário no território do rio Negro. As adversidades se originavam tanto da inexperiência inicial dos padres, quanto da falta de conhecimento sobre os habitantes e a geografia dos locais preliminarmente mapeados. Ainda de acordo com Carvalho Junior, para vencer os desafios apresentados e colocar em prática a obra de cristianização, os carmelitas, cada um à sua maneira, priorizaram a o processo de transformação das lideranças em interlocutores políticos com o intuito de conquistarem a aproximação do restante da população indígena e o descimento bem sucedido das mesmas.⁸⁷

Os carmelitas, assim como os seus predecessores inacianos, utilizaram a distribuição de cargos para reforçar as relações com as chefias. Em relação a essa estratégia de aliança, Carvalho Junior menciona o ponto de vista do carmelita Vitoriano Pimentel, o responsável por detectar os problemas que dificultavam a instalação dos aldeamentos da ordem no rio Negro e por acreditar que apenas a catequese era insuficiente para atrair os indígenas. O autor aponta que, para o padre Pimentel, distribuir cargos garantiria aos aliados indígenas determinados privilégios e destaque social. A ideia de Pimentel foi embasada pela experiência que teve com os Omágua, indígenas que, ao serem contemplados com cargos e regalias, criaram com os padres fortes relações de “clientelismo” e de amizade, uma proximidade que serviu, sobretudo, aos propósitos religiosos e, certamente, empresariais dos missionários carmelitas.⁸⁸

Para citar um exemplo de concessão de cargo que tem paralelo direto com o *Principalato* durante a época do domínio temporal e secular dos carmelitas no rio Negro, daremos ênfase à aldeia de Mariuá, localidade que será o fio condutor das análises dos próximos capítulos por conta da importância política e diplomática que adquiriu na segunda metade do século XVIII.

Conforme o mapa 1, Mariuá está situada no médio rio Negro e foi fundada pelo frei carmelita Matias de São Boaventura⁸⁹ no ano de 1728 com a invocação de Santo Eliseu. Para

⁸⁶ CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. Op. Cit., 2015, pp. 60-61.

⁸⁷ Idem, ibidem, pp. 81-82.

⁸⁸ Idem, ibidem.

⁸⁹ Antes de fundar e administrar a aldeia de Mariuá, o padre Matias de São Boaventura havia sido enviado pelo provincial frei João Coelho em 1718 para a “aldeia de Jurupurá” com o objetivo de apaziguar um conflito entre os chefes Caricuá e Baçuriana (Manao). Este último solicitou a proteção dos carmelitas e São Boaventura ficou encarregado desta missão, o que deu a ele a oportunidade de viver uma relação direta com os Manao no médio rio Negro. No entanto, São Boaventura não conseguiu permanecer por muito tempo na aldeia por conta das tensões que gerou com o chefe Baçuriana. O clima agitado, iniciado pelo carmelita que tentou obrigar a chefia a abandonar o tradicional costume de ter muitas esposas, provocou a retirada de São Boaventura para as margens do rio Jurubaxi

esse empreendimento, o religioso teve a assistência direta de um Tuxáua Manao chamado Camandri, sujeito que ganhou a titulação de *Principal* provavelmente oriunda da concessão feita pelo próprio São Boaventura que utilizou o tal método jesuítico de formação de alianças. Camandri, cuja trajetória será melhor detalhada no capítulo seguinte, teve ampla participação na fundação da aldeia na companhia do padre, pois ambos visavam construir um espaço para tutelar principalmente os Manao. Em pouco tempo, frei Boaventura fixou a sua residência em Mariuá e chegou a evangelizar no local 1.419 indígenas, sendo os Manao a maioria dos convertidos ao cristianismo graças à ajuda de Camandri.⁹⁰

É possível ter uma noção do quão respeitado Camandri era entre os carmelitas quando levamos em conta que em Mariuá existiam as grandes casas de “Paricá” de “Palhoça redonda, proporcionalmente espaçosa” e construídas para as “danças solemnes” dos indígenas, onde “influe o abuso da bebida do Tojoarú e do tabaco do Paricá”. A contragosto, os carmelitas toleraram esse tipo de “residência” por um tempo, mas nunca aceitaram a presença dessas casas no aldeamento; e não demorou para o frei José de Magdalena planejar, com “manha e de modo que a não percebesse o Gentio”, a demolição de quase todas.

Durante a calada de uma noite, o padre ordenou que o capitão Francisco Xavier de Andrade incendiasse as casas e conseguiu convencer a tempo o “Gentio” de que aquilo era obra do acaso. A única casa que Magdalena “não se atreveo a incendiar” foi a que servia às “danças” do Principal Camandri, pois o missionário “temia desgostal-o, [e porque] delle dependia a conservação da Aldêa, e a amizade, e o respeito dos Indios confederados: [sem falar que] A elle reverenciavam os outros Principaes”.⁹¹ Não temos informações a respeito da casa do “Paricá” de Camandri durante o período de implementação das reformas pombalinas no rio Negro por não haver qualquer menção a ela nas fontes manuscritas consultadas concernentes à segunda metade do século XVIII.

após perceber o risco de vida que corria. Em seguida, o padre foi encontrado pelo chefe Manao Camandri no rio “Uniuxy”. Camandri, convencido pelo religioso, “desceu” com o seu pessoal para a área que, em 1728, passou a ser conhecida como aldeia de Mariuá. São Boaventura ainda fundou as missões de Cumarú (invocação de Nossa Senhora da Conceição) e de Aracarí (invocação de Santo Ângelo) antes de retornar ao Pará com um descimento em 1734. O carmelita ainda chegou a dirigir uma fazenda perto de Tapuitepera até pelo menos 1759. Cf. SWEET, David. **A rich of nature destroyed: the Middle Amazon valley, 1640-1750**. Tese (Doutorado) – University of Wisconsin, Madison, USA, 1974, p. 755; ROCHA, Rafael Ale. **Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial**. História: Debates e Tendências – v.8, n. 2, 2009, pp. 380-381; SARMENTO, Francisco da Silva. Op. Cit., 2018, p. 79 (nota 7).

⁹⁰ ROCHA, Rafael Ale. Op. Cit., 2009, p. 130; ANDRELLO, Geraldo. Op. Cit., 2010, p. 110; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, p. 312; PRAT, André. Op. Cit., 1941, p. 59; ADRIÃO, Denize Genuina da Silva. Op. Cit., 1991, p. 31; CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. Op. Cit., 2015, p. 97.

⁹¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, pp. 358-359.

Detalharemos no subcapítulo a seguir o grau que o desenvolvimento espacial de Mariuá atingiu na administração carmelita e a importância de sua infraestrutura para o embrião da futura urbanização emplacada pela nova gestão política na região a partir de 1755. O ponto a se destacar é que, sem dúvida, o projeto colonial e de missionação dos padres da Companhia de Jesus e da Ordem do Carmo, especialmente no rio Negro, ganharam fôlego com a constituição do *Principalato*, que angariou a aliança das lideranças indígenas que foram fundamentais na arregimentação da mão de obra e na gestão interna dos aldeamentos.

Contudo, devemos considerar que apesar do prestígio que as chefias tinham junto aos seus liderados terem sido de grande proveito para as autoridades civis e eclesíásticas na colônia, as políticas de valorização deram a esses líderes nativos maiores poderes de barganha na nova sociedade.⁹² Fernando Roque Fernandes explica que o *Principalato* também é visto como uma resistência levada a cabo pelos Principais nos aldeamentos. Inúmeras formas de resistência existiram no período colonial na Amazônia, mas o *Principalato* foi a estratégia adotada pelos indígenas que mais marcou a permanência de sua cultura dentro do sistema colonizador europeu e que se destacou nos aldeamentos missionários.

Ainda de acordo com Fernandes, se por um lado o *Principal* foi uma figura bastante influente e capaz de conduzir a vontade coletiva em favor da política colonizadora lusitana, por outro, os indígenas utilizaram esse cargo como instrumento para integrar-se no projeto colonial e religioso de acordo com os próprios objetivos. O indígena, na condição de *Principal*, se apropriou do novo cotidiano imposto e passou a ser um dos construtores centrais da realidade colonial na Amazônia, o que caracterizou uma inserção munida de resistência.

Embora o *Principal*, segundo Fernandes, se tornasse adepto do cristianismo ou decidisse colaborar com o projeto de exploração econômica dos colonos, nenhum desses processos foram capazes de anular todos os seus traços culturais, incluindo o cumprimento do seu papel tradicional de liderança. Na conclusão de sua análise, Fernandes destaca que o *Principal* era a representação da coletividade do aldeamento e suas ações refletiram a maneira como a resistência indígena se chocava com o novo modelo cultural europeu na Amazônia colonial. Essa chefia atuou como um grande limitador das imposições externas ao reconfigurar o espaço em que circulava e criar novas possibilidades capazes de satisfazer as suas demandas particulares.⁹³

Diante do notável papel dos Principais, a política de alianças com as lideranças indígenas se viu pesadamente estimulada na segunda metade do século XVIII no rio Negro e

⁹² ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Op. Cit., 2000, p. 168.

⁹³ FERNANDES, Fernando Roque. Op. Cit., 2013, pp. 7, 9, 18.

isso se deu principalmente pela “onda” dos projetos urbanísticos que adentrou os povoados coloniais na esteira das chamadas reformas pombalinas.

Esta “fase” da colonização portuguesa é marcada pela implantação de leis que moldaram as relações do Estado português com as sociedades indígenas amazônicas através de “novas” políticas indigenistas. Para citar alguns exemplos, as reformas que vieram à luz foram: a Lei de Liberdade dos indígenas promulgada em 6 de junho de 1755 e publicada em 3 de maio de 1757; o Alvará Régio de 4 de abril de 1755, que declarou a união matrimonial entre portugueses e indígenas para fins de ocupação de todas as terras conquistadas; a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão em lei aprovada em 6 de junho de 1755; a retirada do poder temporal dos padres sobre a tutela dos indígenas, a qual foi transferida para a administração de funcionários leigos em 7 de junho do mesmo ano; e o Diretório dos Índios, instrumento publicado em 1758 que condensou em seu texto as leis anteriormente instauradas e que visava “civilizar” os indígenas para transformá-los em “vassalos” por meio de um conjunto de medidas, as quais se destacavam o ensino da Língua Portuguesa, trabalho, casamento interétnico, supressão das diferenças luso-indígenas etc.⁹⁴

Em meio a esse caldeirão de imposições legislativas, o *Principalato* acabou sendo institucionalizado pelo Diretório dos Índios. Para Mauro Coelho, essa política pombalina, embora não tenha inaugurado a inflexão nas antigas estruturas de poder das populações indígenas, integrou o papel das chefias nos projetos e iniciativas de ocupação e reprodução da sociedade colonial, tanto no sentido material quanto cultural. Coelho argumenta que os Principais continuaram incorporados nas novas bases de poder da segunda metade dos setecentos através das estratégias de descimentos que muito favoreceram as políticas de povoamento. O lugar dos Principais nesta tarefa teve grande proveito na conjuntura inaugurada pelo “pacote” das reformas legislativas pombalinas em razão dos contínuos descimentos de mão de obra indígena.⁹⁵

Nesta nova circunstância, o destino dos aldeamentos carmelitas no rio Negro não estava incerto. Mariuá, especificamente, foi o aldeamento mais impactado urbanisticamente pelas reformas pombalinas e pelos conflitos fronteiriços no Noroeste amazônico resultantes do Tratado de Madri de 1750, assinado pelas Coroas de Portugal e Espanha.⁹⁶ As consequências

⁹⁴ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [04/08/1755] – MCM, v.2, pp. 464-469, 473-477; Idem [13/10/1756] – MCM, v.3, pp. 162-163; COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2016, p. 28; SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **1755, o ano da virada na Amazônia Portuguesa**. Somanlu, ano 8, n.2, jul./dez. 2008, p. 79; FONTENELE, Francisca Nescylene. Op. Cit., 2008, pp. 32, 39.

⁹⁵ COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2006, pp. 125, 126, 127.

⁹⁶ “Tratado de limites das conquistas entre os muitos altos e poderosos senhores Dom João V, Rey de Portugal, e D. Fernando VI, Rey de Espanha, assignado em 13 de Janeiro de 1750, Madrid, e ratificado em Lisboa a 26 do

desses eventos tornaram Mariuá na principal zona de exploração do rio Negro, pois a mão de obra indígena seria utilizada principalmente nas transformações espaciais. Por isso, vamos analisar a seguir como a reformulação da rede urbana de Mariuá por meio da exploração do trabalho indígena favoreceu diretamente a elevação da localidade à categoria de vila sob a denominação de Barcelos e a reconverteu em um autêntico espaço de concessões e de negociações, permitindo com que as honrarias e as mercadorias continuassem ocupando o centro da formação das alianças com os Principais.

1.3. A transformação de Mariuá em vila de Barcelos.

O domínio da Ordem do Carmo no médio rio Negro começou a mudar efetivamente no final do ano de 1754 com a chegada na aldeia de Mariuá do meio-irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo (ministro do rei de Portugal D. José I e futuro Marquês de Pombal), o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado.⁹⁷ Ao descer da embarcação que o transportou até ali, a autoridade colonial rapidamente percebeu que embora Mariuá não fosse um local de grandes dimensões territoriais, sua área detinha uma notável infraestrutura urbana capaz de ser aproveitada no plano de revitalização idealizado pelo corpo técnico de engenheiros que compuseram a sua comitiva, com destaque para o cartógrafo e engenheiro de nacionalidade alemã Felipe Frederico Sturm.⁹⁸

A existência de uma embrionária base urbanística em Mariuá se deu graças ao investimento dos carmelitas na ereção de um hospital, de centros ritualísticos, como a capela de Nossa Senhora da Conceição, e de um colégio ou seminário para a catequização. Este último tornou o aldeamento, na primeira metade do século XVIII, em uma missão para catequizar os

dito mez, e em Madrid a 8 de Fevereiro do mesmo anno”. In: REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. Belém: SECULT, 1993, pp. 116-129; RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Op. Cit., 2005, p. 76.

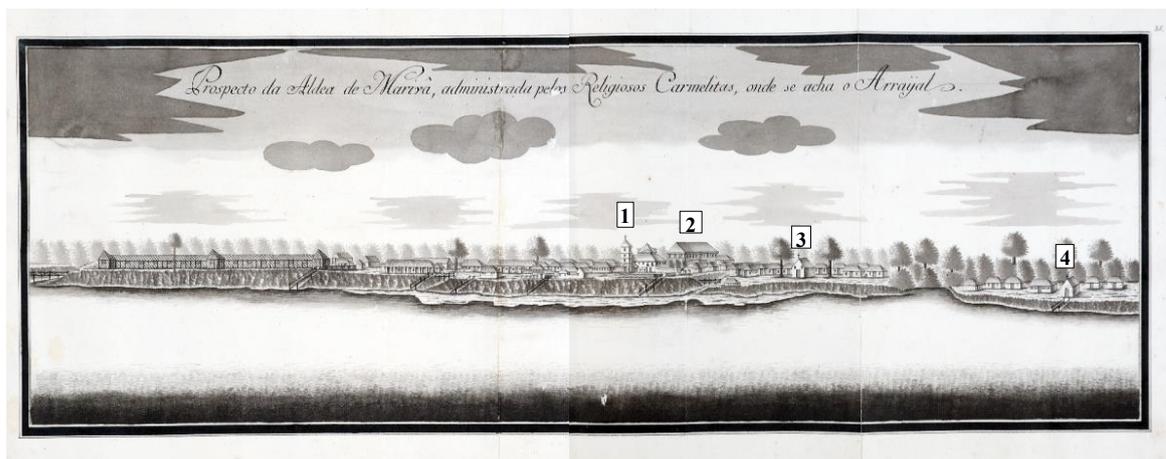
⁹⁷ “Diário da viagem que o Ilm^o e Exm^o Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, fez para o Rio Negro. A expedição das demarcações dos Reais Domínios de Sua Majestade”. Francisco Xavier de Mendonça Furtado – MCM, v.2, pp. 256-288.

⁹⁸ Natural de Nuremberg, a figura e especialidade técnica de Felipe Sturm ficaram conhecidas a partir do início do ano de 1750, quando, em Lisboa, acabou sendo contratado pela Coroa para integrar a expedição que rumou para a Amazônia. Após a assinatura do Tratado de Madri, Sturm foi um dos engenheiros que partiu de Belém com a comitiva de Mendonça Furtado em 2 de outubro de 1754, com destino à aldeia de Mariuá, no papel de ajudante-engenheiro. Nos anos e meses subsequentes à chegada no aldeamento carmelita, Sturm atuou no levantamento de fortificações militares no alto rio Negro, mas a elaboração de plantas que projetaram construções que interviram na modificação espacial de diversos núcleos coloniais na região foi um dos serviços realizados por ele que mais teve reconhecimento e notoriedade. Cf. BORGES, Ricardo; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2024, p. 4; OBERACKER, Carlos. **Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século XVIII: Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm**. In Revista de História Vol. 44 n^o 89, 1972, pp. 104-105; COSTA, Graciete Guerra da. **Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira**. Tese (pós-doutorado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015, p. 78; REIS, Arthur César Ferreira. Op. Cit., 1993, pp. 78-79.

Manao, Baré, Baniwa, Passé e Werekena.⁹⁹ A demografia indígena de Mariuá, muito superior à população “branca”, ainda contava com a presença dos Bayanaí e Paiana, o que fez com que em determinados momentos o diversificado coletivo indígena da região chegasse a beirar próximo a 1000.¹⁰⁰

Porém, a densidade populacional indígena, sobretudo na década de 60 do século XVIII, oscilava constantemente em razão principalmente das fugas.¹⁰¹ Apesar disso, a massa indígena não escapou da atenção do governador, que a encarou como o “combustível” essencial que movimentaria a engrenagem da revitalização urbanística da aldeia. Além disso, como a figura 1 nos mostra, Mendonça Furtado se deparou com edificações que seriam fundamentais para os propósitos da nova administração imposta por ele na pequena aldeia.

Figura 1 – “Prospecto da Aldea de Mariuá, administrada pelos Religiosos Carmelitas, onde se acha o Arrayal”. Desenho de João André Schwebel, 1758.



Fonte: Le ne fay rien sans Gayeté (Montaigne, Des livres), Ex Libris José Mindlin.

Esta é a única imagem conhecida que ilustra Mariuá no século XVIII em sua totalidade. A adição de números na figura auxilia, além da identificação dos estabelecimentos carmelitas, no apontamento da seguinte suposição: as cifras que vão de 1 a 4 demarcam o tamanho original da aldeia antes de sofrer a expansão perpetrada pelas reformas espaciais de Mendonça Furtado. Além disso, o reconhecimento das edificações carmelitanas é feito com base na planta que apresenta o mapa urbano da aldeia na fase em que já está elevada à categoria de vila e nomeada

⁹⁹ ANDRELLO, Geraldo. **Escravos, descidos e civilizados: índios e brancos na história do rio Negro**. Revista Estudos Amazônicos. Vol. V, nº1, 2010, p. 110; BARRA, Camila Sobral; DIAS, Carla. (orgs.). Op. Cit., 2013, p. 88.

¹⁰⁰ NORONHA, José Monteiro de. Op. Cit., [1768] 1862, p. 65; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Op. Cit., 1825, p. 105; AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. Op. Cit., 1852, p. 198.

¹⁰¹ “Calculo Geral dos Indios, e familias da Capitania de S. José do Rio Negro: 1764”. Correspondências de diversos com o governo [1764] – APEP, código 139, doc. 5; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, p. 269; FONSECA, André Augusto da. Op. Cit., 2016, pp. 148, 151-152;

como Barcelos (ver figura 2), bem como na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Percebe-se na imagem as seguintes instalações situadas à margem do rio Negro e próximas das escadarias de madeira que davam acesso ao interior da aldeia: a Igreja Matriz (1), que inicialmente não passava de uma “palhoça” no ano da fundação de Mariuá, sendo reformada em 1738; o antigo Hospício¹⁰² dos carmelitas (2) anexo à Igreja Matriz, local de residência ou hospedagem dos missionários durante a administração da Ordem do Carmo; a capela de Santa Anna (3), cercada pelos fundos por pequenas casas; e o “bairro de índios” conhecido por Aldeinha (4), separado do restante da área por um pequeno igarapé e erigido por Matias de São Boaventura em 1729 para abrigar os Baré “devotos” do Principal Iandaby. Em 1739, a mando do padre José de Magdalena, a Aldeinha ainda ganhou uma capela nomeada de São Caetano, que foi demolida em 1759 por não ter resistido ao “estrago do tempo” e às enchentes do rio.¹⁰³

Mendonça Furtado ainda tinha em mãos os informes de que o espaço físico de Mariuá também funcionava como um entreposto comercial dos carmelitas e centro estratégico de expansão das tropas de resgate para “vários pontos do baixo e médio rio Negro, enviando suas ‘bandeiras’ aos altos rios, inclusive ao Uaupés, Içana, Xié, Cassiquiare e Alto Orinoco, como também ao Japurá.”¹⁰⁴ O Capitão-General sabia que a razão dessas operações ocorrerem livremente se dava pelo fato dos carmelitas usufruírem de grande autonomia na promoção de iniciativas no sistema extrativista e nas obras públicas com a mão de obra indígena. Tais constatações revelaram o caráter “empresarial” dos carmelitas e evidenciaram suas missões como verdadeiras “empresa[s] de negócios ‘independente[s]’”.¹⁰⁵

Para que as reformas de Sebastião José de Carvalho e Melo no rio Negro surtisser algum efeito prático na realidade encontrada por seu meio-irmão e que a soberania portuguesa naquela região de fronteira se reafirmasse perante o cenário geopolítica inflamado pelo Tratado de Madri, era preciso haver a apropriação de Mariuá para “urbanizar” novamente o seu espaço. Esta ação de “urbanizar”, na segunda metade do século XVIII, significou alterar o espaço com

¹⁰² Conforme o dicionário de Antonio de Moraes Silva, hospício é uma “Habitação, domicilio” ou “Convento, [...] casa religiosa, pequena, onde se agasalhão os Religiosos da Ordem, que paixão pela terra onde está o hospício”. Para Moraes Silva, a palavra também significa “Hospitalidade [...]. Hospedagem que se faz a alguém”. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. Op. Cit., 1823, pp. 57-58.

¹⁰³ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, pp. 306-308, 309, 311, 322, 325, 326, 364.

¹⁰⁴ MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018 p, 314; ANDRELLLO, Geraldo. Op. Cit., 2010, p. 110.

¹⁰⁵ SWEET, David. Op. Cit., 1974, pp. 648-649; CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. Op. Cit., 2015, pp. 24, 108-109; GUZMÁN, Décio de Alencar. Op. Cit., 2021, pp. 44-46; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. Cit., 2011, p. 50; ALVES, Dysson Teles. **O Tempo dos Régulos do Sertão: O contrabando de índios na Amazônia Portuguesa (c-1700 c-1750)**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017, p. 203.

a reforma jurisdicional e arquitetônica das aldeias missionárias e construir vilas coloniais com administração secular nas regiões interioranas. Esse processo urbanístico do período josefino representou o compromisso de Portugal com o absolutismo, o mercantilismo e com o iluminismo. A malha urbana da colônia na América portuguesa, nesse período, representou também a imagem “civilizada” e “europeizada” que a Metrópole lusitana esperava projetar, adaptar e consolidar nos sertões afastados da costa litorânea.¹⁰⁶

Na Amazônia do século XVIII, a partir do diagnóstico de um quadro desolador para a Coroa portuguesa como pobreza generalizada, falta de “progresso econômico” e dos latentes conflitos entre os “habitantes naturais” e os do reino, a urbanização nos moldes do projeto iluminista de Sebastião José de Carvalho e Melo pretendeu caminhar em direção à reforma estrutural da sociedade regional. A ideia de Sebastião José era transformá-la em outra terra, com a ajuda de cartógrafos e engenheiros, por meio da codificação do território em mapas, cartas e plantas, na intenção clara de viabilizar a real intervenção no espaço físico da floresta tropical.¹⁰⁷

É importante apontar que o processo da urbanização portuguesa na Amazônia do século XVIII, com a fundação de vilas e lugares, deu continuidade ao que foi começado antes pelas aldeias missionárias, fundadas na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, e transformadas em núcleos urbanos secularizados, a partir de 1755. Esta hibridização urbana missionário-iluminista mostra que o empreendimento josefino no aspecto urbano foi beneficiado pelas diversas aldeias indígenas anteriormente fundadas pelos missionários jesuítas e carmelitas no vale amazônico e, especialmente, no rio Negro. Em outras palavras, reforçamos que os frutos da era dos missionários jesuítas e carmelitas garantiram, em termos urbanísticos, uma base física sólida para a política de secularização das aldeias, que fundaram a rede urbana das vilas e lugares com denominações portuguesas na gestão do governador Mendonça Furtado.¹⁰⁸

¹⁰⁶ DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII**. – Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, pp. 4; POETTERING, Jorun. **As obras urbanas como meio heurístico para a exploração da sociedade colonial**. In: “Em benefício do povo”: obras, governo e sociedade na cidade colonial / organizadores: Jorun Poettering, Gefferson Ramos Rodrigues. – Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 18; RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Op. Cit., 2005, pp. 78-79.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Renata Malcher. Op. Cit., 1998, pp. 107, 110; ARRAES, Esdras Araujo. **As vilas de índios dos sertões do norte e do estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no século XVIII**. ANTÍTESES, v. 11, n. 21, 2018, pp. 194-195, 200, 205.

¹⁰⁸ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [13/06/1757] – MCM, v. 3, pp. 302-303; GUZMÁN, Décio de Alencar. **Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII)**. In: Clara GARCIA & Manuel Ramos MEDINA (comp.) / **Ciudades mestizas: Intercambios y continuidades en la expansión occidental, Siglos XVI a XIX**. México: Centro de Estudios de Historia de México – CONDUMEX, 2001, pp. 91, 92, 94; _____. **La primera urbanización de los ‘Abunás’: mamelucos, Indios y Jesuítas en las Ciudades Portuguesas de la Amazonia, siglos XVII y XVIII**. Boletín Americanista, v. 67-2, 2017, pp. 54, 56, 57-58; _____. Op. Cit., 2021, pp. 37-46; SANTOS, Sandrielle Pessoa dos. Op. Cit., 2016, pp. 25, 32, 33, 34-35, 36, 37, 38-39, 40.

Guiado pela cartilha pombalina e com o apoio do Bispo do Grão-Pará frei Miguel de Bulhões, Furtado refundou a aldeia de Mariuá como vila de Barcelos em 6 de maio de 1758 e, neste processo, ainda elevou o local à sede das comissões luso-castelhanas de demarcação de fronteira e capital da Capitania de São José do Rio Negro.¹⁰⁹ As profundas mudanças políticas na região acentuaram a exploração da mão de obra indígena em diversas frentes de trabalho¹¹⁰ divididas em: fabricação de embarcações na Casa das Canoas¹¹¹; cultivo de mandioca e arroz; tecelagem; carpintaria; coleta das “drogas do sertão”; serviços domésticos; pesca; produção de cerâmica na Olaria com o trabalho feminino; e transporte da farinha de mandioca para o Armazém Real da vila.¹¹²

No entanto, a frente de trabalho que interessa são as reformas da rede urbana iniciadas graças ao emprego intensivo da mão de obra indígena garantida pela intermediação dos Principais, que deram toda a assistência no momento em que Mendonça Furtado “recriou a nova Villa de Barcellos”.¹¹³ Para visualizarmos os estabelecimentos que seriam reformados pelo braço indígena e melhor aproveitados pelos funcionários da administração, oficiais da guarnição, representantes das comitivas demarcadoras, moradores, soldados casados que receberam baixa do serviço militar, dentre outros¹¹⁴, destacamos a planta desenhada por Felipe Sturm que consta na figura 2.

¹⁰⁹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [14/10/1756] – MCM, v. 3, p. 187; RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Op. Cit., 2005, p. 82; ADRIÃO, Denize Genuina da Silva. Op. Cit., 1991, p. 32; BARRA, Camila Sobral; DIAS, Carla. (orgs.). Op. Cit., 2013, p. 17.

¹¹⁰ O que chamamos de “frentes de trabalho” para apontar a transformação de Mariuá/Barcelos na principal zona de exploração da mão de obra indígena no rio Negro deriva do complexo “mundo do trabalho” existente na Amazônia colonial. Entende-se que esse “mundo do trabalho” é a visão de que na empresa colonial a mão de obra indígena foi distribuída em diversos postos de trabalho, dimensionando, assim, a importância da inserção dos indígenas nos pilares da colonização territorial e econômica dos povoados portugueses no vale amazônico, principalmente no Estado do Grão Pará e na Capitania do Rio Negro durante toda a vigência do Diretório dos Índios. Cf. MOTA, Oziane de Jesus de Lima. **Trabalho indígena na economia do Grão-Pará e Rio Negro (Segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, pp. 16, 17, 26, 47-49, 53, 56; PAZ, Adalberto. **Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia**. Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 12, 2020, pp. 5-7.

¹¹¹ PATACA, Ermelinda Moutinho. **As drogas e os sertões: Investigações sobre as mercadorias na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira**. In: As Drogas do Sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa / organizador Rafael Chambouleyron. – Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023, pp. 407-408, 417.

¹¹² AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. Op. Cit., 1852, p. 198; BORGES, Ricardo; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2024, p. 5; FONSECA, André Augusto da. Op. Cit., 2016, p. 215 (nota 182); Livro de Provedoria da Fazenda [1754 – 1758] – APEP, código 79, documentos 12, 16, 97, 199, 200; Correspondência de Diversos com o Governo [1759 – 1762] – APEP, código 99, documentos 83, 209; Questões de Limites [1751 – 1762] – APEP, código 63, documento 133.

¹¹³ PÓVOAS, Joaquim de Mello e. **Cartas do Primeiro governador da Capitania do Rio Negro. Joaquim de Mello e Póvoas**. Manaus: CEDEAM, 1983, carta n° 6, pp. 121-122.

¹¹⁴ BORGES, Ricardo; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2024, pp. 14-18.

Figura 2 – Planta da vila de Barcelos, rio Negro. Desenho de Felipe Sturm.



Fonte: Correspondência de diversos com o governo [1759-1762] – APEP, código 99, doc. 71.

A planta trata de um cenário do poder projetado às margens do rio Negro, no qual a marcação do espaço classifica e hierarquiza as distâncias entre os prédios, os volumes de cada um deles e seus lugares apropriados. Nessa “visão aérea” de Barcelos, em meados do século XVIII, destacaremos algumas obras já prontas e outras incompletas. O desenho de Sturm sugere ainda um olhar totalizador que buscava enquadrar todas as realizações materiais de Barcelos, fossem aquelas já finalizadas ou as que ainda entrariam em processo de reedificação. Barcelos possuía características descritas no “modelo” de instalação da capitania. A modelagem espacial da vila, que orientou a confecção do seu mapa urbano, seguiu as normas contidas no estatuto de fundação da capitania do rio Negro. O alvará de 3 de março de 1755 definia que as novas vilas e centros urbanos deveriam ter: uma praça capaz de conter um pelourinho; a reserva de um terreno para edificação da igreja; casas para abrigar oficiais e moradores; cadeias; oficinas públicas; e ruas largas.¹¹⁵

Com uma disponibilidade considerável de trabalhadores indígenas “descidos” sob o auxílio dos Principais, o plano era manter tudo o que estava representado na planta de Barcelos ou no alvará que oficializou a fundação da capitania do rio Negro.¹¹⁶ Para isso, o engenheiro

¹¹⁵ Idem, ibidem, p. 5.

¹¹⁶ Carta Régia da criação da Capitania do rio Negro [03/01/1755] – MCM, v. 2, pp. 311-315.

Sturm executou em Barcelos, a mando de Mendonça Furtado, alguns projetos que planejavam urbanizar o seu território. Um deles, em princípio, era a limpeza e a reforma do espaço para abertura de ruas e praças.¹¹⁷ Em seguida, as ordens de Mendonça Furtado investiram no preenchimento do território, com erguimento de outras edificações e reforma das casas construídas na época dos missionários. Sturm visou promover, sob a sua supervisão, a ereção de residências com o propósito de instituir o corpo administrativo da vila, além das novas áreas para o plantio, amparado na força de trabalho assalariada dos indígenas pedreiros e carpinteiros.¹¹⁸

A ordem numérica descrita na figura 2 dará o suporte para destacar os novos projetos de construção que mais ganharam investimentos em mão de obra indígena e que expandiram o território outrora conhecido como aldeia de Mariuá. Para que ocorressem as reuniões, conferências e debates no “Palacio dos Plenipotenciarios” (3) em Barcelos, Sturm utilizou os recursos madeireiros disponíveis com as derrubadas florestais através do braço indígena para levantar as habitações que hospedariam as chefias demarcadoras que representavam as Coroas Ibéricas.¹¹⁹ Para que o premeditado acordo do Tratado de Madri que previa a “descida” dos espanhóis até Barcelos fosse cumprido conforme o esperado por Mendonça Furtado, Sturm projetou a planta que serviria para construir outro palácio que abrigaria na vila o plenipotenciário castelhano e a sua imensa comitiva.¹²⁰

Para o alojamento da comitiva portuguesa envolvida nas discussões dos acertos desse tratado de limites fronteiriços, inicialmente liderada por Mendonça Furtado e posteriormente encabeçada pelo plenipotenciário D. Antonio Rolim de Moura a partir de 1760, o “Palacio q’ antigamte. foy Hospicio” dos carmelitas (4) foi escolhido pelo governador Joaquim de Melo e Póvoas, direcionando a mão de obra indígena disponível para a sua longa e complexa revitalização. A opção de Póvoas pelo hospício carmelita, que serviu de moradia ou hospedagem a diversas autoridades coloniais que assumiram o governo da Capitania¹²¹, levou Sturm a idealizar e desenhar a planta do edifício com o acréscimo de mais um andar. Contudo, o ambicioso projeto enfrentou muitos problemas em seu processo de execução causados, por

¹¹⁷ BORGES, Ricardo; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2024, p. 5.

¹¹⁸ Registro de Bandos, Portarias e Decisões [1761 – 1766] – APEP, código 110, doc. 98; Livro de Provedoria da Fazenda [1754 – 1758] – APEP, código 79, doc. 128.

¹¹⁹ BORGES, Ricardo; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2024, p. 8.

¹²⁰ MORGADO NETO, José Marques. **Casas nobres em Belém do Pará: segunda metade do século XVIII e início do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013, p. 150.

¹²¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, pp. 327-328.

exemplo, pela constante escassez de cal e fuga dos trabalhadores indígenas que buscavam escapar do estado de penúria que Barcelos se encontrava entre 1759 e 1761.¹²²

Sturm também projetou a “Rezidencia do R. Vigr. GL. e Vigr” (6) para abrigar o visitador e vigário geral José Monteiro de Noronha. Esta moradia, provavelmente, contava com um quarto de descanso, uma cozinha e um escritório para que Noronha executasse as inúmeras tarefas do cargo e da função que lhes eram atribuídos, quando não estava visitando as demais áreas da Capitania sob sua jurisdição. Havia, anexo à mesma casa, um espaço reservado à produção de ferramentas e ao armazenamento de armas, que ocupa a posição 13 do mapa urbano da vila com o nome de “Caza das Armas e Ferraria”, bem como uma “Infermar[ia] das Indiaz” e um “Aljubre das Indiaz”.¹²³

Sturm ainda usou a mão de obra indígena para levar à frente a edificação dos “Quarteis da Guarnição desta Va.” (15). O engenheiro, em suas projeções, destacou um imenso complexo intitulado de “Quarteis novos...”. Nos planos de Sturm, este estabelecimento contava com espaços onde se construiriam os quartéis dos sargentos, a prisão para oficiais infratores, o Corpo da Guarda, o calabouço, a cozinha, a casa do tambor, o hospital da infantaria e dos indígenas, a casa do enfermeiro e a cozinha do hospital.¹²⁴

Ao considerarmos os empreendimentos cívico-urbanísticos sob a responsabilidade de Felipe Sturm, devemos ter em vista de que todas essas obras eram pensadas para atender a parte dominante da sociedade em Barcelos, como governadores, ouvidores, o alto e o baixo escalão do oficialato e os representantes das comissões de demarcação de fronteiras; enquanto que a parte “subalterna” da vila não recebeu o mesmo capricho técnico em termos de construção e de reformas. Por exemplo, certamente as casas da Aldeinha (19), local onde viviam a maior parte das famílias indígenas “descidas”¹²⁵, provavelmente foram levantadas pelos próprios nativos seguindo as instruções técnicas ensinadas pelos carmelitas em anos anteriores e que misturaram-se com os códigos e métodos tradicionais de construção indígena, os quais continuaram presentes na rede urbana da vila de Barcelos.

Independente de qual parte da vila foi mais priorizada, é incontestável o fato de que a engrenagem da frente de trabalho composta pelos projetos urbanísticos de Barcelos dependeu inteiramente da mão de obra indígena para girar no ritmo acelerado das mudanças políticas, legislativas e sociais perpetradas pelas reformas pombalinas no rio Negro.¹²⁶ Todavia, este

¹²² BORGES, Ricardo; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2024, pp. 16-18.

¹²³ Idem, ibidem, p. 7.

¹²⁴ Idem, ibidem, p. 9.

¹²⁵ Idem, ibidem, p. 5.

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 19.

valioso “combustível” dos planos de revitalização espacial não estaria disponível sem a intermediação e o controle dos Principais, sujeitos que, como vimos acima, carregavam o título de autoridade gerado nos aldeamentos missionários com o *Principalato* e eram exímios negociadores em práticas comerciais. Por isso, as transformações espaciais de Mariuá, seguida pela sua elevação à vila de Barcelos, a reconverteu em um autêntico espaço de concessões e de negociações, onde as horarias e as mercadorias continuaram sendo as estratégias essenciais na formação das alianças com os Principais indígenas.

CAPÍTULO 2

HONRARIAS, ALIANÇAS E PRINCIPAIS

Ao longo da segunda metade do século XVIII, notamos o papel cada vez mais forte das concessões de honrarias nas alianças com os Principais que atuaram na gestão, no controle e na exploração da mão de obra indígena no rio Negro, bem como em funções administrativas e militares na vila de Barcelos.

Nesse caso, a concessão do título de *Principal* se destacou entre as honrarias na constituição das alianças com influentes indígenas durante os anos iniciais da segunda metade do século XVIII. O estudo desse *Principalato* nos permite compreender também o modo como se deu a formação da *nobreza indígena da terra*, a “elite” indígena em Barcelos. Nesse processo, destacamos a trajetória dos indígenas Manoel Vasconcelos Camandri, Manoel Teles e Manoel de Oliveira, apontando, além das funções desempenhadas por eles e os demais cargos que ocuparam na vila, como a honraria de *Principal* foi central no fortalecimento da autoridade política que detinham entre portugueses e, sobretudo, indígenas. Nesse contexto, fundamentais foram as ações do Principal Manoel e suas relações de comércio independente com os “mocambos de índios”. Para isso, é essencial darmos prioridade à análise do que era e como se constituíram etnicamente os tais “mocambos”. Essencial também é o contexto onde as práticas comerciais de Manoel estavam inseridas, ou seja: o motim indígena de 1757 que levou os mocambos a serem vistos como uma real ameaça para a estabilidade colonial de Barcelos e o papel dos Principais no auxílio das tropas de guerra nos litígios contra os chamados “amocambados”.

A partir dos caminhos traçados pela nossa narrativa, veremos que os indígenas que estabeleceram alianças com os portugueses tiveram seus interesses políticos e econômicos atendidos nas duas primeiras décadas da segunda metade dos setecentos em Barcelos por meio das concessões de honrarias. A honraria “agraciada” pelos portugueses aos indígenas com o cargo de *Principal*, especificamente, serviu de instrumento para reforçar no cotidiano da vila a autoridade política das chefias nativas entre aliados lusitanos e indígenas, ao mesmo tempo que trouxe certa segurança na aplicação e estabilidade às políticas portuguesas. Por outro lado, a posição de poder que ocupavam os indígenas com a titulação de *Principal*, permitiu que um deles alcançasse, de modo independente, relações de comércio com os mocambos no rio Negro.

2.1. A honraria de *Principal* e as alianças indígenas.

A colaboração dos indígenas reconhecidos como autoridades locais no rio Negro, nos anos iniciais do período pombalino, estava intimamente associada às engrenagens que tornavam possível o funcionamento de Barcelos neste novo contexto da colonização portuguesa, como: a gestão e controle da massa de trabalhadores nativos “descidos”; a administração municipal; e o setor militar. A autoridade dos indígenas imbricados a essas engrenagens foi reforçada por honrarias concedidas em diferentes períodos e circunstâncias, em razão de serem alicerces fundamentais da política lusitana de formação de alianças com os diversos grupos indígenas, sobretudo no trato com as chefias escolhidas como lideranças entre eles.

No campo militar, vemos aparecer a integração de indígenas ao oficialato por meio da entrega de honrarias militares. A prioridade dada à cessão das insígnias oficiais aos indígenas é notada na correspondência do governador Joaquim Tinoco Valente, datada de 4 de fevereiro de 1765. O documento indica a pressão feita pela autoridade colonial sobre os diretores das povoações, incluindo a de Barcelos, para que agilizassem essa tarefa e “lhes dessem as suas devidas posses [comendas], e conservassem os seus respeitos”.¹²⁷ A correspondência sugere que Tinoco Valente estava colocando em prática as determinações do Diretório dos Índios. O Diretório, em seu parágrafo 9, destaca “o grande cuidado que [os diretores] deviaõ ter em guardar aos Índios as honras, e os privilegios competentes aos seus postos [...] que sejam tratadas com aquellas honras, que se devem aos seus empregos [...]”.¹²⁸

Todavia, temos informações de que, antes da vigência do Diretório, a promoção direcionada à conservação das alianças lusas com os indígenas reconhecidos pelos seus méritos, experiências e realizações em funções do ramo militar por meio da concessão de honraria, já acompanhava o lento crescimento da aldeia de Mariuá (futura vila de Barcelos) e os anos iniciais da administração laica no local. O indígena Antonio Manoel Furtado recebeu a patente de *capitão* em 10 de outubro de 1755 como parte dessa política de alianças. Em outro registro, datado em 19 de abril de 1756, o indígena Lourenço da Costa, da “nação Maniba da Aldeia do Pary [Dari]”, também passou a ocupar o posto de *capitão* de Mariuá.¹²⁹

No âmbito das concessões de honrarias, a nomeação de indígenas para o posto de *Principal* destacou-se nas diretrizes da reforma pombalina e na formação de alianças com os portugueses pelo vale amazônico. Houve diversas razões para isso e que se somaram às

¹²⁷ Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 155, doc. 7.

¹²⁸ “DIRECTORIO que se deve observar nas Povoacoens dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário”. Parágrafo: 9º.

¹²⁹ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 63; Idem – APEP, código 79, doc. 129.

profundas mudanças espaciais no território de Mariuá: em primeiro lugar, parte da constituição do oficialato nas vilas e lugares coloniais assentava-se sobre a identidade étnica das lideranças indígenas. As autoridades portuguesas acreditavam que o reconhecimento de um líder Baré como *Principal*, reforçaria a existência da “nação Baré”, que ligava esse novo Principal aos “súditos” indígenas que reconheciam, por sua vez, a liderança desse último. Na vila de Barcelos, vários Principais tinham laços étnicos com os Manao, Baré, Carajaí, Japiúna, Baniwa e Jaruna, que precisavam ser preservados a qualquer custo. Podemos pensar que esse tipo de reconhecimento não aconteceria se essas identidades étnicas, que podiam ser bastante “desfrutáveis” em favor dos interesses coloniais lusitanos, fossem dissolvidas em categorias gerais como: “índio ou tapuio”.¹³⁰

A “honraria” de *Principal*, concedida através de carta patente emitida pelo governador e validada por confirmação régia, possibilitara de maneira mais efetiva a formação de alianças com as chefias nativas influentes e politicamente relevantes entre os indígenas, reconhecendo-os como autoridades locais privilegiadas dentro do espaço da vila; e a figura dos mesmos, no posto de *Principal*, ainda poderia servir de “exemplo” aos indígenas de seus respectivos grupos étnicos, no sentido de também incentivá-los a estabelecerem alianças com os lusos.¹³¹ Além do mais, os Principais ainda tinham como “subalternos os Sargentos-mores, Capitães, Alferes e meirinhos de suas nações”. Ou seja, hipoteticamente os indígenas nomeados a uma posição do oficialato estavam sob o comando de um Principal associado etnicamente a eles¹³², como foi o caso de Antonio Manoel Furtado e de Lourenço da Costa, ambos indígenas capitães de Mariuá citados antes.

Em segundo lugar, o conhecimento da experiência geracional dos Principais por parte das autoridades coloniais que assumiram a direção política na vila de Barcelos, fez com que a concessão desse título permanecesse no centro da agenda política pombalina, especialmente para aquela do rio Negro. Tal percepção que abarca o desempenho geracional dos Principais se deu, sobretudo, pela atuação que tiveram nos meandros dos aldeamentos missionários jesuítas e carmelitas durante o século XVII e primeira metade do século XVIII, principalmente no tocante à arregimentação da mão de obra indígena e a gestão interna dos aldeamentos de missionação.

¹³⁰ FONSECA, André Augusto da. Op. Cit., 2016, p. 168.

¹³¹ SOUZA JUNIOR, José Alves de. Op. Cit., 2016, p. 283; ROCHA, Rafael Ale. Op. Cit., 2009, pp. 16, 35, 36, 95, 116.

¹³² SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Op. Cit., 2008, p. 89.

Por essas outras razões, a qualificação de *Principal* se destacou entre as honrarias concedidas nesse período, consolidando a aliança com os indígenas considerados de notável valor também em termos administrativos e militares. Com a ajuda deles, a gestão da força de trabalho dos indígenas “descidos”, a proteção e a governação da vila de Barcelos tornaram-se mais funcionais, proveitosos e duradouros ao longo das décadas da segunda metade do século XVIII.

Desse modo, não é fortuito que o reforço do papel “útil” dos Principais nas vilas e lugares espalhados pela Capitania do Rio Negro tornara-se imprescindível, levando à institucionalização dessa honraria nas normas do Diretório dos Índios. Após a sua instauração (1757) e criação por alvará (1758), esse documento régio reformulou e ampliou as responsabilidades do cargo de *Principal*. O grande inspirador da lei, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dedicou esforços consideráveis à escrita dos parágrafos referentes às atribuições dos *Principais*. A intenção de Furtado era se somar aos ânimos que buscavam alcançar o êxito da política indigenista do Diretório.¹³³

Conforme a sistematização normativa do Diretório, especificamente nas intenções que Furtado pretendia concretizar em torno das diversas funções dos Principais, verificamos os seguintes itens: governar as aldeias indígenas integradas às vilas coloniais sob a supervisão do diretor; e aplicar castigos em casos nos quais os indígenas submetidos ao seu comando cometessem “delitos públicos”. O grau de severidade da punição dependia da “deformidade do insulto”.¹³⁴

Sobre o que determinam esses primeiros parágrafos, vale citarmos um apontamento de Francisca Fontenele. Fontenele afirma que não há informações disponíveis na documentação histórica consultada por ela sobre casos de indígenas castigados por seus Principais e atribui essa ausência de registros à não existência de práticas coatoras na dinâmica interna de organização das sociedades indígenas na Amazônia. Para a historiadora, esta afirmação é sustentada pelo caráter eletivo das lideranças indígenas, tendo em vista que era preciso que os Principais fossem aceitos por seus liderados para que suas autoridades e poderes pudessem ter pleno efeito no cotidiano dos povoados. Fontenele conclui que:

a despeito das fortes transformações operadas ao longo dos séculos, consideramos que as autoridades indígenas não poderiam desviar-se da sua condição de autoridade aceita

¹³³ COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2016, pp. 285-307; GUZMÁN, Décio. **Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 70; FONTENELE, Francisca Nescylene. Op. Cit., 2008, p. 31.

¹³⁴ DIRECTÓRIO... parágrafos: 1º e 2º.

e, portanto, não devem ter assumido o caráter coercitivo determinado pelo Diretório dos Índios.¹³⁵

Retomando a letra da lei, os Principais estavam assim autorizados a participar das atividades comerciais e a enviar indígenas aos “negócios do sertão”, bem como controlar as canoas do comércio e fiscalizar a comercialização da aguardente¹³⁶; além disso, cumpria-lhes cuidar da distribuição dos indígenas para os serviços dos moradores que apresentassem a comprovada licença, emitida pelo governador¹³⁷; fiscalizar o salário dos indígenas¹³⁸; e fornecer indígenas para as povoações por meio dos descimentos.¹³⁹

Todavia, como veremos adiante, as obrigações de *Principal* não se limitaram ao conjunto de normas e determinações expressas nos parágrafos da lei indigenista pombalina. De acordo com as informações da documentação manuscrita e impressa concernente à vila de Barcelos, eram comuns as incumbências dos Principais complementarem as funções de outros cargos/patentes.¹⁴⁰

Alinhada a isso, acrescentamos que a concessão da “honraria” de *Principal*, essencial, como estamos verificando, na formação das alianças com as chefias na concepção lusitana do período pombalino, continuou a dar fôlego à autoridade de sujeitos nativos detentores de grande prestígio, notoriedade e influência política entre seus congêneres, estando ligados a amplas redes de aliados e de parentesco indígena no rio Negro. Reforçadas pelo *Principalato*, essas qualidades, que caracterizam a figura das lideranças indígenas optantes da incorporação à nova ordem reformista colonial pombalina que se instalou, sobreviviam nas entranhas da colonização portuguesa, adaptando-se às profundas transformações infringidas sobre as relações políticas que viviam. Desse modo, o *Principalato* contribuiu certamente para o surgimento de uma *nobreza indígena da terra* na segunda metade do século XVIII em Barcelos.

Assim, exploramos a hipótese da existência de uma *nobreza indígena da terra* na capital do rio Negro, partindo da análise histórica de Ronald Raminelli acerca da “nobreza colonial” na América Portuguesa. Segundo ele, essa nova categoria social foi se constituindo a partir das

¹³⁵ FONTENELE, Francisca Nescylene. Op. Cit., 2008, pp. 62-63.

¹³⁶ DIRECTÓRIO... parágrafos: 41°, 49°, 50°, 51°, 52°, 53° e 71°.

¹³⁷ Idem – parágrafos: 62°, 66° e 67°.

¹³⁸ Idem – parágrafo: 71°.

¹³⁹ Idem – parágrafos: 78° e 79°.

¹⁴⁰ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, documentos 62, 176, 182, 268; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 157, documento 486; Correspondência de diversos com o governo [1759 – 1762] – APEP, código 99, documentos 109, 110, 111, 112, 113, 114; Correspondências de Diversos com o Governo [1759 – 1762] – APEP, código 100, doc. 33; Idem – APEP, código 100, doc. 34; Idem – APEP, código 100, doc. 35; Correspondência de diversos com o governo [1768] – APEP, código 190, doc. 77; Idem – APEP, código 190, doc. 80; Questões de Limites (Fronteira Espanhola) [1780-1783] – APEP, código 360, doc. 11; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, p. 310.

concessões régias, aos súditos no ultramar, de foros de fidalgos e de hábitos de cavaleiro das ordens militares. Raminelli classifica esse tipo de nobreza colonial a partir da ocorrência de termos, encontrados na documentação por ele coletada, como: “nobreza da terra”, “principais da terra” ou “melhores famílias”, indicando sempre a sua composição por lideranças políticas, militares e econômicas que ocupavam postos nas câmaras municipais e detinham imensas propriedades fundiárias, engenhos, lavouras, escravos, tropas e patentes militares. Em razão disso, Raminelli argumenta que os títulos de fidalguia e de cavaleiro, concedidos pelos reis portugueses, “não eram a condição *sine quo non* para ascensão social”. Raminelli alega que, na realidade em que se encontravam os súditos ultramarinos, o que os mantinham na condição de “elite” no topo da pirâmide social no território ultramarino da colônia portuguesa eram, sobretudo, o patrimônio material acumulado ao longo da vida, o poder de comando na administração local e a posse de altas patentes militares.¹⁴¹

Nesse sentido, se adotássemos essa formulação sociológica e histórica de Raminelli sobre o modo como se deu a formação da “nobreza da terra” na América Portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, trazendo-a para a realidade do rio Negro, poderíamos assumir, de modo análogo, que os chefes indígenas nomeados *Principais* em Barcelos – e assim considerados “vassalos” do monarca português no ultramar – foram transformados aos poucos pela Coroa portuguesa numa “elite indígena privilegiada”¹⁴², mas que não dependeu sempre de títulos obtidos por concessões régias para manterem-se nesta condição social. Na vila de Barcelos, as chefias indígenas alçadas à posição de poder político colonial também ocuparam postos na administração local, desempenharam igualmente funções militares com patentes que lhes garantiram alguma prerrogativa de comando e atuaram na gestão da mão de obra indígena.¹⁴³

Entretanto, no contexto específico das décadas de 50 e 60 do século XVIII em Barcelos, oferecemos aqui uma leitura que em alguns pontos discorda da análise de Raminelli sobre o que denominamos juntamente com ele de *nobreza indígena da terra*. Essa espécie de “organismo fidalgo indígena” foi fabricada pelas concessões de honrarias, dada a busca lusitana pelo êxito das políticas de formação de alianças com os diferentes grupos étnicos já citados

¹⁴¹ RAMINELLI, Ronald. **Nobreza e principais da terra – América portuguesa, séculos XVII e XVIII**. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, 2018, pp. 217, 219, 233. Grifo do autor.

¹⁴² ROCHA, Rafael Ale. Op. Cit., 2009, p. 25.

¹⁴³ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, documentos 62, 176; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 157, documento 486; Correspondência de diversos com o governo [1759 – 1762] – APEP, código 99, documentos 109, 110, 111, 112, 113, 114; Correspondências de Diversos com o Governo [1759 – 1762] – APEP, código 100, doc. 33; Idem – APEP, código 100, doc. 34; Idem – APEP, código 100, doc. 35; Correspondência de diversos com o governo [1768] – APEP, código 190, doc. 77; Idem – APEP, código 190, doc. 80; Questões de Limites (Fronteira Espanhola) [1780-1783] – APEP, código 360, doc. 11; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, p. 310.

acima. Seus alicerces acabaram sendo reforçados pelos cargos de direção que as chefias assumiram naquelas décadas. É importante complementar que este patamar social indígena, presente no cotidiano da vila, é oriundo das bases tradicionais de poder no Noroeste amazônico, que sofreram várias transformações ao longo dos anos de contato com as estruturas de poder lusas estabelecidas pela colonização.

A propósito, como vimos anteriormente, as bases tradicionais que elegiam etnicamente as chefias indígenas e legitimavam seus poderes sofreram as repercussões do *Principalato* lusitano gestado inicialmente durante a administração temporal/secular dos missionários jesuítas/carmelitas no século XVII e primeira metade do século XVIII no rio Negro; e continuaram sentindo os efeitos das transformações impostas no período pombalino, de modo que as chefias do *Principalato* prosseguiram sendo formadas, inclusive, no âmbito do Diretório, pelas suas colaborações e negociações com os planos lusitanos de ocupação e exploração territorial.¹⁴⁴

Entendemos, assim, que a *nobreza indígena da terra* é um grupo hierarquizado, profundamente conectado às terras em que habitam, representado essencialmente por lideranças nativas, cujas autoridades foram principalmente fortalecidas em Barcelos por meio da concessão da “honraria” de *Principal*. Embora o comando daquelas chefias que eventualmente optaram por se aliar aos portugueses no século XVIII estivesse sustentado nas relações de poder moldadas pela colonização lusa naquela área, os Principais de destaque carregavam um notável capital simbólico frente aos indígenas que lideravam.

Destacamos a seguir, os indígenas possuidores do *status* de autoridade de *Principal*, pertencentes a essa categoria “nobre” fabricada em Barcelos, bem como o que podemos obter nos arquivos históricos de suas trajetórias e dos papéis que desempenharam em funções administrativas, militares e nos demais atos de gestão da mão de obra indígena.

2.2. Os Principais e a manutenção da autoridade indígena na vila de Barcelos.

Na tabela abaixo apresentamos os sujeitos indígenas que consideramos ser parte da *nobreza indígena da terra* da capital do rio Negro, como também seus nomes portugueses e os postos que ocuparam. Dois dos Principais listados a seguir são ocupantes de outros cargos. Cremos que esta forma de inserir os Principais em funções de destaque, trata de um modo de

¹⁴⁴ COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2016, p. 299.

negociação política entre as lideranças indígenas “naturais” e o poder colonial.¹⁴⁵ As informações mostradas na tabela indicam que a mesclagem de atribuições a esses indivíduos indígenas se repartia entre a coordenação e controle da mão de obra indígena, a ação administrativa, o exercício jurídico e a atividade militar.

Tabela 1 – Títulos e funções exercidas pelos indígenas Principais em Barcelos

Nome	Patentes/Cargos	Ocupação
Manoel Vasconcelos Camandri	Principal, Governador do Rio ¹⁴⁶ e Juiz Ordinário	Administração municipal e jurídica de Barcelos; controle da mão de obra indígena
Manoel Teles	Principal, Guia dos Índios e Cabo de Esquadra	Comandante de esquadras indígenas na arrecadação de mantimentos em povoações adjacentes à Barcelos
Manoel de Oliveira	Principal	Administração e controle da mão de obra indígena
Manoel	Principal	Guia provisório das tropas de guerra

Fontes: Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, documentos 62, 176; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 157, documento 486; Correspondência de diversos com o governo [1759 – 1762] – APEP, código 99, documentos 109, 110, 111, 112, 113, 114; Correspondências de Diversos com o Governo [1759 – 1762] – APEP, código 100, doc. 33; Idem – APEP, código 100, doc. 34; Idem – APEP, código 100, doc. 35; Correspondência de diversos com o governo [1768] – APEP, código 190, doc. 77; Idem – APEP, código 190, doc. 80; Questões de Limites (Fronteira Espanhola) [1780-1783] – APEP, código 360, doc. 11; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [1785] 1983, p. 310.

Na ordem dos nomes apresentados, iniciamos pelo indígena que denominamos como *o primeiro Principal da história da vila de Barcelos* e que, talvez por vontade própria ou para preservar a sua ilustre ascendência sobre os demais nativos de sua etnia, tornou-se conhecido pela junção do seu nome indígena com os nomes de origem portuguesa: Manoel Vasconcelos

¹⁴⁵ SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “Diz o índio...”: políticas indígenas no vale amazônico (1777-1798). -1. ed. – Jundiá [SP]: Paco, 2018, p. 90.

¹⁴⁶ Não encontramos a definição do cargo de “Governador do Rio” na bibliografia ou nos dicionários consultados. Esse título, citado nas fontes manuscritas, aparece apenas para se referir à Manoel Vasconcelos Camandri. Dado a falta de um conceito preciso, podemos supor que “Governador do Rio” seja aquele que governa as terras banhadas pelo seu rio e os indígenas que as habitam. A tentativa de definir o que seria um “Governador do Rio” parte de outra suposição. A titulação talvez tenha sido concedida à Camandri pelos missionários carmelitas após testemunharem o poder e a influência da chefia entre os indígenas no cotidiano do rio em que habitava, o Inuíxí, e o trabalho bem realizado em relação aos descimentos para a aldeia de Mariuá a partir de 1728. Porém, aparentemente, o posto de “Governador do Rio”, mantido com Camandri na segunda metade do século XVIII, não tinha qualquer efeito prático na administração municipal de Barcelos, mas poderia continuar tendo um importante peso simbólico para os indígenas que reconheciam sua autoridade.

Camandri. Esse líder Manao foi um antigo aliado dos lusitanos, desde o período do governo temporal e secular dos carmelitas. Além de ocupar o topo da hierarquia social indígena em Barcelos, era muito respeitado pelos “seus confederados” Principais, que eram: Ignácio, Faustino Cabral, Maycanari, Cauarubana, Jaudaby, Taramacunim (conhecido depois como Theodozio Tarriary), Ianabaty, Iama (conhecido pelo nome de Manoel), Damará e Macaubana.¹⁴⁷

Camandri não retornou para a sua aldeia de origem, no rio Inuixí (localizado ao sul do rio Negro, na margem direita), após converter-se ao cristianismo a pedido de sua mãe e mudar-se – pouco depois da guerra Manao-Mayapena nos anos 20 do século XVIII – para o local em que foi construído o arraial carmelita de Mariuá em 1728, onde reassentou o seu grupo Manao com o objetivo de protegê-lo.¹⁴⁸ Nas duas décadas seguintes, além de Camandri contribuir para o aumento demográfico da região com o descimento de outros indígenas Manao, ele conseguiu estabelecer e ampliar a sua parentela de sangue na região. Os parentes que conviviam com Camandri, conforme as informações de Alexandre Rodrigues Ferreira e David Sweet, eram seus filhos, filhas e netos. Todos desempenhavam alguma função de destaque política, administrativo ou militar naquele arraial.

Um dos filhos desse líder Manao se chamava Romão José de Oliveira Jananitari que, como veremos no próximo capítulo, foi o indígena Principal que “morrêo na diligencia que se fez de descer os gentios do Rio Marié” em 10 de outubro de 1755. Ao lado de Camandri, Jananitari e seu irmão, o Principal Paulo de Oliveira (promovido à dignidade de *capitão* em 6 de maio de 1758)¹⁴⁹, participaram ativamente de expedições escravistas no rio Uraricoera em 1740 auxiliando as tropas comandadas por Francisco Xavier de Andrade. O outro filho de Camandri era um seminarista de nome Xavier que, educado e preparado para a vida eclesiástica pelos padres carmelitas, encarregou-se de recitar a “Oração Gratulatoria” no momento da chegada da comitiva do Governador Mendonça Furtado a Mariuá, em 28 de dezembro de 1754. O desempenho de Xavier nessa cerimônia de boas-vindas à maior autoridade do Estado agradou tanto às forças políticas coloniais que, pouco tempo depois, “indo a Lisboa, voltou despachado em Sargento Mór”.¹⁵⁰

Quando a antiga aldeia carmelita de Mariuá se tornou capital da Capitania do Rio Negro e vila de Barcelos, em 6 maio de 1758, Camandri havia completado 30 anos de moradia na

¹⁴⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, pp. 359, 364.

¹⁴⁸ PORRO, Antonio. **Dicionário Etno-Histórico da Amazônia colonial**. Cadernos do ieb, São Paulo, 2007, p. 147; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Op. Cit., 1825, p. 113; SWEET, David. Op. Cit., 1974, p. 741.

¹⁴⁹ ADRIÃO, Denize Genuina da Silva. Op. Cit., 1991, p. 32.

¹⁵⁰ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, pp. 325, 364; SWEET, David. Op. Cit., 1974, p. 745.

região. Ele e seus familiares presenciaram, em primeira mão, as profundas mudanças na ordem política levadas a cabo, principalmente, por Mendonça Furtado. Entretanto, a autoridade e o prestígio de Camandri entre os indígenas, conquistados antes mesmo do primeiro contato com a colonização, e as honrarias – que carregava consigo desde o “tempo dos Missionários” – permaneceram com ele nos meses e anos posteriores à fundação de Barcelos.¹⁵¹

Essas honrarias eram os títulos de *Principal* e de *Governador do Rio*. A primeira designação que incluiu Camandri no *Principalato*, foi dada provavelmente pelo frei carmelita Matias de São Boaventura, após a chefia concordar em dedicar, junto com o padre, esforços para a fundação e o desenvolvimento do espaço urbano de Mariuá nas décadas de 30 e 40 do século XVIII; e a segunda titulação, talvez tenha sido entregue à Camandri pelos carmelitas em razão do poder e influência que possuía ao “governar” as terras banhadas pelo rio Inuixí e os seus indígenas, além de ter se destacado pelo seu “serviço e fidelidade” em Mariuá, “pelo que mereceu a Patente que teve de Governador do Rio”.¹⁵²

A ação tomada na direção de preservar a condição de autoridade de Camandri, com a reafirmação das honrarias que conquistou ao inserir-se na conjuntura colonial dos setecentos, significava para os portugueses mormente sustentar a aliança com uma figura de grande reputação, respeito e admiração entre os indígenas, fossem eles Principais ligados à sua rede de alianças ou familiares, frente às circunstâncias inauguradas pelas políticas pombalinas no rio Negro àquela altura. Isso ocorreu na ocasião em que o Oficial das Expedições de Demarcações do Rio Negro, Gaspar da Costa Prosser, registrou – em 6 de maio de 1758 – os nomes dos indivíduos que ocupariam os cargos de juízes, vereadores e procurador na Câmara Municipal de Barcelos. Camandri, optando pela condição de aliado dos portugueses neste ambiente de grandes mudanças, guardou o título de *Governador do Rio* e, especialmente, o de *Principal* como honraria responsável pela manutenção de sua autoridade como líder político e comandante dos demais indígenas da sua mesma identidade étnica, então apresentados como seus “súditos”, sobretudo aqueles de origem Manao.¹⁵³

Somado a isso, houve a inserção do nosso Principal à esfera jurídica da administração colonial da vila. Em correspondência de 7 de dezembro de 1765, ficamos sabendo que Camandri, além de ter filhas casadas possivelmente com soldados em Barcelos, ocupava e exercia, mesmo com idade avançada, a função de juiz ordinário.¹⁵⁴ Por ser um organismo

¹⁵¹ Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 157, doc. 486.

¹⁵² FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, p. 364.

¹⁵³ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 176.

¹⁵⁴ Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 157, doc. 486; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, p. 310.

essencial na administração lusa e na instância jurídica das Câmaras Municipais da colônia, o cargo em questão podia e deveria ser ocupado por indígenas.¹⁵⁵

O modo como funcionava o cargo de juiz ordinário ocupado pelo Principal Camandri é explicado por Graça Salgado e Stephanie Vale. Segundo as historiadoras, a administração judicial na colônia, desde o século XVI, subdividia-se em diversas instâncias, mesclando as áreas administrativas e se limitavam ao governo-geral, às capitanias e aos municípios. Dentre as instâncias judiciais, especificamente aquelas assentadas nos limites da administração municipal como era o caso de Barcelos, estava a figura do juiz ordinário. De acordo com Salgado e Vale, a eleição para este cargo ocorria por meio da Câmara Municipal e dava ao sujeito eleito o direito de ocupá-lo pelo tempo de um ano.

Dentre algumas das atribuições do juiz ordinário, que deviam ter sido praticadas por Camandri de acordo com as circunstâncias vivenciadas na vila de Barcelos, o juiz ocupante do cargo deveria: participar das sessões da Câmara; coibir “abusos” e “desmandos” de outras autoridades; fiscalizar a fixação dos preços; executar condenações contra os infratores; e emitir mandados de prisão ou de soltura conforme o seu julgamento. Os indivíduos eleitos para o cargo de juiz ordinário não eram em geral “letrados”, ou seja, não tinham formação jurídica específica ou Universitária (Direito Canônico e Direito Comum ou Civil).¹⁵⁶

Além do mais, apesar do acúmulo de responsabilidades, Camandri não ficou distante do controle da mão de obra indígena. No entanto, as suas obrigações nessa área convergiram apenas para a gerência dos indígenas que habitavam nas proximidades do centro da vila. Estes, ao contrário daqueles que circulavam na “aldeinha”, deveriam ser “governados no Temporal pelos seus juizes ordinarios, Vereadores e mais Officiaes de Justiça”.¹⁵⁷

O cargo de *Principal* não permanecia vacante por muito tempo em caso de morte do titular. Nesta ocorrência, havia então a transmissão da honraria para o filho do Principal falecido. Cientes da possibilidade de alcançar uma posição de poder nos povoados coloniais, houve indígenas que adotaram as qualidades europeias de aquisição da nobreza, concentrados especificamente nos princípios de hierarquia e de hereditariedade, como regra para sucessão aos antigos Principais. Nos propósitos das políticas coloniais lusas na Amazônia, a sucessão das lideranças indígenas no cargo de *Principal*, por meio dos laços de parentesco (em acordo

¹⁵⁵ VALE, Stephanie Lopes do. Op. Cit., 2015, pp. 151, 179.

¹⁵⁶ SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 75, 105, 130; VALE, Stephanie Lopes do. Op. Cit., 2015, pp. 39, 67, 126 (nota 262).

¹⁵⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, p. 310.

com as definições cristãs e lusas da consanguinidade e da afinidade parental), foi quase sempre muito bem vista.¹⁵⁸

Algumas correspondências oficiais da segunda metade do século XVIII revelam os casos de indígenas que exigiram os seus direitos de herdades do cargo de *Principal*, quando outrora pertencente aos seus pais falecidos. Foi assim com Clemente de Mendonça (lugar de Poiares), Apolinário de Moraes (vila de Ega) e Agostinho de Melo (vila de Moura). Depois de receberem a confirmação do título de *Principal*, as funções desses indígenas foram ratificadas, pois comprovavam que detinham prévia experiência no ramo militar, nos descimentos e falavam bem a língua portuguesa, estando essas atividades relacionadas à gestão e controle da mão de obra indígena. Mendonça e Moraes cuidaram, respectivamente, das “repartições” dos Barés e Japiás como autoridades indígenas que herdaram a estimada honraria paterna de *Principal*.¹⁵⁹

O caso de maior interesse é o do neto de Camandri, de nome Manoel Teles, listado na tabela dos Principais. Em 10 de outubro de 1755, Teles recebeu a honraria de *Principal* transmitida a ele após o falecimento do seu pai, Romão José de Oliveira Jananitari. Após herdar o título e tornar-se parte, ao lado do avô, da rede de alianças firmada com os portugueses em Barcelos, Teles assumiu funções que inicialmente não lhe foram especificadas pelos portugueses.¹⁶⁰ No entanto, a honraria de *Principal*, herdada por ele, fez-lhe valer a sua autoridade, reforçada pelo parentesco em linha direta com Camandri, integrando-se na longa trajetória colonial que construiu na vila praticando o dever militar, a gerência da mão de obra indígena e o abastecimento urbano.

Por volta de 1780, ficamos sabendo que o Principal Manoel Teles exercia mais outras duas funções: era cabo de esquadra e “guia dos índios”. A função de cabo de esquadra pertencia à Companhia de Ordenança e os ocupantes eram eleitos a esse fim pela Câmara Municipal. O cabo de esquadra executava diversas tarefas pré-estabelecida pelo regimento militar: promover exercícios militares com sua esquadra sob a supervisão de um capitão de companhia; controlar a presença dos soldados durante esses exercícios; encaminhar os soldados que não comparecessem aos exercícios militares; e se dirigir à presença do capitão da companhia quando o mesmo o convocasse.¹⁶¹

¹⁵⁸ COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2016, p. 295; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. Op. Cit., 2018, p. 96.

¹⁵⁹ Questões de Limites [1751-1762] – APEP, código 63, doc. 10, 11; Correspondência de diversos com o governo [1763-1764] – APEP, código 133, doc. 187, 189, 190; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 155, doc. 75.

¹⁶⁰ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 62.

¹⁶¹ Cf. SALGADO, Graça. Op. Cit., 1985, pp. 102, 167-168.

No entanto, a realidade fronteiriça colonial do rio Negro levou a função de cabo de esquadra a se destacar de outras maneiras sob a atuação de Teles. Em Barcelos, o referido cargo, ombreado à autoridade política do título de *Principal* e com o posto de “guia dos índios”, aproximou Teles das questões militares e geopolíticas, levando-o a destacar-se no trabalho de abastecimento das comitivas de demarcação de fronteiras estacionadas na vila. O Principal Manoel Teles recebeu a incumbência, junto a um capitão indígena de nome Antonio Manoel Furtado, de guiar a sua esquadra de indígenas com a missão de arrecadar mantimentos entre as povoações e fortalezas no rio Negro, como farinha e arroz. Estes gêneros alimentícios foram arrecadados para o sustento das comitivas de limites na vigência do Tratado de Santo Ildefonso (1777) que incluía Barcelos na segunda e definitiva fase das demarcações conjuntas entre Portugal e Espanha.¹⁶²

O terceiro indivíduo relevante listado em nossa tabela é Manoel de Oliveira. Em virtude do seu nome e do sobrenome serem os mesmos de dois Principais supracitados, especulamos que talvez Manoel de Oliveira também faça parte da corrente hierárquica da *nobreza indígena da terra* liderada por Camandri. As correspondências oficiais consultadas não permitem apontar o modo como, e nem quando exatamente, Manoel de Oliveira recebeu mercê com a “honraria” de *Principal*, mas o que sabemos até o momento, é que o cargo deu a ele poder e autoridade suficientes para destacá-lo em Barcelos no trabalho de organização e de envio de indígenas para as expedições de coleta das “drogas do sertão”. O então diretor de Barcelos, Valentim Ribeiro da Silva, registrou em 17 de agosto de 1760 o que fora, talvez, a primeira participação desse Principal neste tipo de empreitada.

O diretor Valentim ressalta que Manoel de Oliveira colaborara com uma expedição de coleta realizada no rio Solimões, liderada pelo cabo de canoa João Cleto Antonio Marques, enviando 4 dos 40 indígenas envolvidos na respectiva missão. O resultado dessa campanha de coleta no Solimões encheu as “canoas de negócio” com cacau, salsaparrilha, castanha, copaíba, peixe salgado e tartarugas, recursos que aqueceram comercialmente a vila de Barcelos.¹⁶³

Em correspondência datada de 31 de julho de 1768, Bernardo Toscano de Vasconcelos aponta que o Principal Manoel de Oliveira também participara dos preparativos de uma expedição que enviou 49 indígenas a partir de Barcelos para “o negocio [...] de salça, como de manteiga”. Especificamente na relação dos nomes dos indivíduos encarregados pela coleta da

¹⁶² Questões de Limites (Fronteira Espanhola) [1780-1783] – APEP, código 360, doc. 11.

¹⁶³ Correspondências de Diversos com o Governo [1759 – 1762] – APEP, código 100, doc. 33; Idem – APEP, código 100, doc. 34; Idem – APEP, código 100, doc. 35.

salsa, Oliveira enviou 3 indígenas “por sua conta”, chamados Bento José, João Pereira e Bento Marciel.¹⁶⁴

Em razão da eficaz gerência e proveito da força de trabalho dos indígenas enviados à tarefa de coleta dos gêneros florestais, ao longo da década de 60 do século XVIII, a aliança firmada através da concessão do cargo de *Principal* a Manoel de Oliveira e o reforço de sua autoridade entre os indígenas, foram decisões avaliadas pelas autoridades coloniais, dentro e fora de Barcelos, como um grande acerto. Presumimos que foi principalmente em razão do serviço prestado pelo Principal na missão de explorar indiretamente as “drogas do sertão”, que Joaquim Tinoco Valente concedeu-lhe, em 28 de julho de 1764, uma licença para se deslocar até Belém. Na presença do governador do Grão-Pará e Maranhão naquele momento, Fernando da Costa de Ataíde Teive, Manoel de Oliveira recebeu “honras e bençãos” por ser um dos mais fiéis e valerosos “vassalo[s]” da Capitania do Rio Negro.¹⁶⁵

A função desse Principal em relação à gerência, controle e exploração da força de trabalho indígena continuou a ser notada nos anos seguintes. Nos dados dos recenseamentos, levantados na década de 70 do século XVIII, constam que Manoel de Oliveira administrava muitos nativos. Nesse período, ele controlava um total de 115 indígenas, o que permitiu-lhe ter estreitas relações de comércio com os moradores portugueses de Barcelos que desejavam obter com ele mão de obra para serviços particulares.¹⁶⁶

A atuação dos três *Manoeis*, fossem na administração municipal de Barcelos, no setor militar, no abastecimento ou na gestão e controle da força de trabalho dos indígenas, demonstrou o quão essencial foi a concessão do cargo de *Principal* para a formação de alianças com as chefias autóctones rionegrinas em Barcelos. Embora outros cargos complementassem a posição de poder desses sujeitos integrantes da *nobreza indígena da terra*, foi a honraria de *Principal* que atendeu sobremaneira os interesses particulares de cada *Manoel*.

A partir desses casos, podemos notar que, para os chefes “naturais” Camandri, Teles e Oliveira, a honraria concedida pela Coroa portuguesa representava, na prática, excelente vantagem social, econômica e, especialmente, política na segunda metade do século XVIII. Acerca destes últimos chefes, entendemos que, ao seguirem a opção de manterem-se perseverantes na condição de aliados aos portugueses naqueles tempos de profundas mudanças para as sociedades indígenas contatadas pelos agentes coloniais, eles perceberam que a honraria

¹⁶⁴ Correspondência de diversos com o governo [1768] – APEP, código 190, doc. 77; Idem – APEP, código 190, doc. 80.

¹⁶⁵ Correspondência de diversos com o governo [1763-1764] – APEP, código 133, doc. 187.

¹⁶⁶ COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2016, p. 300.

concedida, tanto em termos simbólicos quanto práticos, reforçava, por outro lado, suas autoridades políticas entre os indígenas que os reconheciam como lideranças legítimas e “naturais”.

Entretanto, os benefícios políticos e econômicos oriundos da honraria de *Principal* não se limitaram ao espaço colonial de Barcelos. O último chefe citado na tabela, o Principal conhecido apenas pelo nome de Manoel, mostrou por suas ações que a posição de autoridade política local conquistada e ocupada por ele ao estabelecer aliança com os portugueses, tornava-o dotado de poderes para adentrar as florestas e ir ao encontro dos chamados “mocambos de índios” foragidos, zonas da floresta onde relações de comércio podiam acontecer longe da vigilância dos brancos.¹⁶⁷ O cargo de *Principal* foi estratégico para Manoel, pois ele podia desfrutar, à sua maneira, das vantagens que o mundo colonial da vila de Barcelos e dos mocambos indígenas podiam oferecer, fossem elas políticas ou comerciais.

Contudo, para analisar a “expertise” de Manoel, nos perguntamos: o que era e como se constituía etnicamente um “mocambo”? Para definirmos esse espaço, há certas práticas comerciais independentes associadas a ele a serem melhor explicitadas. O motim indígena que levou os mocambos a serem vistos como uma real ameaça para a estabilidade colonial de Barcelos no segundo semestre de 1757 e o papel dos Principais no auxílio das tropas de guerra nos litígios contra os chamados “amocambados” também foram essenciais nesta constituição. Esses eventos são abordados a seguir.

2.3. Entre o mocambo e a vila: o Principal Manoel e suas relações de comércio independente.

Segundo Luiz Felipe de Alencastro, a palavra “Mukambo” possui sua origem na língua quimbundo (falada no noroeste de Angola, incluindo a sua capital Luanda) e significa “cumeeira” (telhado) ou, como explica o autor, “a forquilha de encaixe do teto da casa”, tipificando a morada para a família e a comunidade ou um refúgio improvisado para rebeldes, situado em áreas de mata afastadas e de difícil acesso. Para Alencastro, a expressão “mucambo” ou “mocambo” aparece pela primeira vez na América portuguesa ao início do século XVII e tornou-se sinônimo de “povoado de negros insurretos”. O termo também abrange um caráter

¹⁶⁷ Correspondência de diversos com o governo [1759 – 1762] – APEP, códice 99, doc. 109; Idem – APEP, códice 99, doc. 110; Idem – APEP, códice 99, doc. 111; Idem – APEP, códice 99, doc. 112; Idem – APEP, códice 99, doc. 113; Idem – APEP, códice 99, doc. 114.

interétnico, insurrecional e anticolonial em seu sentido histórico. Nas palavras do historiador, “mocambo ou ladroeiras, [era] ajuntamento de índios e negros [fugitivos]”.¹⁶⁸

A documentação do Pará do final do século XVIII, pesquisada por Mark Harris, afirma que “mocambo”, na Amazônia, era descrito como uma “casa de telhado de palha sem paredes”.¹⁶⁹ O “modelo” de casa retratado nas fontes analisadas por Harris possui alguma semelhança com a “casa do maricá [paricá?]”, identificada por volta de 1759 nos escritos de João Daniel. O jesuíta português, ao discorrer em sua crônica acerca das “riquezas” dos indígenas, suas rotinas, relações interpessoais, rituais e lazeres, aponta para a existência dessa casa em que todos se reuniam para executar tarefas diversas. O cronista escreve que esse “casarão” costumava ser utilizado pelos indígenas como uma espécie de “câmara”, onde formavam conselhos de guerra, faziam suas festas regadas a muita bebida, dançavam e realizavam rituais. Em sua narrativa, João Daniel afirma que a “casa do maricá” era de posse comum a todos e caracterizava-se por ser “descoberta pelos lados, ou ao menos por um, coberta sim de pindoba [palmeira], como as mais”.¹⁷⁰

Entretanto, não temos conhecimento de registro visual do interior de malocas de mocambos elaborado por viajantes ou agente do Estado colonial português na Amazônia e, especificamente, no rio Negro da segunda metade do século XVIII. As informações a respeito dos critérios, certamente ainda imprecisos, operados para classificar um mocambo no período trabalhado nesta dissertação, são todas oriundas das correspondências oficiais escritas, em grande parte, pelos governadores da Capitania do Rio Negro, a partir de Barcelos.

Através dessas correspondências, sabemos que o principal critério utilizado pelas autoridades coloniais no processo para categorizar um mocambo no rio Negro, que confirmam em parte a descrição fornecida por Alencastro para o século XVII na América Portuguesa, eram as notícias sobre alguma concentração de “insurretos” indígenas em determinados locais da região aqui tratada. Para os governadores e demais funcionários coloniais em Barcelos, que podiam guardar consigo referências de insurreições envolvendo aglomerados de indígenas ocorridas dentro ou fora da Capitania em anos anteriores, assim que tomavam conhecimento da localização dos “Índios levantados” e de seus “Citios”, estes classificavam imediatamente o

¹⁶⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 66, 400 (nota 124).

¹⁶⁹ HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798 – 1840**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017, p. 201.

¹⁷⁰ DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, v.1, p. 280.

espaço que ocupavam os tais “levantados” como “mocambo”.¹⁷¹ Supomos que este modo de classificação inevitavelmente cingia qualquer moradia tradicional indígena situada em mata fechada, que pudesse ter ou não relação com esses grupos de indígenas “insurretos”, dando, assim, a justificativa – aliada, como veremos, a um discurso colonial alarmante sobre os chamados mocambos – para ações militares de repressão que resultassem na prisão de indígenas pelo rio Negro afora.

Além do mais, a diversificada composição étnica dos mocambos no rio Negro da segunda metade dos setecentos era majoritariamente indígena, contando ainda com grande número de Manao.¹⁷² Através deste dado, presumimos que o modo de construção das casas identificadas nos espaços de mocambos no rio Negro colonial tinha como principal referência as habitações tradicionais dos indígenas oriundos dessa parte do Noroeste amazônico, afastando-se, assim, da estrutura física do mocambo descrita na documentação pesquisada por Harris e da “casa do maricá” registrada por João Daniel.

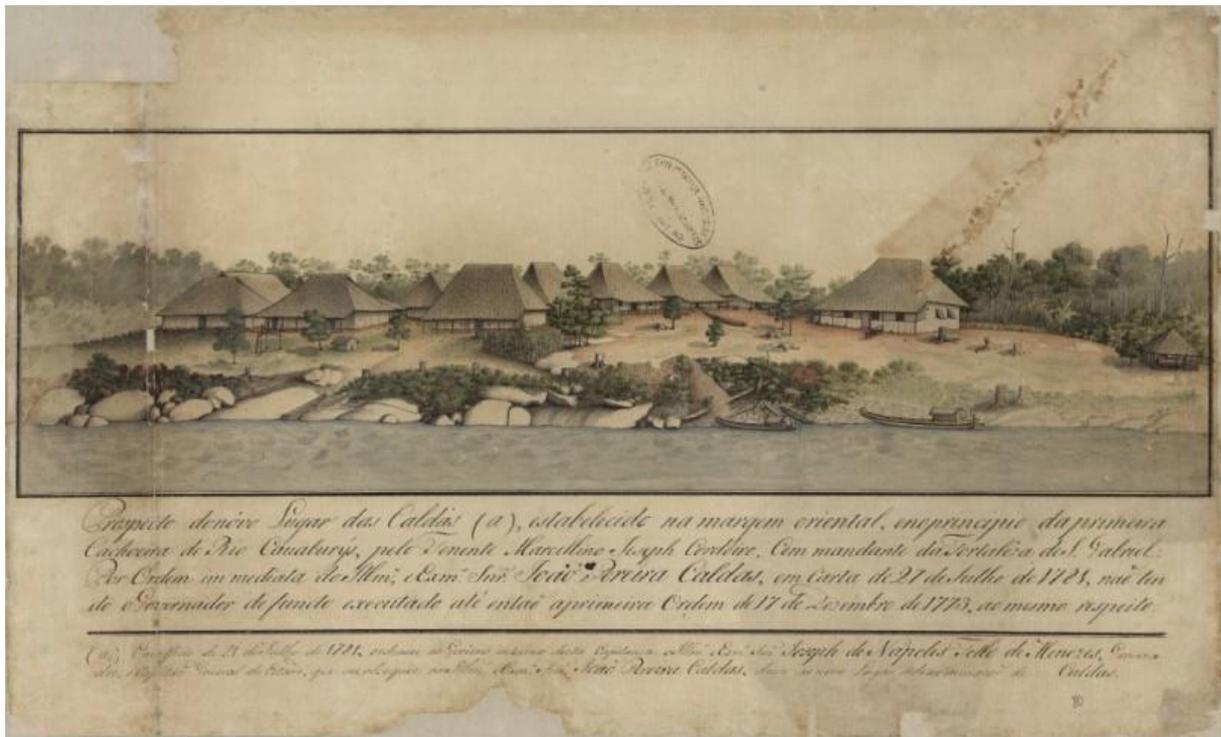
Nesse sentido, a referência de habitação que podemos utilizar para tentar imaginar como era um mocambo rionegrino daquele período é justamente a dos indígenas de língua Aruak, ou seja, os Manao. A figura 3 nos apresenta a povoação de Caldas, situada na foz do rio Cauaboris (afluente do rio Negro), e a composição arquitetônica das casas ali construídas que muito se assemelhava à arquitetura das malocas Aruak.¹⁷³

¹⁷¹ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 182; Idem – APEP, código 79, doc. 197; Idem – APEP, código 79, doc. 279; Correspondência de diversos com o governo [1759 – 1762] – APEP, código 99, doc. 109; Idem – APEP, código 99, doc. 110; Idem – APEP, código 99, doc. 111; Idem – APEP, código 99, doc. 112; Idem – APEP, código 99, doc. 113; Idem – APEP, código 99, doc. 114.

¹⁷² Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 305; Bandos e Portarias [1755-1761] – APEP, código 85, doc. 781; “Relação dos Manaos sobrelevados que forão apanhados na Tropa de Guerra” – Correspondência de diversos com o governo [1759-1760] – APEP, código 96, doc. 27.

¹⁷³ MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, p. 372.

Figura 3 - Prospecto do Lugar de Caldas. Desenho de Joaquim José Codina, sem data.



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em: [Obras | Brasileira Iconográfica](#). Acesso em 14 mar. 2025.

O prospecto de José Codina ilustra diversas casas com telhado de palha, mas que eram completamente fechadas pelas laterais por paredes de madeira que possuíam portas e janelas. Portanto, a forte presença dos Manao entre os mocambos do rio Negro indica que as suas técnicas tradicionais de construção de moradias foram bastante úteis no desenvolvimento dos mocambos citados na documentação oficial que consultamos, o que reforça a hipótese da proximidade que poderia haver entre a estrutura física das malocas Aruak e as casas construídas de maneira improvisada nesses acampamentos. Esta suposição também ajuda a entender as generalizações feitas pelos portugueses.

E por falar a respeito das pessoas que viviam nos mocambos, elas ganharam a alcunha de “amocambados”, sem haver nela qualquer diferenciação étnica dos sujeitos que para lá fugiram.¹⁷⁴ Temos razão para crer que, ao contrário do termo genérico “amocambado”, muito empregado na documentação concernente ao rio Negro,¹⁷⁵ a diversidade étnica era uma característica viva no interior dos mocambos. José Alves de Souza Junior afirma que nessas

¹⁷⁴ HARRIS, Mark. Op. Cit., 2017, p. 201.

¹⁷⁵ Correspondência de diversos com o governo [1759 – 1762] – APEP, código 99, doc. 109; Idem – APEP, código 99, doc. 110; Idem – APEP, código 99, doc. 111; Idem – APEP, código 99, doc. 112; Idem – APEP, código 99, doc. 113; Idem – APEP, código 99, doc. 114.

povoações os “despossuídos” (indígenas, negros forros, mestiços e homens brancos pobres) tinham a possibilidade de conduzir um modo de vida mais independente que nos locais sob a vigilância das autoridades coloniais e do regime do “Diretório”. Para Souza Junior, esses aglomerados poderiam oferecer os seguintes benefícios aos seus habitantes: um desenvolvimento agrícola sem as amarras estatais; a troca de experiências cotidianas entre as diversas “camadas sociais”; a formação de extensas correntes de alianças entre os desertores; e o fomento da autonomia econômica pelas vias comerciais.¹⁷⁶

Porém, apesar da incontestável predominância indígena, isso não quer dizer que escravos negros fugitivos, soldados desertores, comerciantes e homens brancos pobres estavam ausentes da mistura étnica indígena no interior desses acampamentos improvisados. Todavia, as fontes manuscritas que cobrem o recorte temporal da pesquisa e que consultamos, não fornecem dados precisos a respeito da presença desses grupos nos mocambos do rio Negro.

À luz do que era e de como se constituía etnicamente um mocambo, entendemos o porquê da organização desses espaços nas áreas de difícil acesso, o seu livre desenvolvimento longe dos olhares vigilantes das autoridades coloniais e o número crescente de habitantes e de equipamentos urbanos, despertavam o temor dessas autoridades.¹⁷⁷ A existência dos mocambos e a fuga de muitos indígenas para esses locais deveu-se, provavelmente, às principais marcas da realidade da colonização portuguesa dos setecentos, sendo elas: a exploração do trabalho nativo; os deslocamentos forçados; a escravização; e a evangelização a serviço da supressão cultural e social dos diferentes grupos étnicos nativos já citados. Tais fatores, em conflito e oposição ao surgimento dos mocambos indígenas, transformaram o rio Negro em um autêntico barril de pólvora.

Em 24 de setembro de 1757, a faísca que acionou a combustão deste barril foi produzida pelo desentendimento entre o Principal Domingos e um missionário carmelita no lugar de Lamalonga (antiga aldeia indígena do chefe Dari, de etnia Mayapena). O religioso tentou privar o indígena da “companhia [de] huma concubina”, ato que gerou a revolta do chefe que protagonizou então a destruição de quase toda a povoação portuguesa por meio de incêndios. O desenrolar das contendas iniciadas por Domingos em Lamalonga fez com que outras lideranças indígenas, ligadas diretamente aos mocambos, se unissem ao motim. As primeiras informações acerca das hostilidades indígenas contra a presença portuguesa indicavam que outras duas povoações, a vila de Tomar (antes nomeada Bararóá, do nome do seu chefe) e o

¹⁷⁶ SOUZA JUNIOR, José Alves de. Op. Cit., 2012, p. 165.

¹⁷⁷ HARRIS, Mark. Op. Cit., 2017, p. 202.

lugar de Moreira (antes denominada Caboquena, igualmente do nome do seu chefe), localizadas rio Negro acima e próximas a Barcelos, já haviam sido atingidas pelo levante.¹⁷⁸

As notícias da destruição parcial dessas localidades geraram um sentimento de medo. Esse temor pairou entre os habitantes de Barcelos, pois acreditava-se que um ataque à capital estava cada vez mais próximo.¹⁷⁹ Cremos que as narrativas a respeito do que realmente aconteceu em Lamalonga, Tomar e Moreira podem ter se misturado com os boatos de que os “amocambados” estavam perto de colocarem os pés em Barcelos para provocar tumultos e destruição.

Certamente, esse pavor foi gradualmente aumentado pelo discurso inflamado dos governadores e comandantes de tropas de guerra, que enxergaram a oportunidade de perpetrarem uma “guerra justa” (ou injusta, sob o ponto de vista indígena)¹⁸⁰ contra os Principais que iniciaram o motim e que eram vistos como as *cabeças* dos mocambos. Neste discurso também podia-se temer a constituição de *muralhas* (citando e invertendo aqui a expressão consagrada pela etnohistoriadora Nádia Farage) de indígenas “amocambados” que lembravam aquelas “muralhas” formadas pelos Manao no médio rio Negro, temidas por barrar a penetração portuguesa na década de 20 do século XVIII.¹⁸¹

¹⁷⁸ Para uma narrativa detalhada ou breve de como procederam os ataques sistemáticos e orquestrados pelas lideranças indígenas que, unidas, afetaram a rede dos núcleos coloniais no rio Negro durante o “formidável motim do ano de 1757”, ver: SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma no ano de 1774 e 1775**. Lisboa, Typographia da Academia, 1825, pp. 106-108; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [1785] 1983, pp. 55-57; AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Dicionário topográfico, histórico, descritivo, da Comarca do Alto Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852, p. 247.

¹⁷⁹ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Op. Cit., 1825, p. 107.

¹⁸⁰ Entre os séculos XVII e XVIII, as chamadas “guerras justas” eram declaradas quando haviam casos “comprovados” de indígenas que interrompiam o processo de expansão e ocupação territorial na Amazônia, atacavam estabelecimentos portugueses, saqueavam as canoas de comércio e impediam o trabalho de propagação do cristianismo. Nestas ocorrências, operações militares eram efetuadas pelas tropas de guerra (contingentes de homens dedicados, principalmente, ao comércio de escravos), comumente auxiliadas por indígenas que usavam a aliança com os portugueses para se vingar dos seus inimigos. No final da década de 30 do século XVIII, as tropas de guerra, cujo propósito era manter estável o fluxo de cativos indígenas e garantir o controle do tráfico de escravos, “desapareceram” em razão dos impactos que causaram na demografia indígena do rio Negro. Aliás, a “guerra justa” perpetrada pelas tropas de guerra por toda a Amazônia colonial também era vista como uma modalidade de recrutamento de trabalhadores indígenas escravizados. Cf. SOMMER, Barbara. **Colony of the “Sertão”: Amazonian expeditions and the Indian slave trade**. The Americas, Cambridge, 2005, pp. 8-11; DIAS, Camila Loureiro. **Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade**. Estudos Avançados 33 (97), 2019, p. 241. No entanto, ainda neste subcapítulo, veremos que as tropas de guerra não sumiram completamente do novo quadro colonial da segunda metade do século XVIII, apesar de não exercerem de maneira oficial as suas funções originais em virtude da Lei de Liberdade de 1755, que proibiu a escravidão dos indígenas, e cuja vigência foi reforçada pelo Diretório Pombalino. Além do mais, a partir de 1758, essas tropas voltaram a ser utilizadas pelo Estado colonial como um instrumento de agressão contra os indígenas “amocambados” no rio Negro. Por isso, os termos “guerra justa” ainda se enquadra neste contexto.

¹⁸¹ Pouco mais de uma centena de Manao foi capturada em mocambos no rio Negro pelas tropas de guerra por volta de 1759. Os Manao, aprisionados e transportados para Belém, acabaram sendo “repartidos” entre os povoados coloniais na Capitania do Grão-Pará. Os dados deste episódio e a lista dos Manao levados para Belém

Em paralelo a isso, como já sabemos a década de 50 do século XVIII foi marcada pelas tensões diplomáticas geradas pelas disputas fronteiriças entre as duas Coroas Ibéricas nos limites territoriais do Noroeste amazônico desde a assinatura do Tratado de Madri (1750). Esse embate geopolítico continuou orientando as movimentações portuguesas pela posse do rio Negro no sentido de tentar preservar a vila e capital que representava, naquela altura, o maior baluarte da dominação colonial lusitana em terras tão longínquas e que se encontrava então vulnerável diante de potenciais transtornos externos.¹⁸² Este cenário mais amplo provavelmente não deixou de ser usado no endosso de um discurso que amoldou aos indígenas amocambados a pecha de que eles eram uma real ameaça ao domínio lusitano no vale do rio Negro.

E, além do mais, ainda houveram duas ocorrências que agravaram a tensão e municaram a retórica colonial. A primeira é que nesta época, semelhante ao que havia acontecido com a guarnição de Tomar, Barcelos estava com o setor militar alquebrado por consequência da “auzencia dos soldados” que, por desentendimentos com o sargento-mor, haviam “desertado para [os domínios de] Castella”,¹⁸³ ocasionando o desmembramento das tropas.

A segunda ocorrência tem relação com o furto de armas. Um grupo de indígenas não identificados passeavam pelas estreitas ruas da vila mesclando-se quase despercebidos entre a população quando, de repente, avistaram a movimentação agitada nos arredores da Câmara Municipal; ao mesmo tempo, eles repararam o quanto as autoridades e as guarnições militares remanescentes estavam distraídas se preparando para conter os supostos ataques que poderiam vir através da floresta ou do rio. Este foi o momento que o grupo aproveitou para saquear, em poucos minutos, o restante das armas estocadas no depósito da Casa das Armas, deixando para trás as de péssima qualidade e as danificadas. Para aliviar essa situação, Gabriel de Sousa Filgueira solicitou à Mendonça Furtado novas unidades de armamentos para abastecer as tropas

se encontram em: Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 305; Bandos e Portarias [1755-1761] – APEP, código 85, doc. 781; “Rellação dos Manaos sobreavados que forão apanhados na Tropa de Guerra” – Correspondência de diversos com o governo [1759-1760] – APEP, código 96, doc. 27. Para os detalhes da guerra contra os Manao no rio Negro entre os anos de 1723 e 1727, indico novamente os seguintes trabalhos: FARAGE, Nádía. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Anpocs. 1991, pp. 61-68; GUZMÁN, Décio de Alencar. **História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII – XX)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997, pp. 10-42; CABALZAR, Aloísio; RICARDO, Carlos Alberto (orgs.). **Povos Indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental no noroeste da Amazônia brasileira – Mapa/Livro**. São Paulo: ISA/FOIRN/MEC, 1998, pp. 74-79; SARMENTO, Francisco da Silva. **O médio rio Negro indígena: aspectos históricos, socioculturais e panorama antropológico contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018, pp. 77-84.

¹⁸² BORGES, Ricardo dos Santos. Op. Cit., 2022, p. 38.

¹⁸³ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Op. Cit., 1825, p. 107.

e as linhas de defesa da capital do rio Negro por meio do armazém da Companhia de Comércio.¹⁸⁴

Diante desses eventos, para que o “disignio dos conjurados” não tivesse o “pertendido, e funesto effeito”¹⁸⁵, houve a mobilização das tropas de guerra na intenção de interromper o avanço dos amotinados, eliminar os seus líderes e acabar com os mocambos espalhados pela mata fechada. A quantidade de indígenas nas fileiras dos contingentes das tropas responsáveis pelas ofensivas e defesas armadas no rio Negro era expressiva.¹⁸⁶

A vila, gestada em um mundo cuja população era inicialmente indígena, nunca contou com uma ampla e consistente população branca. Décio Guzmán, baseando-se nos dados do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, destaca que, por volta de 1786, a quantidade de moradores brancos – incluindo faixa etária e gênero – era de 231 habitantes apenas em Barcelos. Embora o mapa da população da vila, destacado por Guzmán, abarque os filhos dos brancos, “mamelucos” gerados pela união com as mulheres indígenas através dos casamentos incentivados pela lei de 4 de abril de 1755, os moradores brancos ainda estavam longe de se igualarem em número à parcela populacional de indígenas.¹⁸⁷

Recuando no tempo, um registro que reforça a informação sobre a grande quantidade de indígenas em Barcelos, principalmente no que diz respeito à defesa militar, é aquele assinado pelo Intendente Geral das Colônias do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa. Os números apresentados por Costa demonstram que a vila, em 1764, abrigava 444 indígenas divididos entre 8 Principais, 3 capitães, 186 homens, 148 mulheres, 114 rapazes e 85 raparigas.¹⁸⁸

A disponibilidade de indígenas, muitos com experiência de combate nos rios e florestas, foi capaz de formar a tropa de guerra que, sob o comando do capitão Miguel de Siqueira Chaves, partiu em direção às povoações acima da vila de Barcelos entre junho e agosto de 1758. Esta tropa de guerra tinha o objetivo de rechaçar os amocambados que, de acordo com o discurso colonial, pretendiam tomar a vila.¹⁸⁹ O outro contingente militar de Barcelos foi enviado para combater os mocambos na liderança do capitão Aniceto Francisco de Távora, um oficial experiente na “Guerra do Gêtio”¹⁹⁰, ainda por volta de 1758. No suporte de sua tropa de guerra, estavam os Principais Caetano de Mendonça e Joaquim de Menezes.¹⁹¹

¹⁸⁴ Correspondência de diversos com o governo [1757-1762] – APEP, códice 92, doc. 59.

¹⁸⁵ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Op. Cit., 1825, p. 107.

¹⁸⁶ FONSECA, André Augusto da. Op. Cit., 2016, pp. 289-290

¹⁸⁷ GUZMÁN, Décio. Op. Cit., 2006, p. 66.

¹⁸⁸ “Calculo Geral dos Índios, e familias da Capitania de S. José do Rio Negro: 1764”. Correspondências de diversos com o governo [1764] – APEP, códice 139, doc. 5.

¹⁸⁹ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, códice 79, doc. numeração não especificada.

¹⁹⁰ Correspondência de diversos com o governo [1759-1760] – APEP, códice 96, doc. 5.

¹⁹¹ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, códice 79, doc. 182; Idem – APEP, códice 79, doc. 197.

A participação de Caetano de Mendonça, em especial, não se resumiu apenas às agressões ou contra-ataque das tropas portuguesas. Ao lado de outro Principal indígena chamado Teixeira da Costa, Caetano de Mendonça conduziu uma expedição que buscou convencer os revoltosos a se aproximarem por meio da oferta de produtos repartidos entre plantas medicinais, alimentos e suporte bélico. Em 2 de setembro de 1758, com a missão de “descer” dos mocambos os indígenas mais propensos ao diálogo com as autoridades portuguesas, os dois Principais ofertaram as seguintes mercadorias saídas do Armazém Real de Barcelos: um frasco de azeite de andiroba; duas porções de agulhas embaladas separadamente em papéis; uma dúzia de berimbaus; duas quartas de libra de pólvora; meio “arratel” de chumbo; dois paineiros de farinha; e meia libra de chumbo.¹⁹²

Outro caso de utilização de mercadorias como presentes pelas tropas de guerra para efetivar descimentos “pacíficos” neste contexto está datado em 13 de julho de 1758. Nesta data, após um longo diálogo que levou à conclusão de um descimento, provavelmente com o auxílio dos Principais, o Provedor da Fazenda Real beneficiou assim que chegaram em Barcelos, com quatro saias de pano fino, as indígenas Francisca Sicília, Unimary e Umajau, “raparigas q. prezentemente vierão do Mocambo”.¹⁹³

As grandes habilidades guerreiras e de barganha dos Principais, embora não estivessem textualizadas na lei do Diretório, produziram notoriedade para estes líderes nos litígios intensificados pelos mocambos no rio Negro. Os motins de 1757 mostraram também que a concessão da honraria de *Principal* foi essencial na formação de alianças com etnias empregadas pelas autoridades portuguesas no âmbito da proteção militar da vila de Barcelos. Episódios como este atribuíram ainda mais importância à colaboração dos Principais no processo de colonização e civilização proposto pelo Diretório dos Índios, e, por outro lado, deram a eles mais “brechas” para efetuarem reivindicações particulares aos agentes da administração colonial.¹⁹⁴

Além do mais, conforme esclarecido em nossa nota 180 deste Capítulo sobre as “guerras justas” efetivadas pelas tropas de guerra e o envolvimento de indígenas motivados por vingança

¹⁹² Idem – APEP, códice 79, doc. 268. Caetano de Mendonça viveu por mais alguns anos na aldeinha, à montante do centro da vila de Barcelos, até a ocorrência do “orrível caso” do dia 18 de junho de 1765. Um mês e dois dias depois do ocorrido, em 20 de julho, o governador Joaquim Tinoco Valente resolveu relatar em correspondência os detalhes da morte do Principal ao governador do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Em resumo, o Principal Caetano de Mendonça cometeu suicídio em sua casa após espancar a esposa e matá-la envenenada. A motivação de Caetano de Mendonça para cometer tais atos se deu ao ouvir boatos de que a sua companheira “lhe fazia adultério”. Depois de tirar a vida da mulher, o Principal disparou um tiro de espingarda contra o próprio peito e se auto degolou com uma navalha. As outras minúcias deste caso estão em: Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, códice 155, doc. 105.

¹⁹³ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, códice 79, doc. 228.

¹⁹⁴ SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. Op. Cit., 2018, p. 90.

nessas operações militares, certamente os Principais que participaram da “caça aos mocambos” também estavam interessados em fazer uso das suas posições de poder para transitarem pelo mundo indígena em meio às práticas criminosas suscitadas pelos portugueses e perpetrarem guerras contra seus inimigos. Os litígios causados por tensões preexistentes entre os grupos indígenas rionegrinos levavam os Principais a enxergarem no suporte bélico e na aliança com os portugueses a oportunidade de lançarem ofensivas armadas contra seus adversários tradicionais em uma posição mais favorável.¹⁹⁵

Através das contendas interétnicas é possível revelarmos a fluidez das relações de alianças e de inimizades entre os grupos nativos do rio Negro ou líderes indígenas fortemente motivados por vinganças ancestrais. A chegada dos portugueses na Amazônia intensificou os embates preexistentes e estes acabaram inseridos nos diversos contextos de conflitos interétnicos. Por isso, os lusitanos não perderam tempo em utilizar as “agitações” indígenas para adotar a formação de alianças como política essencial na conquista, ocupação e exploração do território amazônico.¹⁹⁶

Entre as operações das tropas de guerra e a cooperação dos Principais nas expedições que visavam dismantelar os mocambos, houve um indígena que aproveitou a tensa situação em que se encontrava o rio Negro para perseguir os próprios interesses que nada tinham a ver com os objetivos coloniais. Sendo o último listado na tabela antes apresentada, o personagem em questão é o Principal Manoel, que utilizou a sua posição de autoridade local para realizar, durante algum tempo, relações de comércio independente com os mocambos sem levantar suspeitas entre as autoridades portuguesas até outubro de 1761, quando todo o seu negócio secreto veio à tona.

Definimos as relações de comércio independente, tratadas neste caso e contexto específico, como transações materiais ocorridas fora dos circuitos comerciais controlados pelo Estado ou por alguma instituição colonial. Os sujeitos indígenas (e eventualmente portugueses) envolvidos nestas relações operavam e negociavam entre si de forma autônoma, sem vínculos a um contrato ou acordo exclusivo. As relações de comércio independente, livres das normas e diretrizes que regulamentam as práticas comerciais, viabilizaram a fluidez das trocas de produtos e permitiam que os negociadores agregassem os valores que bem entendessem naquilo que recebiam no ato da permuta. Era através deste tipo de câmbio desvinculado do aparelho estatal e tributário da Capitania do Rio Negro, cujo núcleo se encontrava então em Barcelos, que o Principal Manoel efetuava seus tratos comerciais com os mocambos.

¹⁹⁵ SARMENTO, Francisco da Silva. Op. Cit., 2018, p. 80.

¹⁹⁶ ROCHA, Rafael Ale. Op. Cit., 2009, p. 379.

É desconhecido pelos registros históricos consultados o momento exato em que Manoel iniciou tais relações de comércio independente, mas a correspondência oficial destacada a seguir releva em nossa história o que levou as transações alternativas do Principal a se tornarem motivos das denúncias do governador interino do rio Negro, Nuno da Cunha d'Atayde Varona. A documentação manuscrita também aponta que o Principal, embora não fosse um indígena rebelde amocambado, não portava total fidelidade aos propósitos coloniais lusos em Barcelos. Manoel ousou atuar nos dois lados da moeda, como um mediador, caminhando na tênue linha que então separava o mundo indígena do colonial e usufruiu do melhor que as duas realidades poderiam oferecer naquelas circunstâncias.

Os esquemas comerciais articulados por Manoel de modo independente ganharam visibilidade graças ao seguinte acontecimento: em 19 de outubro de 1761, um indignado Nuno da Cunha d'Athayde Varona enviou uma correspondência ao governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Melo e Castro, informando que, há poucos dias atrás, ocorreu a captura de Rita e Guiteria – mulheres indígenas casadas do lugar de Poiares – pelos amocambados. O impasse levou a convocação de 8 soldados e de diversos indígenas “Canicarus”¹⁹⁷, habitantes de Barcelos, sob a liderança do sargento João Bernardo Borralho para efetuar o resgate e deter o mocambo.

No entanto, para enviar o contingente convocado, Nuno da Cunha precisaria, antes de tudo, amarrar pontas soltas e angariar mais algumas informações. O governador interino relata, na extensa correspondência, a constatação de que o Principal Manoel comercializava discretamente ferramentas de trabalho com o mocambo de onde saíram os sequestradores e ainda os ajudava na intermediação de descimentos para esse mesmo acampamento. Essas operações, que por um tempo escaparam aos olhos das autoridades, garantiram ao Principal uma posição de confiança entre os amocambados que passaram a comercializar com ele aquilo que produziam na roça do mocambo. Os fatos à vista geraram a desconfiança de que Manoel poderia estar, também, envolvido no sequestro de Rita e Guiteria.

¹⁹⁷ Conforme Mark Harris, os indígenas habitantes dos povoados coloniais referidos genericamente como “Canicarus” eram aqueles que passaram a viver entre os brancos após incorporarem novas identidades. Os “Canicarus”, portanto, são os indígenas que abandonaram suas culturas ao adotarem a língua geral ou o português, deixando de lado a língua materna. Para o autor, a palavra significa “gente vestida, civilizada”. Cf. HARRIS, Mark. Op. Cit., 2017, p. 63. Nádia Farage, em seu livro, mostra, por meio das cartas de Joaquim de Melo e Póvoas, que no rio Negro o termo “Canicaru”, utilizado pelos portugueses, nomeava os indígenas que atuavam como auxiliares da força bélica empreendida, ou seja, eles eram “tam bons como os bons soldados”. Cf. FARAGE, Nádia. Op. Cit., 1991, p. 102. Até o final do século XVIII, a palavra “Canicuru” ou “Canicarú”, segundo Ermano Stradelli e Silvia Vidal, foi empregada pelos Manao, Baré e outros grupos do alto rio Negro para se referir aos indígenas “traidores” que serviram as forças coloniais naquele período e que “tinham [se] submetido e aceito o jugo português”. Cf. VIDAL, Silvia M. Op. Cit., 1999, p. 521; STRADELLI, Ermano. Op. Cit., 1929, p. 395.

Em paralelo às informações a respeito da conduta de Manoel e de suas eventuais relações de comércio com o mocambo, Nuno da Cunha, sentado à mesa dentro de seu pequeno gabinete, também tinha em mãos o informe de que o tal mocambo ficava aproximadamente dois dias de viagem da vila e que necessitaria de um guia para a missão. Neste caso, o governador não teve dúvidas de que não havia outra pessoa para esse trabalho além do Principal Manoel.

Nuno da Cunha mandou chamá-lo imediatamente. Imaginamos que Manoel, ao chegar no gabinete acompanhado de dois soldados armados, deixou-se cair pesadamente em uma cadeira diante da autoridade para, em seguida, ser interrogado. O governador, ciente de que Manoel sabia falar muito bem o português, esperava ouvir de sua boca duas confissões. Nuno da Cunha perguntou-lhe objetivamente se sabia da presença de “Índios amocambados” na vizinhança de Barcelos e se havia ouvido alguma coisa sobre o desaparecimento de Rita e Guiteria. Em resposta, Manoel, mostrando-se tenso e evitando contato visual, se limitou a responder que escutou por altos “q. havia alguns Mocambos”, porém desconhecia suas localizações e ainda afirmou não saber nada do sequestro das duas indígenas que, a propósito, não as conhecia.

A reação de Nuno da Cunha, ao perceber as meias verdades ditas pelo Principal Manoel, é expressada de maneira agressiva. O governador ordenou que os soldados conduzissem o indígena a “húa rigorosa prizáo” e o trancafiassem, sem o direito de falar com ninguém, na única cela feita com barras de ferro. O Principal permaneceria em completo isolamento e na escuridão enquanto não entregasse as informações que eram precisas para encontrar o mocambo e as indígenas sequestradas.

Manoel sabia muito bem que fazer comércio com os indígenas integrados aos mocambos e receber os gêneros oriundos de suas roças era um negócio vantajoso. Todavia, as benesses comerciais fora de Barcelos não anularam os privilégios de autoridade local obtidos com a honraria de *Principal*, os quais foram ameaçados após ser preso. O pouco tempo em solidão numa cela bem fortificada ajudou o indígena a refletir sobre o que aconteceu consigo e a tomar uma decisão.

Segundo Nuno da Cunha, após permanecer preso por uma hora, Manoel se dirigiu novamente ao gabinete e finalmente confessou “saber [sobre] o sitio do Mocambo, e [que iria] entregar as duas Indias”. No processo, o Principal pediu o perdão do governador que rapidamente concedeu-lhe, visto que esse era o melhor caminho para preservar a aliança de um indígena – embora não confiável – notavelmente experiente nas relações com os mocambos, qualidade indispensável naquele contexto. Manoel ainda se mostrou comprometido em acompanhar a tropa.

O sargento João Bernardo Borralho, os 8 soldados, os indígenas Canicarus e o Principal Manoel partiram de Barcelos na noite de 12 de outubro. O percurso de quase dois dias até o mocambo, cuja localização exata não é informada na correspondência, provavelmente procedeu em grande parte por água e o restante através de longas horas de caminhada mata adentro.

A tropa chegou nos arredores do mocambo na manhã do dia 14, mas algo inesperado aconteceu. Conforme Nuno da Cunha, os indígenas do mocambo “se achaváo [no perímetro] armados esperando dispersos pelo matto a nossa Tropa”, indicando que eles, mesmo com a opção de se mudarem do local para dificultar o rastreamento de suas posições, optaram pelo enfrentamento dos invasores enviados para caçá-los.

O sargento Borralho, ao perceber que estavam sendo observados e cercados, ordenou de forma pouco coordenada o ataque sobre os “sentinellas avançados”. A troca de disparos de arma de fogo e de flechas não demoraram para se alastrar por dentro do mocambo, causando desordem, correria, quebradeira, gritaria e fuga. A operação pareceu terminar, por um lado, bem sucedida. A unidade do sargento Borralho conseguiu aprisionar 22 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, incluindo “as ditas referidas duas Indias, Rita e Guiteria”. Entretanto, por outro lado, a emboscada também cobrou o seu preço.

Um soldado granadeiro chamado João Francisco levou a pior no embate. No momento em que foi preciso invadir o interior do mocambo, Francisco se afastou demais do seu grupo na tentativa de segurar uma das mulheres que tentavam fugir. O soldado conseguiu agarrá-la por trás passando um dos braços pelo pescoço da moça com a intenção de imobilizá-la e fazê-la perder o equilíbrio.

De repente, três indígenas chamados Iauydâ, Domingos (Principal que iniciou o levante no lugar de Lamalonga em 1757)¹⁹⁸ e Simão¹⁹⁹ dispararam contra Francisco flechas de “Curábio” envenenadas “q. instantaneamente mattam”. O soldado foi atingido com uma flecha na costa, duas em um braço e uma no peito enquanto segurava a mulher que, aliás, era a esposa de Domingos. A tropa contra atacou ferindo à bala Domingos e conseguiu aprisionar Iauydâ. Francisco chegou a ser socorrido pelos seus “camaradas”, mas faleceu em poucos minutos.

O peso da perda sofrida pela tropa se abateria principalmente sobre o Principal Manoel. O histórico de suas relações de comércio independente com os indígenas amocambados, que

¹⁹⁸ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. Op. Cit., 1852, p. 248.

¹⁹⁹ Simão também foi preso nesta ocasião por ter causado a morte do soldado João Francisco. A correspondência, escrita pelo Ouvidor Lourenço Pereira da Costa e enviada ao governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, informa que, na data de 6 de agosto de 1766, Simão permanecia preso em Barcelos junto com os seus companheiros. A sua participação na emboscada que ceifou a vida do soldado em outubro de 1761 continuaria a ser apurada na cidade de Belém. Essa breve informação se encontra em: Correspondência do governo com a metrópole [1766] – APEP, códice 165, doc. 141.

envolvia a troca de ferramentas de trabalho por produtos da terra; bem como a resistência em revelar a localização do mocambo, suscitaram uma profunda desconfiança em torno de sua pessoa. Parecia que qualquer coisa que porventura não acabasse bem no encontro das duas frentes, rapidamente o Principal Manoel seria acusado e responsabilizado. E assim procedeu o fragmento final da correspondência de Nuno da Cunha:

O Sargento João Buralho, e os mais soldados q. o acompanharam, e obraram nesta deligencia com o melhor acerto, me asigram, q. o Principal Manoel os inganara; usando de todos os meyoys para q. elles não seguissem no mato o verdadeiro caminho de se conduzirem ao Citio em q. se achava o sobre dito Mocambo; mostrando em todas as suas açóens estár a favor dos Indios [...].²⁰⁰

Independentemente do desfecho do episódio narrado, o Principal Manoel, seja na colaboração com a colonização ou na assistência que deu aos mocambos com suas paralelas relações de comércio, não deixou de considerar as alternativas que viessem a colocar os seus interesses em primeiro lugar. Prova disso é que, por um lado, o indígena rapidamente reconsiderou a atitude que teve diante de Nuno da Cunha para tentar ganhar novamente a sua confiança após ser preso e perceber o risco de perder os privilégios de Principal. Por outro, Manoel sabia que a posição de autoridade local, dada a ele por meio da honraria de *Principal*, facilitaria o seu trânsito para o mundo indígena dos mocambos situados naquela parte do rio Negro a partir da vila colonial de Barcelos, onde ele encontraria inúmeras possibilidades de estabelecer outras linhas de comércio independente que substituíssem àquela desmantelada por Nuno da Cunha e João Borralho.

Através do caso de Manoel, também é possível notar como o rápido perdão concedido a um Principal é um elemento presente nesse período. Provavelmente, a anistia concedida à Manoel por Nuno da Cunha continuou valendo após a emboscada, pois a perda sofrida pela tropa não teve mais peso do que os resultados alcançados graças à assistência desse Principal, apesar da alegação de que ele estava “a favor dos Indios”. A ameaça que os mocambos representavam para a estabilidade do domínio lusitano no rio Negro, do ponto de vista colonial, permaneceu acesa na década de 60 do século XVIII e a proteção de Barcelos teria muito a ganhar com a permanência do Principal Manoel como aliado.²⁰¹

²⁰⁰ Correspondência de diversos com o governo [1759 – 1762] – APEP, códice 99, doc. 109; Idem – APEP, códice 99, doc. 110; Idem – APEP, códice 99, doc. 111; Idem – APEP, códice 99, doc. 112; Idem – APEP, códice 99, doc. 113; Idem – APEP, códice 99, doc. 114.

²⁰¹ Uma hipótese que podemos lançar para tentar entender o rápido perdão concedido à Manoel é de que ele fazia parte da rede dos Principais “confederados” de Manoel Vasconcelos Camandri e, quiçá, até mesmo da *nobreza indígena da terra* liderada por ele. Na *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, é dito que entre os aliados de Camandri, encontrava-se um indígena chamado Iama, conhecido pelo seu nome português “Manoel”. Além do mais, conforme David Sweet, Iama ou “Manoel”, participou junto com Camandri e seus filhos, os Principais Romão José de Oliveira Jananitari e Paulo de Oliveira, das expedições escravistas no rio Uaricoera auxiliando as tropas sob o comando de Francisco Xavier de Andrade no ano de 1740. Caso seja a mesma pessoa,

A aliança com os indígenas que atuaram na administração municipal, na gestão da mão de obra indígena ou nos contingentes de tropa sob o título de *Principal* contribuiu para o aproveitamento da força de trabalho indígena disponível, a estabilidade governativa, a segurança e a existência de Barcelos naqueles conturbados anos iniciais do período pombalino. A atuação dos indígenas destacados na tabela revela o papel desempenhado pelas concessões de honrarias, sobretudo a de *Principal*, na formação das alianças com os agentes que compunham a *nobreza indígena da terra*, criada em Barcelos por esse mecanismo.

Mas, por outro lado, do ponto de vista indígena, por trás da opção pela aliança com os portugueses havia a aceitação das honrarias concedidas que eram capazes atender seus interesses políticos e econômicos, transformando, assim, o espaço da capital do rio Negro em uma realidade onde eles serviam e ao mesmo tempo eram servidos. As análises e abordagens feitas neste capítulo embasam o argumento que a honraria de *Principal* serviu de instrumento para as lideranças nativas, que enxergaram um excelente negócio nas alianças com os portugueses, reforçarem no cotidiano da esfera colonial da vila de Barcelos a autoridade política que detinham.

A atuação de Camandri, Teles e Oliveira em Barcelos demonstra que não existe, e nunca existiu uma cultura indígena “original”, “autêntica” e “pura”, que se perdeu nas malhas da colonização e caiu no esquecimento das areias do tempo.²⁰² Sem dúvida, a aliança com os portugueses no rio Negro não era perfeita para os indígenas. Os propósitos coloniais cobraram um alto preço daqueles que se comprometeram em defendê-los e alcançá-los ou que apenas os enxergaram como um trampolim para obter posições políticas, militares ou administrativas que atendessem aspirações pessoais. No entanto, para os indígenas que conquistaram e mantiveram a honraria de *Principal*, essa era a melhor “jogada” ou estratégia a ser feita naquele cenário de reviravoltas conjunturais da segunda metade do século XVIII, ainda que tivessem em mãos inúmeras outras possibilidades de escolha.

Prova disso são as ações de Manoel, cuja posição de poder que ocupava com a titulação de *Principal* permitiu que, a partir dos limites coloniais da vila de Barcelos, ele adentrasse nas florestas para realizar suas relações de comércio independente com os mocambos. Os audaciosos movimentos realizados por Manoel no conflituoso tabuleiro militar e colonial do rio

isso poderia indicar que a experiência nessas operações, cujo propósito era escravizar outros indígenas e fornecê-los à comerciantes particulares, ajudou o Principal Manoel a desenvolver as próprias estratégias para manter relações de comércio independente com os mocambos, onde ele explorava indiretamente o trabalho indígena nas roças que o abasteciam com produtos agrícolas. Contudo, faltam outras evidências para confirmar esta hipótese. Cf. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, p. 364; SWEET, David. Op. Cit., 1974, p. 743.

²⁰² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, (Coleção FGV de Bolso, 15), 2010, p. 17.

Negro, provaram que certos bens de consumo, até aqueles oriundos da terra, eram bastante atrativos nas negociações e nas relações de trocas dadas; e muitos deles desembarcaram na vila de Barcelos chamando a atenção de outros Principais indígenas que, a propósito, não estavam totalmente imbricados com a sociedade colonial no rio Negro como aquela da *nobreza indígena da terra* que foi aqui apresentada.

Os bens de consumo a que nos referimos foram transportados por longos e extenuantes dias pela rota fluvial que ligava a cidade de Belém à vila de Barcelos, e também se mostraram mais uma vez centrais na formação das alianças com os Principais na segunda metade do século XVIII. Este outro meio de estabelecer alianças com influentes chefias do rio Negro, financiado e promovido pelo Estado colonial em Barcelos, envolveu a negociação daquilo que chamaremos de “mercadorias”.

Assim como fizeram com as concessões de honrarias, o propósito luso com essas “mercadorias”, além de tentar formar novas alianças, era satisfazer os interesses políticos dos Principais e os da coletividade indígena que representavam. Porém, para os Principais que negociaram com as autoridades coloniais, as mercadorias representaram dispositivos que operavam diretamente na manutenção da autoridade que eles detinham em seus grupos de origem, situados naquela parte do rio Negro, como veremos através dos casos narrados no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

ABASTECIMENTO, NEGOCIAÇÕES E MERCADORIAS

Além das concessões de honrarias, ainda por volta do ano de 1755, reparamos também o papel fundamental que as mercadorias, provenientes do sistema de abastecimento fluvial, tiveram nas negociações que visavam formar alianças com os Principais indígenas considerados influentes e indispensáveis na intermediação dos descimentos para a vila de Barcelos.

Para entendermos como esse empreendimento colonial ganhou força nas tentativas portuguesas de firmar tais alianças em Barcelos, primeiro averiguamos o modo como o papel conjunto dos rios, das embarcações e dos indígenas (remeiros e *jacumaúbas*) possibilitou o abastecimento da vila e as negociações de mercadorias. Além do mais, importante também foi a abordagem, nos limites da documentação manuscrita e impressa, da rota percorrida pelas embarcações de transporte de cargas entre Belém e Barcelos, o que nos possibilitou destacar tanto os desafios enfrentados pelos indígenas remeiros e *jacumaúbas* no cotidiano do sistema logístico fluvial, quanto os tipos de mercadorias por eles transportadas. Na esteira de cada um desses processos, buscamos analisar as negociações portuguesas de mercadorias com os Principais Cucuí, Emmu, Manacaçari, Uemayava e Canauánuma, englobando os produtos que despertavam os seus interesses e os da coletividade indígena que eles representavam, bem como o interesse político dos nativos pelas mercadorias negociadas.

O principal argumento que o presente capítulo se propõe a fundamentar é o de que, dado o contexto das transformações espaciais em Mariuá/Barcelos, as negociações entre os Principais indígenas e os portugueses fizeram com que as mercadorias continuassem se destacando como um dos eixos centrais na formação das alianças ao longo da segunda metade do século XVIII. Além disso, a argumentação buscará apontar que o interesse das chefias nativas em negociar os termos de uma aliança com o colonizador português se deu pelo objetivo de ter sob suas posses as mercadorias vistas como instrumentos de manutenção de suas autoridades políticas entre os indígenas que lideravam naquela parte do rio Negro.

3.1. Os caminhos fluviais, as embarcações e os tripulantes indígenas.

O abastecimento de Barcelos estava quase que inteiramente ligado à logística fluvial do rio Negro. De acordo com a documentação consultada, entre 1755 e 1765, a vila portuguesa experimentou uma entrada maciça de mercadorias transportadas por canoas oriundas de Belém.²⁰³ As mercadorias ou, como são descritas nas fontes documentais, as “despesas” que desembarcaram em Barcelos eram divididas entre os alimentos destinados à população, ferramentas de trabalho, insumos militares para as tropas que guarneciam a vila ou as fortificações e algumas utilidades do cotidiano.²⁰⁴ Especificaremos depois cada um desses bens no decorrer do texto. O ponto mais importante a sublinhar aqui é que parte dos recursos que abarrotavam as canoas que os transportavam foi reservado às negociações com os Principais indígenas.

O transporte das mercadorias de Belém para Barcelos esteve associado a três elementos cruciais. O primeiro foi a necessidade de dominar o trânsito constituído pelos labirintos fluviais, pois o rio era a artéria vital de toda a vida e circulação no território amazônico desde os tempos pré-coloniais. Com a colonização portuguesa, isso não seria diferente, já que ela foi *eminentemente aquática*.²⁰⁵

Sérgio Buarque de Holanda, ao discorrer sobre como a “angústia da sede” afetava as grandes marchas sertanistas na América portuguesa e o papel do “gentio da terra” na tentativa de contornar esse problema, afirma que os cursos de água estavam imbricados à ocupação do território nos primeiros anos da colonização europeia, que dava passos lentos em direção ao interior. A relação estratégica entre “Bons ares e boas águas”, para o historiador paulista,

²⁰³ O abastecimento pela via fluvial, apesar de essencial para a base da análise das negociações com os Principais, não era capaz de garantir regularmente o sustento da Capitania de São José do Rio Negro, incluindo, indubitavelmente, a vila de Barcelos. De acordo com Ermelinda Pataca, a distância e as dificuldades de acesso à Belém criaram, nesta Capitania, uma economia de subsistência baseada na utilização dos recursos naturais em produções manufatureiras. Diante dos obstáculos impostos pela distância, para Pataca, os “conhecimentos químicos europeus” misturados com o conhecimento indígena possibilitaram a construção de fornos, a fabricação de cerâmicas, a praticidade dos procedimentos de extração de corantes e de fibras dos vegetais, a preparação de tintas e de cordas. Os produtos gerados por essa hibridização “entre o conhecimento indígena e as culturas letradas” no rio Negro tiveram utilidades tanto no campo doméstico quanto no âmbito comercial, seja ele interno ou externo. Cf. PATACA, Ermelinda Moutinho. Op. Cit., 2023, p. 421.

²⁰⁴ Bandos e Portarias [1755-1761] – APEP, código 85, documentos 33, 137, 138, 143, 144, 145, 158, 162, 197, 199, 223, 292, 340, 382, 386, 400, 439, 440, 468, 532, 536, 537, 573, 598, 599, 623, 624, 679, 702, 713, 724, 747, 752, 755, 759, 775, 822, 939 e 976; Registros de Bandos, Portarias e Decisões [1761 – 1766] – APEP, código 110, documentos 118, 119, 121, 122 e 207; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 155, documentos 9, 13, 14; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 156, documentos 2, 271.

²⁰⁵ FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia portuguesa (1733 – 1777)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Pará, 2016, pp. 65, 84, 136.

determinou os locais de instalação de sítios e povoados.²⁰⁶ Nessa direção, em diálogo com outra obra do mesmo autor, Holanda mostra o esforço da Coroa portuguesa em relação ao domínio das comunicações marítimas. Havia, segundo ele, uma clara insistência da metrópole para que os colonos se fixassem às margens das principais correntes navegáveis, como o rio São Francisco.²⁰⁷

No Noroeste amazônico, para haver a ocupação da terra, era preciso colonizar as “velhas trilhas indígenas”²⁰⁸ predominantes na região, ou seja, as águas que se interligavam entre rios, furos e igarapés, constituidores dos caminhos fluviais utilizados pelos nativos para se deslocarem em busca da caça, da pesca e da coleta de frutos.²⁰⁹ Ao mesmo tempo, essas mesmas águas, após a colonização, passariam a mesclar os principais alicerces que sustentavam a presença lusitana, como, por exemplo: o sistema urbano das vilas e lugares, as atividades comerciais, os deslocamentos, a defesa territorial e o abastecimento.²¹⁰

A transformação de Barcelos na vila politicamente mais importante do Noroeste amazônico, a interligou, por via fluvial, à Belém, às povoações adjacentes e às fortificações no alto rio Negro.²¹¹ As “estradas” aquáticas que estabeleceram o contato da vila com tais localidades, trouxeram para a equação do abastecimento de mercadorias o segundo elemento basilar: as embarcações.

Até o momento, não encontramos documentos portugueses que especificassem as embarcações utilizadas para o transporte e desembarque de mercadorias na vila entre 1755 e 1765. No entanto, sabemos que na Capitania do Rio Negro havia, nesse mesmo período, a constante circulação de igarités e de grandes botes de “nove até dez remos por banda”. Especificamente na Casa das Canoas em Barcelos, era comum a presença de “canôas do Serviço da Demarcação”, “canôas de cobertura” e de botes com até “dez remos por banda”.²¹² Portanto, a vila não carecia de grandes embarcações, movidas por muitos indígenas remeiros em cada lateral e capazes de transportar volumosas cargas de suprimentos. As figuras 4 e 5 apresentam os exemplos das canoas mais conhecidas e que, provavelmente, compuseram as linhas de abastecimento de Barcelos.

²⁰⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp. 44, 51.

²⁰⁷ _____. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 125.

²⁰⁸ _____. Op. Cit., 2017, p. 31.

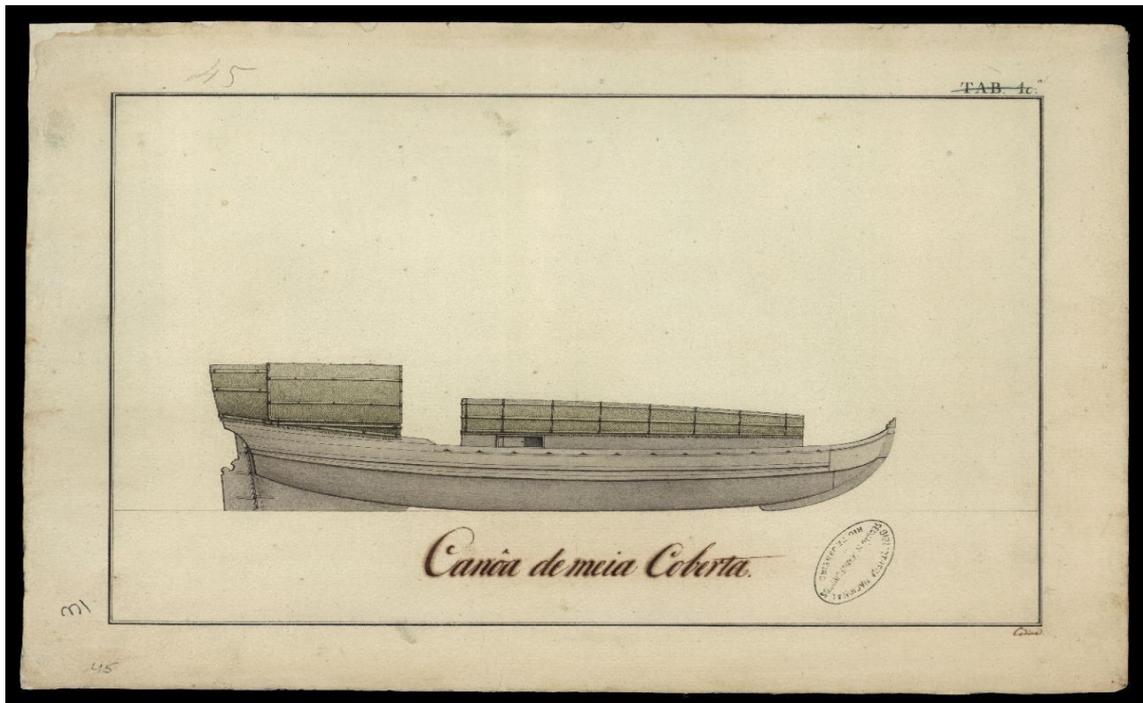
²⁰⁹ GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. **História e memória da carpintaria naval ribeirinha da Amazônia**. VI Simpósio Nacional da História Cultural – Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal de Piauí – UFPI, Teresina-PI, 2009, p. 2.

²¹⁰ GUZMÁN, Décio de Alencar. Op. Cit., 2001, p. 95.

²¹¹ BORGES, Ricardo dos Santos. Op. Cit., 2022, p. 125.

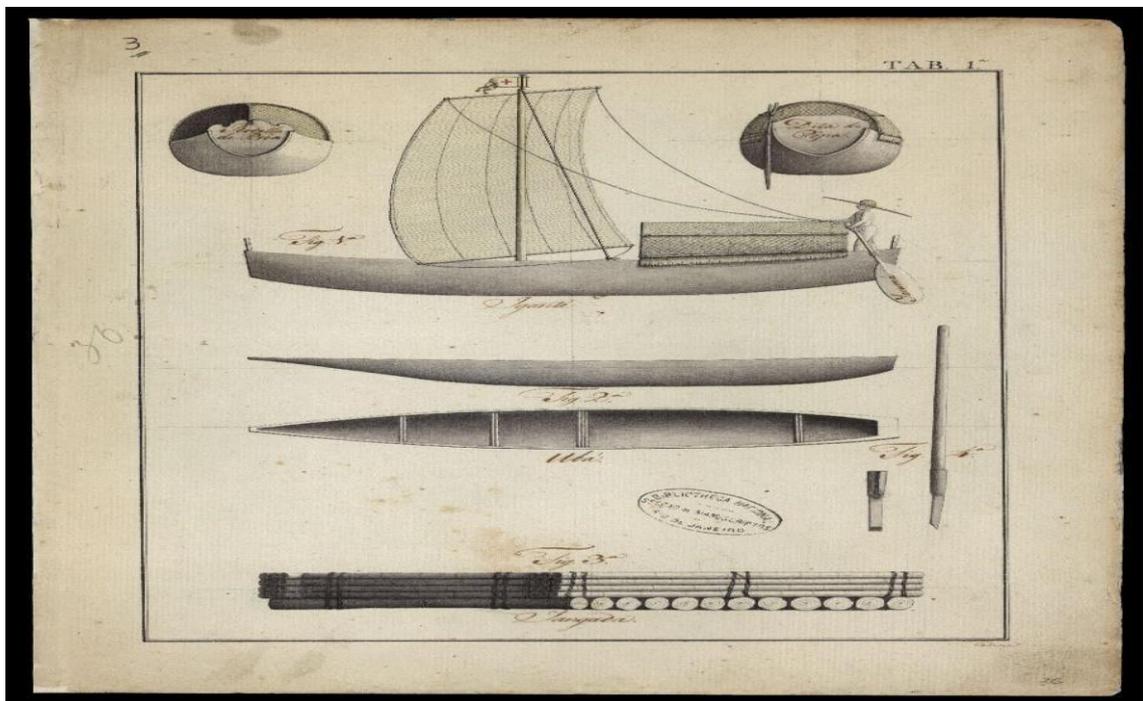
²¹² FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, pp. 356-358.

Figura 4 – "Canôa de meia coberta". Desenho de Joaquim José Codina, 1785.



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, *apud* MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, p. 396.

Figura 5 – "Igarité, Ubá, Jangada". Desenho de Alexandre Rodrigues Ferreira, sem data.



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil, *apud* MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, p. 397; BASTOS, Carlos Augusto. Op. Cit., 2017, p. 224.

A “Canôa de meia coberta” desenhada por José Codina, identificada na primeira figura, foi um modelo utilizado no comércio e transporte de passageiros e de mercadorias (produtos manufaturados, gêneros agrícolas ou as “drogas do sertão” extraídas das florestas)²¹³ no rio Negro durante a segunda metade do século XVIII, sendo a sua circulação bastante comum na rota fluvial até Belém. As canoas desenhadas na segunda imagem são outras embarcações que navegaram pelos caminhos fluviais.

Na ordem vertical da figura 5, Alexandre Rodrigues Ferreira nos mostra os seguintes modelos: “igarité”, canoa de casca que possuía vela náutica controlada, conforme a imagem, aparentemente por um indígena *jacumaúba* segurando um remo chamado “Jacumá”²¹⁴ que se encontra posicionado na popa e atrás de uma coberta que preenche parcialmente a embarcação; “ubá”, canoa de tronco resistente e a preferida nos trechos dos rios onde o fluxo das águas é mais intenso, e, embora chame a atenção por sua simplicidade, a ubá é considerada mais veloz e forte que as de casca; e, por fim, avistamos na imagem a “jangada”, canoa de taboca, espécie de madeira oca frequente na Amazônia, que têm as suas partes unidas por cordas fortemente amarradas.

Em resumo, esses veículos eficazes, fabricados com a conjunção da técnica indígena e da europeia, suscitaram e condicionaram o fluxo de pessoas e de coisas pelas águas dos rios, assim como as práticas comerciais, a defesa territorial, as expedições científicas e as missões de demarcação de fronteiras; e continuam presentes nos rios amazônicos até hoje.²¹⁵

As palavras do padre João Daniel a seguir sintetizam, de forma clara, a inevitável inserção da colonização portuguesa no mundo dos rios, das canoas e da navegação a remo na Amazônia:

Frustrado seria o projeto de povoar o Amazonas com novas povoações, e colônias de europeus, se juntamente se não aplicar a necessária providência para a sua navegação, porque faltando a precisa navegação, faltará juntamente a comum [e] necessária serventia, e comunicação dos moradores, e seria o mesmo que prender nas suas povoações os novos colonos, se não se lhes der modo de poderem sair delas e negociar a vida. E a razão é porque como já temos dito por vezes, em todo o estado do Amazonas são os caminhos, serventia e comunicação por água, por estar aquela

²¹³ PATACA, Ermelinda Moutinho. Op. Cit., 2023, pp. 383, 409.

²¹⁴ A informação acerca do objeto e do provável indígena que o segura na imagem se alinha com o testemunho de João Daniel. Segundo o padre jesuíta, o nome dos indígenas “jacumaibas” se origina “de umas pás, de que alguns usam nas suas canoas em lugar de leme, chamadas jacumã”. Cf. DANIEL, João. Op. Cit., 2004, v.1, p. 343.

²¹⁵ MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, pp. 396-397; CRUZ, Roberto Borges da. **Farinha de “pau” e de “guerra”: os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722 – 1759)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Pará, 2011, p. 115; FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. Cit., 2016, pp. 81, 83; PATACA, Ermelinda Moutinho. Op. Cit., 2023, p. 409.

grande região toda cercada, cortada, e retalhada de rios, lagos, e lagoas; e assim a navegação é toda a serventia, as canoas são as bestas, as cavalgadas, e os carros.”²¹⁶

O terceiro, e mais importante, elemento que tornou possível o abastecimento de Barcelos com mercadorias é o humano. Citamos rapidamente os sujeitos nativos responsáveis pela empreitada nas linhas acima: trata-se do indígena remeiro, dominador das técnicas de movimentação do remo, e do indígena prático ou piloto *jacumaúba*, detentor do conhecimento (preciso ou aproximado) das rotas aquáticas que cortam toda a geografia amazônica.

Apesar de se complementarem nessa função, existia uma diferença socioeconômica entre eles. O trabalho dos indígenas remeiros baseava-se quase exclusivamente em força física e agilidade durante todo o extenuante percurso. No entanto, em passagens por extensas correntezas com ventos favoráveis, o remo era largado, dando a esses indígenas condições e tempo livre para comer, cachimbar, dormir e apreciar a paisagem dos rios e florestas por onde passavam. Além disso, o remeiro, nas eventuais paradas das embarcações em feitorias, precisava se embrenhar nas matas em busca das “drogas do sertão”, da caça ou da pesca.

Os jacumaúbas, por sua vez, possuíam conhecimentos específicos acerca dos acidentes geográficos, dos arquipélagos e dos rios navegáveis; eram experientes na identificação dos perigos que as águas escuras ou amarronzadas podiam esconder, o que os qualificou como os guias preferenciais e imprescindíveis das embarcações. O destaque na arte da navegação tornou o jacumaúba insubstituível nas viagens fluviais e nas expedições demarcadoras de limites. Tanto que, quando as embarcações precisavam estacionar nas feitorias, a função desse indígena resumia-se em fazer companhia ao cabo de canoa nos pequenos barracos montados para descanso, alimentação e “espera” da conclusão dos serviços de coleta ou de caça.

Embora esses indígenas práticos, em algum momento, também precisassem trabalhar na caça e na pesca para garantir o suprimento regular de comida ou nas coletas dos produtos e espécimes locais, o propósito era – sempre que possível – protegê-los de incidentes que poderiam ocorrer na mata fechada, como: ataques de animais selvagens e peçonhentos ou das fugas em massa que viessem a ocasionar a perda do principal guia da expedição. Ao contrário do indígena remeiro, a substituição de um jacumaúba nessa situação era indesejável e impensável.²¹⁷

²¹⁶ DANIEL, João. Op. Cit., 2004, v.2, p. 519.

²¹⁷ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Op. Cit., 2017, p. 215; FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. Cit., 2016, pp. 134-135; BELIK, Daniel. **Caminhos Indígenas: Espaços de movimentação pela Amazônia**. Revista Espacialidades [online]. v. 15, n. 2, 2019, p. 136.

Segundo Décio Guzmán, os pilotos jacumaúbas caracterizaram-se como os homens responsáveis pelo êxito do funcionamento regular do sistema de vilas, cidades e lugares portugueses na Amazônia dos séculos XVII e XVIII. Guzmán afirma que as habilidades náuticas desses indígenas ecoaram sobre os resultados angariados pela vida urbana naquele período, pois eles serviram de ponto de apoio nas relações entre europeus e indígenas.²¹⁸

Outro exemplo de valorização e de cuidado em relação a esses indígenas práticos dos rios é percebido nas correspondências das autoridades em Barcelos. Nuno da Cunha d’Athayde Varona, em comunicação com Manoel Bernardo de Melo e Castro, informa a partida da Canoa de Comércio do porto de Barcelos, que transportava o jacumaúba Francisco Xavier Pinto com a licença de tratar a sua saúde na cidade de Belém. O esforço para salvar o indígena enfermo, segundo Varona, justificou-se pelas adições financeiras alcançadas por ele e pelos outros “Jacumahubas desta Villa [que] são suficientes calafates²¹⁹, [e] me parece ser super justa esta despesa com o dito calafate [...]”.²²⁰

A remuneração dos indígenas remeiros e jacumaúbas é outra questão que evidenciou a desigualdade entre eles nas canoas. Os remeiros, costumeiramente, recebiam por mês duas a três varas de pano grosso de algodão. Este é o caso do indígena Gabriel da aldeia de Trocano que, em 27 de janeiro de 1755, recebeu 3 varas de algodão como pagamento por “remar as canoas que vierão da cidade [de Belém] p. este Arrayal [de Mariuá] os que ja fica declarado na certidão q. se mê passou p. o seu pagamento [...]”.²²¹ Os jacumaúbas, por sua vez, arrecadavam tudo o que os parceiros de trabalho náutico recebiam, além de “mais 3 varas de pano grosso, e um corte de ruão para a saia de sua mulher” como benefício pessoal.²²²

Compreendemos, desse modo, que apenas o papel conjunto dos rios, das embarcações e dos tripulantes indígenas possibilitaram o abastecimento de Barcelos com mercadorias essenciais, sobretudo, às negociações com os Principais indígenas. Assim, podemos abordar, de maneira sucinta, a rota percorrida pelas embarcações de transporte de cargas entre Belém e Barcelos. A ideia a seguir também é mostrar, com o auxílio da documentação manuscrita e impressa consultadas, os desafios enfrentados pelos indígenas no cotidiano desse sistema logístico fluvial e, por fim, observaremos os tipos de mercadorias por eles transportadas.

²¹⁸ GUZMÁN, Décio de Alencar. Op. Cit., 2001, p. 96.

²¹⁹ De acordo com o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, calafate é o “Official que calafeta navios; Embutir á força nas juntas dos navios estopa, ou outra materia esponjosa, que véde, e estanque a agua com o breu em que vai embebida. Tapar juntas com papel, ourelas, etc, para não entrar ar”. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. Editora – Empreza Litteraria Fluminense de A.A. da Silva Lobo, Rio de Janeiro, Tomo 1, 1890, p. 383.

²²⁰ Correspondência de diversos com o governo [1759-1762] – APEP, código 99, doc. 83.

²²¹ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 16.

²²² FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. Cit., 2016, p. 114, notas 380, 383-384.

3.2. O cotidiano da navegação e o desembarque de mercadorias em Barcelos.

Considerando a grande quantidade de mercadorias embarcadas, é pertinente imaginarmos que as maiores e mais resistentes embarcações, como a canoa de meia coberta e a ubá, foram selecionadas no porto de Belém para a missão de transporte e de abastecimento da vila de Barcelos. A viagem, nas previsões mais otimistas, poderia durar quase três meses, tempo de duração da excursão de Mendonça Furtado, iniciada em 2 de outubro de 1754 e terminada, com a chegada na aldeia de Mariuá, no dia 28 de dezembro.²²³

Não temos a intenção de descrever detalhadamente a função de cada tripulante na preparação do embarque, mas, baseado no papel dos dois principais tripulantes indígenas, provavelmente o carregamento e a organização das mercadorias nas canoas – estocadas e identificadas pelos nomes escritos em paneiros, potes, caixas e barris²²⁴ – acabou sendo uma tarefa atribuída aos remeiros; enquanto isso, o jacumaúba cuidava do ajuste das velas náuticas que orientavam a velocidade da navegação pelos ventos; e o cabo de canoa era encarregado de receber em mãos a correspondência com a listagem das mercadorias a serem embarcadas e fiscalizava o modo como eram acomodadas na embarcação.

Quanto às listas de mercadorias, percebemos nas fontes documentais que as formas de embalagem dos mais variados produtos e a proteção que esses embrulhos ofereciam nas expedições davam importante suporte, principalmente, aos alimentos. A utilidade de certos recipientes conservava, por exemplo, as boas quantidades de farinha, gênero alimentício recorrente nas listas de mercadorias. Embora a farinha não apresentasse risco de apodrecimento durante os prolongados trajetos, ainda precisava ser protegida contra a demasiada umidade e as chuvas frequentes no trópico equatorial.²²⁵ O mesmo cuidado de empacotamento também valia para a pólvora, produto transportado em barris e em latas lacradas na tampa com couro de boi para evitar qualquer contato com a água.²²⁶

²²³ “Diário da viagem que o Ilm^o e Exm^o Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, fez para o Rio Negro. A expedição das demarcações dos Reais Domínios de Sua Majestade”. Francisco Xavier de Mendonça Furtado – MCM, v.2, pp. 256-288.

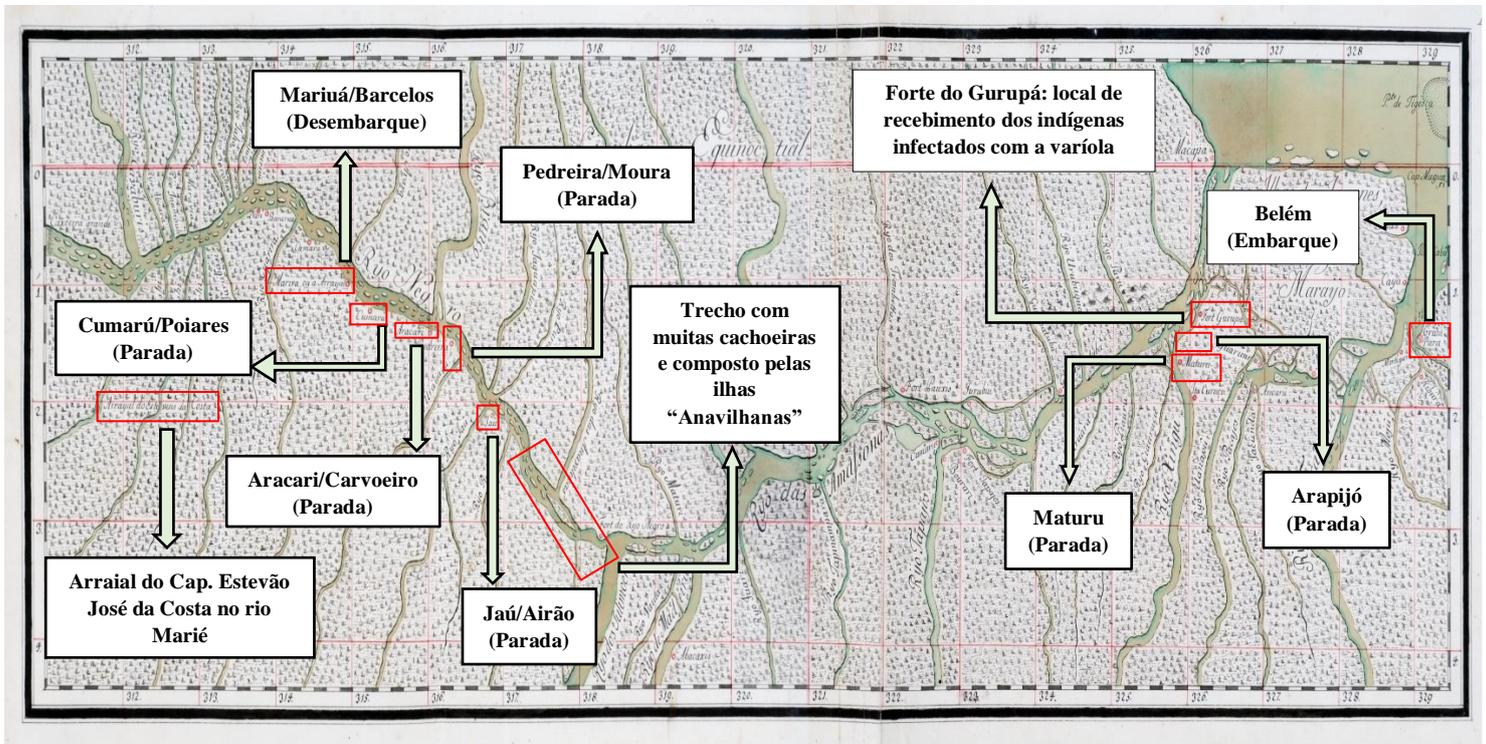
²²⁴ Ermelinda Pataca afirma em seu artigo que a produção de barris chamou bastante a atenção de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua viagem por Belém no ano de 1784. Pataca ressalta que o naturalista, ao visitar um sítio em Tucunduba, observou que a árvore de Jeniparana era usada como matéria prima na fabricação de arcos que seriam envergados em torno dos barris. A autora destaca que a fabricação de barril despertou o interesse de Rodrigues Ferreira pelo papel fundamental desse objeto na embalagem e transporte das mercadorias produzidas na colônia. De acordo com Pataca, a construção de caixas de madeira, cestos de palha e potes de cerâmica também aparece nas anotações do viajante, acompanhada de uma atenta avaliação das propriedades dos materiais utilizados na preparação das embalagens responsáveis por transportar os diversos tipos de mercadorias coloniais. Cf. PATACA, Ermelinda Moutinho. Op. Cit., 2023, pp. 418-419.

²²⁵ CRUZ, Roberto Borges da. Op. Cit., 2011, pp. 36-37.

²²⁶ Bandos e Portarias [1755-1761] – APEP, códice 85, documentos 33, 137, 138, 143, 144, 145, 158, 162, 197, 199, 223, 292, 340, 382, 386, 400, 439, 440, 468, 532, 536, 537, 573, 598, 599, 623, 624, 679, 702, 713, 724, 747,

A distância entre Belém e Barcelos, numa estimativa do século XIX, é de 361 léguas (1742 km)²²⁷ que cobrem o caminho pelo imenso rio Amazonas e seus principais afluentes (Xingu, Tapajós e Madeira) até a boca do rio Negro, etapa onde as embarcações enfrentariam uma longa subida rumo à Barcelos. No mapa é apresentado o caminho de água que liga as duas capitais, bem como as localidades e trechos que, segundo as fontes manuscritas e impressas coevas, serviram de parada para as canoas ou representaram obstáculos que retardaram o avanço dos barcos.

Mapa 2 – “Mapa Geografico do Rio das Amazonas...”. Desenho de João André Schwebel, 1758.



Fonte: Le ne fay rien sans Gayeté (Montaigne, Des livres), Ex Libris José Mindlin.²²⁸

Esta fonte de informação cartográfica representa a importância da cartografia no detalhamento, preciso ou aproximado, do sistema hidrográfico e dos caminhos que penetravam

752, 755, 759, 775, 822, 939 e 976; Registros de Bandos, Portarias e Decisões [1761 – 1766] – APEP, códice 110, documentos 118, 119, 121, 122 e 207.

²²⁷ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Op. Cit., 2004, p. 350.

²²⁸ As informações acrescentadas no mapa se encontram em: “Diário da viagem que o Ilmo e Exmo Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, fez para o Rio Negro. A expedição das demarcações dos Reais Domínios de Sua Majestade”. Francisco Xavier de Mendonça Furtado – MCM, v.2, pp. 256-288; “Diario abreviado da viagem que foi o Thenente Coronel Vallerio Correa Botelho de Andrade da cidade do Pará p. a Capnia. de S. Jozé do Rio Negro por ordem do Illmo. e Exmo. Snór. Manoel Bernardo de Mello de Castro, Gov. e Capam. Genal. do Estado” – Correspondência de Diversos com o Governo [1759-1762] – APEP, códice 99, doc. 130; NORONHA, José Monteiro de. Op. Cit., [1768] 1862, p. 60.

as áreas interioranas do vale amazônico. Por isso, os mapas produzidos na época das expedições coloniais orientaram a investigação do terreno ainda considerado desconhecido pelas autoridades portuguesas, como também auxiliaram as expedições científicas e os trabalhos das comissões de demarcação de limites realizados durante a segunda metade do século XVIII.²²⁹ No entanto, as fontes manuscritas e impressas que usamos para este tópico contém informações acerca do percurso mais conhecido por onde as canoas transitavam e que está representado no mapa com ênfase, especificamente, para o trajeto entre Belém e Barcelos.

Isso não quer dizer que havia naquele momento um único roteiro de viagem a ser seguido por todas as embarcações que transportavam mercadorias. Sem dúvida, existiam diversos outros atalhos que, na época, eram úteis para chegar em um dos destinos. Porém, as trilhas aquáticas alternativas – em particular as indígenas – escaparam dos olhos do principal autor do mapa, João André Schwebel.²³⁰

O procedimento para a elaboração da sua carta hidrográfica parece ter sido o seguinte: instruído por Mendonça Furtado, Schwebel buscou coletar informações de todos os rios e localidades por onde passou. Em seguida, reuniu parte do seu material no grande mapa citado com a ajuda dos indígenas – considerados cartógrafos por muitos viajantes desde os primeiros anos da colonização do litoral banhado pelo Atlântico²³¹ e que acompanharam a expedição do início ao fim – e dos engenheiros Sebastião José, Felipe Sturm, Leopoldo Breuning e do astrônomo Ignaz Szentmartonyi.²³²

A intenção de Schwebel com a elaboração do mapa mencionado, após fazer contato visual com a extensa paisagem amazônica, era produzir a imagem exata da região, registrando em detalhes matemáticos (com as latitudes e longitudes) os traços das entradas e comunicações entre os rios Amazonas, Solimões e a extensa parte do rio Negro, cobrindo-o até a Cachoeira Grande.

Entretanto, no contexto deste capítulo, o mapa produzido por Schwebel é uma fonte valiosa para visualizar o principal trajeto das embarcações de transporte. Dito isso, prosseguimos com as experiências cotidianas nos relatos da viagem de Mendonça Furtado para o rio Negro que, em algum grau, também foram vivenciadas pelos remeiros e pilotos indígenas ao transportarem mercadorias para Barcelos nos anos subsequentes.

²²⁹ PATACA, Ermelinda Moutinho. Op. Cit., 2023, p. 379.

²³⁰ Capitão, cartógrafo, desenhista e engenheiro de nacionalidade alemã (natural de Nuremberg) que viajou na expedição de Mendonça Furtado entre os técnicos estrangeiros para trabalhar nas demarcações no rio Negro. Cf. REIS, Arthur César. Op. Cit., 1993, pp. 69-70.

²³¹ BELIK, Daniel. Op. Cit., 2019, p. 134.

²³² OBERACKER, Carlos. Op. Cit., 1972, pp. 96-97.

Fazendo um paralelo com a visualização do mapa de Schwebel, no diário de Mendonça Furtado relata-se que houve ao longo do trajeto: almoço, janta e descanso nas aldeias; abastecimento da comitiva nas paradas com mantimentos ou mão de obra indígena para a função do remo; frequência nas missas dos aldeamentos (Pedreira, Aracari e Cumaru), à época administrados pelos padres carmelitas portugueses; e o recebimento – no momento em que o Governador desembarcou nas aldeias de Arucará (vila de Portel), Arapijó (a montante de Gurupá), Maturu (situada na foz do rio Xingu), Jaú (lugar de Airão), Pedreira (vila de Moura) e Cumaru (lugar de Poiães) – de parte da produção do trabalho feminino indígena (bananas ou pacovas) como presentes e, em troca, os indígenas receberam “prendas” como facas, fitas, panos de algodão e sal. Este ritual da troca de presentes era denominado nos séculos XVII e XVIII de “putava”.²³³

O diário de Mendonça Furtado também revela as possíveis surpresas desagradáveis encontradas nos caminhos fluviais para o rio Negro, apontamentos que são corroborados por relatos de oficiais e autoridades coloniais nos anos seguintes à viagem do Governador. Os empecilhos que poderiam atrasar o abastecimento regular de mercadorias eram muitos, como: cachoeiras, “dilatadas” e “injuriosas” correntezas, chuvas torrenciais, intensas ventanias, seca dos rios e epidemias.²³⁴

Vários trechos da entrada do rio Negro, por exemplo, são preenchidos por cachoeiras no espaço de 75 léguas (362 km) que obrigavam, em diversos momentos, o descarregamento das canoas e o transporte por terra das mercadorias, com os indígenas serpenteando as margens até a próxima parte navegável do rio.²³⁵ Outros perigos dos rios, inclusive do rio Negro, eram os bancos de areia e troncos de árvores soltos pelas águas, obstáculos capazes de danificar o

²³³ André Augusto da Fonseca explica que as trocas praticadas pelos indígenas do rio Negro em ocasiões de visitas de grandes chefes brancos, além da carga simbólica, ritual e política, tinham em sua base a importância dada ao caráter material, pois era a forma de obterem “manufaturados europeus em uma economia pouco monetarizada” e de estabelecer relações com parceiros considerados estratégicos na diversificação de alianças. Nesse sentido, Fonseca ainda esclarece, nas palavras de Vaz Filho, que “Putaua” é um termo oriundo do Nheengatu bastante antigo no baixo rio Tapajós e foi cunhado pelo padre João Felipe Bettendorff como “putabas”, no plural, para comunicar que é “o costume de uma pessoa e/ou família doar um pouco de alimento (carne de caça, pescado ou frutos) a outra família que lhe retribui, imediata ou posteriormente, com outra porção de alimentos”. Fonseca continua, na descrição de Vaz Filho, que “Putaua, literalmente, é aquilo que se dá, um presente, que carrega consigo a obrigação da retribuição. No fim, é uma rede de troca de presentes que muito contribui para a distribuição geral de alimentos na comunidade, evitando o acúmulo em algumas casas e a escassez em outras”. Cf. FONSECA, André Augusto da. Op. Cit., 2016, pp. 232-234.

²³⁴ “Diário da viagem que o Ilmo e Exmo Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão, fez para o Rio Negro. A expedição das demarcações dos Reais Domínios de Sua Majestade”. Francisco Xavier de Mendonça Furtado – MCM, v.2, pp. 263, 267, 268, 271, 276, 277, 280, 281, 282, 285; Questões de limites [1751-1762] – APEP, código 63, doc. 11; Correspondência de diversos com o governo [1757-1762] – APEP, código 93, doc. 3; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 152, doc. 16.

²³⁵ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. Op. Cit., 1852, p. 210.

casco das embarcações e causar grandes prejuízos com a perda de mercadorias em decorrência de naufrágios.²³⁶

A fome também era onipresente nas viagens. Entretanto, as fontes de informação coevas demonstram que esse problema, em alguns casos, acabou sendo contornado com a distribuição dos alimentos do estoque das embarcações, que atenderam as necessidades da equipe de bordo, garantindo a saúde, a atenção e a disposição dos indígenas remeiros e pilotos na complicada missão de abastecimento.²³⁷

O mais grave dos contratempos, sem exagero, era a morte dos indígenas integrantes da tripulação pelas epidemias que “contraem [...], e por muitas outras causas que lhes podem acontecer em tão longas viagens”.²³⁸ No ano de 1762, o governador interino do rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrade, relata em seu diário de viagem os desafios e as perdas oriundas do deslocamento feito de Belém até Barcelos. Segundo Botelho de Andrade, esse complexo percurso provocou a morte de muitos indígenas remeiros da sua comitiva em razão da “bexiga” (varíola)²³⁹, que se alastrou entre eles ao longo do caminho. O governador complementa que muitos dos indígenas doentes continuaram resistindo e precisaram ser deixados na fortaleza de Gurupá ou nas vilas que visitaram para o devido tratamento.²⁴⁰

Para além dos desafios e perdas sofridas durante a navegação pelos rios amazônicos, uma questão que vale a pena ser mencionada na descrição destas viagens é a possível relação das paradas feitas pelas embarcações com os mitos indígenas sobre a origem da humanidade, ou seja, estamos falando do entrelaçamento da paisagem do rio Negro com a ancestralidade indígena. Sabe-se que as vilas e lugares indicados no mapa de Schwebel foram gestadas em um mundo cuja população já era predominantemente indígena. Logo, esses locais poderiam representar pontos por onde os ancestrais dos tripulantes nativos que integraram as expedições

²³⁶ FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. Cit., 2016, p. 116.

²³⁷ Bandos e Portarias [1755-1761] – APEP, código 85, doc. 111; Idem – APEP, código 85, doc. 163; Idem – APEP, código 85, doc. 320; Idem – APEP, código 85, doc. 337; Idem – APEP, código 85, doc. 673; Registro de Bandos, Portarias e Decisões [1761 – 1766] – APEP, código 110, doc. 316.

²³⁸ DANIEL, João. Op. Cit., 2004, v.2, p. 218.

²³⁹ A varíola foi uma epidemia recorrente no rio Negro entre os anos de 1749 e 1763. A doença se propagava por meio de tecidos e roupas de algodão. Cf. CABALZAR, Aloísio; RICARDO, Carlos Alberto (orgs.). Op. Cit., 1998, p. 77; BUCHILLET, Dominique. **Contas de vidro, enfeites de branco e “potes de malária”: Epidemiologia e representações de doenças infecciosas entre os Desana do alto Rio Negro**. In: Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico / organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 118.

²⁴⁰ “Diário abreviado da viagem que foi o Thenente Coronel Vallerio Correa Botelho de Andrade da cidade do Pará p. a Capnia. de S. Jozé do Rio Negro por ordem do Illmo. e Exmo. Snór. Manoel Bernardo de Mello de Castro, Gov. e Capam. Genal. do Estado” – Correspondência de Diversos com o Governo [1759-1762] – APEP, código 99, doc. 130.

de abastecimento até Barcelos, fossem eles jacumaúbas ou remeiros, passaram ou se fixaram no início dos tempos.

No ponto de vista dos povos do rio Uaupés, segundo Geraldo Andrello, as narrativas de origem apontam que o extenso curso do rio Negro e seus afluentes, assim como todos os rios da bacia amazônica, nasceram em razão do movimento de subida da anaconda ancestral que seguiu caminho no sentido Leste-Oeste, desde a foz do Amazonas até encontrar o centro do universo.²⁴¹

Além da criação dos rios amazônicos, Pedro Lolli, ao enfatizar a relação entre a paisagem e as trajetórias dos ancestrais indígenas em seu texto, demonstra que a viagem da cobra-canoa, na versão yuhup, tem:

[...] como marco inicial o lago de leite (*pun dëh hóy*), cuja localização é situada em Belém. Desse local a viagem segue rio acima através da canoa da transformação (*yabah hóh*), na qual todos os povos estavam embarcados. Essas pessoas eram chamadas de *aya'* e falavam uma mesma língua. É somente quando a canoa de transformação chega a Ipanoré [no rio Uaupés] que as línguas começam a se diferenciar (Baré, Yeba Masa - *wósoh*, Tukano - *wóh*, brancos). *Ká'teh* foi o último a sair da canoa e o primeiro a falar yuhup.²⁴²

Paoni Tenório e Aloísio Cabalzar afirmam que para os Tuyuka do alto rio Tiquié é essencial a realização de viagens por seus locais de origem situados ao longo do rio Negro e Uaupés. Para esse grupo, a viagem pelas paisagens do rio Negro, dotadas “de sinais dos tempos da formação do mundo e de seus habitantes”, reforça os meios de transmissão de seus conhecimentos nas comunidades. Nas localidades revisitadas pelos Tuyuka, há inúmeras marcas da “Gente da Transformação – os precursores da humanidade”. Seus vestígios estão marcados nas “pedras no leito do rio ou em terra, corredeiras, serras ou montanhas rochosas isoladas”.²⁴³

²⁴¹ ANDRELLO, Geraldo. et al. **Mapeando lugares sagrados: patrimônio imaterial, cartografia e narrativas em Iauaretê**. In: Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012, p. 31.

²⁴² LOLLI, Pedro. **Nos caminhos dos Yuhupedh: travessias e conhecimento no igarapé castanha**. In: Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012, pp. 212, 215-216. Grifo do autor.

²⁴³ TENÓRIO, Poani Higino Pimentel; CABALZAR, Aloísio. **No caminho da cobra de pedra: narrativa de transformação e lugares importantes para os Tuyuka do alto Tiquié**. In: Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012, p. 42.

No caso dos rastros da ancestralidade indígena espalhados pela região, podemos, através do estudo de Raoni Valle, direcionar uma breve atenção às imagens pintadas na superfície das rochas, que são registros arqueológicos conhecidos como “arte rupestre”.²⁴⁴ Para Valle, a presença das gravuras tornam as rochas “vivas e comunicativas”, pois expressam diversos idiomas que codificam inúmeras mensagens e produzem “significados entre os inframundos rochosos e subaquáticos (*Umwelten*), e entre esses e as pessoas humanas e não-humanas da superfície e de outros níveis cosmológicos”. O rio Jaú, tributário do rio Negro em seu baixo curso e um dos locais de parada das embarcações de transporte apontados no mapa de Schwebel, é conhecido por abrigar sítios pré-coloniais com gravuras rupestres.²⁴⁵

Com base no diálogo entre a descrição da trajetória das canoas de transporte e a bibliografia especializada sobre as relações da paisagem com a ancestralidade indígena do rio Negro, lançamos uma hipótese que pode iluminar, nas entrelinhas da carta geográfica de Schwebel, a seguinte questão: as paradas das embarcações nas povoações demarcadas também podem exprimir o contato direto dos tripulantes jacumaúbas e remeiros com as paisagens que carregam a história de seus ancestrais. Certamente, na cartografia mental desses indígenas, construída com o conhecimento absorvido e transmitido oralmente ao longo de gerações, as localidades destacadas no desenho cartográfico de Schwebel talvez tenham sido o berço de origem de seus grupos étnicos. Portanto, se tal hipótese for confirmada, os locais referidos na fonte cartográfica, como Jaú, são – para os jacumaúbas e remeiros daquele período – considerados territórios sagrados por possuírem as marcas da passagem dos ancestrais, cujas pegadas espalhadas pela paisagem do rio Negro eram perceptíveis apenas a esses indígenas das embarcações. Este é um problema amplo e complexo que ultrapassa os limites desta dissertação e demanda profunda investigação em futuros trabalhos.

Em relação às mercadorias produzidas, embaladas, compradas e transportadas a partir de Belém²⁴⁶, não nos atentamos à quantidade exata ou ao peso de cada uma para não nos

²⁴⁴ A arte rupestre é definida como símbolos e imagens pintadas ou gravadas em superfícies rochosas por *Homo Sapiens*. As pinturas ou gravuras rupestres são geralmente encontradas em pedras fixas localizadas em “abrigos, grutas, cavernas, a céu aberto, em desertos, florestas, montanhas, beira de rios, cachoeiras e ‘igarapés’, isto é, nos mais diversos ambientes espalhados pelo mundo inteiro”. Cf. VALLE, Raoni. **Arqueologia rupestre no baixo rio Negro: diálogo com as perspectivas indígenas do alto Negro – Amazônia Ocidental Brasileira**. In: Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012, p. 102.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, pp. 103, 107. Grifo do autor.

²⁴⁶ Segundo Ermelinda Pataca, as manufaturas e oficinas no Estado do Grão-Pará eram conhecidas pela produção de inúmeras mercadorias. A autora não esclarece, mas provavelmente grande parte dessas instalações de “práticas produtivas” se localizavam na cidade de Belém. Esses espaços ainda funcionavam como entroncamentos comerciais com a venda dos produtos lá produzidos e de ensino aos aprendizes. Cf. PATACA, Ermelinda Moutinho. Op. Cit., 2023, p. 422.

alongarmos na descrição. Porém, destacamos os produtos que chegaram em Barcelos, segundo a sua categoria e utilidade.

As canoas possibilitaram a entrega de gêneros alimentícios essenciais à dieta populacional. Estes gêneros se dividiam em farinha, carne de vaca, arroz, feijão, peixe e muita aguardente; enquanto os demais suprimentos como vinho, sal, açúcar, manteiga, café, castanha, alho, vinagre, biscoito, cebola, presunto, queijo, alcatrão, azeite, pimenta moída, ameixa, azeitona e bacalhau, foram introduzidos nas canoas em quantidade pouco menos expressiva, mas ainda cumpriam o seu devido papel nas vitualhas fornecidas.

As ferramentas providas para as frentes de trabalho circulavam sobre as águas em caixotes de madeira. Dentre elas, contavam-se: serrotes de duas mãos, machados, serras, martelos, pregos, pás de madeira e de ferro, foices, rodas de ralar madeira, serrote de mão, enxadas, ferros de cova, cabos para puxar as canoas em correntezas, arpões (usados para a pesca de peixe boi, tambaqui e tartarugas), variados modelos de anzóis, linhas de pesca e bicos de flechas. Na cadência do desenvolvimento espacial de Barcelos, houve o manuseio desses instrumentos pelos indígenas, sobretudo na ampliação da rede urbana que resultou também no desmatamento florestal e na limpeza das áreas para a abertura de ruas, além do cultivo das roças, da construção de embarcações e da pesca.

As canoas de transporte garantiram o reforço do suporte bélico introduzido em Barcelos, responsável pelo aperfeiçoamento da guarnição militar que a protegia, abastecimento dos assentamentos coloniais nas fronteiras e municiação das fortificações instaladas às margens do alto rio Negro, como São Gabriel da Cachoeira.²⁴⁷ Entre os insumos fornecidos, estavam: pólvora, aço, chumbo, balas “miúdas”, peças e balas de artilharia, soquetes, “chifarótes” (espadas curtas), baionetas e espingardas compridas, essas últimas capazes de acoplar uma ou duas baionetas.

Os objetos de uso individual e coletivo no cotidiano da vila de Barcelos ocuparam boa parte das listas de mercadorias. Os equipamentos úteis aos hábitos rotineiros são listados pela quantidade de: chapéus, fivelas, pares de sapato, espelhos de mão, navalhas de barbear, tesouras, rolos de algodão, pano para remendar calção, penas de escrever, sabão, velas de sebo, grandes e pequenos travadores de grade, berimbaus, tabaco, agulhas, cera branca, carvão, pederneiras, facas flamengas, caldeira, bacias, cafeteira, frigideira e “torteiras”.²⁴⁸

²⁴⁷ Correspondência de diversos com o governo [1759-1762] – APEP, código 99, doc. 158.

²⁴⁸ As listas de todas as mercadorias citadas estão em: Questões de limites [1751-1762] – APEP, código 63, documento 95; Bandos e Portarias [1755-1761] – APEP, código 85, documentos 33, 137, 138, 143, 144, 145, 158, 162, 197, 199, 223, 292, 340, 382, 386, 400, 439, 440, 468, 532, 536, 537, 573, 598, 599, 623, 624, 679, 702, 713, 724, 747, 752, 755, 759, 775, 822, 939, 976; Registros de Bandos, Portarias e Decisões [1761 – 1766] – APEP,

Após meses de exaustivas e desafiadoras viagens, podemos imaginar que a chegada das embarcações e o desembarque das mercadorias antes citadas ocasionaram agitadas movimentações na cambaleante ponte de madeira, que ligava a margem do rio à escadaria que levava direto aos portões abertos do Armazém Real de Barcelos. Na sequência da chegada, as caixas grandes e pequenas, os barris, os paneiros, as vasilhas e as latas atravessavam a ponte, carregados pelos remeiros e com a ajuda dos indígenas habitantes da aldeinha, para serem armazenados.

O fornecimento de mercadorias através do sistema logístico fluvial, com ênfase na rota entre Belém e Barcelos, permite-nos compreender que a excursão dessa logística – associada à colaboração dos indígenas na condução das embarcações pela complexa e desafiadora geografia dos rios amazônicos – tornou possível as negociações com os Principais indígenas. A seguir, vamos analisar o modo como a negociação de mercadorias ocupou, ao lado das concessões de honorárias, o eixo da formação de alianças com essas lideranças nativas.

3.3. “Fação interessantes as nossas Povoações”: os Principais indígenas e as negociações de mercadorias.

A frase que abre este tópico é oriunda de um manuscrito datado de 18 de agosto de 1763, cujo autor não foi identificado. O documento, escrito no Pará, sinaliza a importância para os portugueses de atrair os indígenas e seus Principais, como o chefe Guaané, com tabacos²⁴⁹ e diálogos amistosos para dissipar a desconfiança em relação à presença lusa na região e assim “conternos [contê-los] nos nossos Dominios”. Diante da “boa amizade” com a Coroa espanhola, o documento reforça os objetivos a serem cumpridos pelos lusitanos: estabelecer mais “vassalos” indígenas pelas margens dos principais rios e tornar as povoações interessantes para

código 110, documentos 118, 119, 121, 122, 207; Correspondência de diversos com o governo [1763] – APEP, código 128, documentos 106, 107; Correspondência de diversos com o governo [1763-1764] – APEP, código 133, documentos 31, 32, 122; Correspondência de diversos com o governo [1764] – APEP, código 145, documento 1; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 155, documentos 9, 13, 14; Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 156, documentos 2, 271.

²⁴⁹ Semelhante ao uso do tabaco para a aproximação com os indígenas do rio Negro, Gustavo Lopes mostra que o tabaco já era um produto bastante consumido entre os povos indígenas da América do Norte bem antes do primeiro contato com os europeus. O consumo do tabaco tinha finalidade espiritual, social e política, sendo comumente utilizado em reuniões entre as lideranças indígenas ou usado para presentear aliados. Conforme Lopes, entre os séculos XVII e XVIII, o tabaco produzido no litoral brasileiro (chamado de tabaco negro) tornou-se para os ingleses e franceses espalhados pela costa leste do continente norte americano – ao lado de outros bens de consumo coloniais – um cobiçado produto de troca comercial e de boas relações com os diversos grupos e autoridades indígenas locais. Cf. LOPES, Gustavo Acioli. **Infiltrando Impérios: o tabaco e o mercado atlântico global (séculos XVI-XVIII)**. In: História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX) / organização Leonardo Marques, Alexander Gebara. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2023, pp. 98, 100.

eles²⁵⁰, sobretudo, com base nas negociações que veremos a seguir, com a ajuda das mercadorias.

A missão de converter os povoados coloniais no rio Negro em “lugares interessantes”, do ponto de vista material, político e social, tinha o propósito fundamental de tornar os Principais indígenas em verdadeiros aliados dos portugueses. À vista de que a vila de Barcelos, com o passar da década de 50 e 60 dos setecentos, transformou-se no principal trecho de exploração do rio Negro e em um autêntico espaço de negociação, a formação da aliança com os Principais e os benefícios resultantes dessa proximidade para os portugueses – dentre as quais o descimento, atração e controle da mão de obra indígena – também deveria ser fruto das negociações que envolveram diversas mercadorias e vitualhas.

Os Principais indígenas, por outro lado, não perderam de vista a “interessante” transformação de Barcelos numa zona de negociação. Alguns Principais que aparecerão ao longo da análise, de fato, firmaram laços com os portugueses após negociarem mercadorias e colaboraram nos descimentos; enquanto que outros, durante as negociações, chegaram a dar aos lusos a falsa esperança de que também estavam dispostos a construir uma reforçada rede de alianças com eles. Porém, entre uma negociação e outra, no final das contas, a pretensão primordial de tais Principais envolvidos nessas negociações era a aquisição das mercadorias que fortaleceriam suas autoridades como lideranças políticas entre seus aliados no mundo indígena situado no rio Negro.

Cabe apontar ainda que a proximidade entre Principais e portugueses em Barcelos através da negociação de mercadorias, entre 1755 e 1765, pode ter ajudado a dar consistência à chamada “economia da dívida” que se estruturava no Noroeste amazônico, questão central do estudo de Márcio Meira. O autor, ao analisar a gênese e a estruturação do sistema de aviamento na Amazônia ao longo dos séculos XVII e XVIII, destaca que a economia da dívida se formou a partir das relações entre patrões (comerciantes) e fregueses (produtores/trabalhadores pobres), criadas com o fornecimento a crédito de mercadorias. Na definição trabalhada por Meira, a economia da dívida ganhou forma por meio da ação dos patrões em realizar o financiamento ou o empréstimo de gêneros alimentícios e ferramentas aos seus “fregueses”, inseridos, por exemplo, nos trabalhos de extração das “drogas do sertão”, levando-os a contraírem extensas dívidas que deveriam ser quitadas com os produtos extraídos.

Meira defende que a economia da dívida no Noroeste amazônico, entre 1640 e 1755, teve sua base constituída no escambo e no tráfico de escravos indígenas. Ainda segundo Meira,

²⁵⁰ Manuscritos [1762-1764] – APEP, códice 121, doc. 203.

esse sistema, que sobreviveu ao longo dos séculos se adaptando a realidade de cada região, conseqüentemente criou uma forte elite econômica de comerciantes privados situados em Belém e São Luís, bem como de “prestigiados comerciantes intermediários indígenas nos sertões”. A economia da dívida na Amazônia, para o autor, revelou tanto os interesses comerciais dos europeus que buscavam escravos e “drogas do sertão”, quanto dos indígenas que cobiçavam as mercadorias europeias. Por isso, esses objetos passaram a ser adiantados aos Principais indígenas pelos portugueses ou holandeses que logravam trocá-los por cativos de guerra e gêneros florestais.²⁵¹

O interesse português nos descimentos e o desejo dos Principais em reforçar suas autoridades através da obtenção da variedade de mercadorias disponíveis indicam que a economia da dívida estudada por Meira também poderia estar presente em Barcelos no período analisado, se estruturando e se adaptando a partir das alianças que seriam estabelecidas com as negociações de mercadorias financiadas pelo Estado colonial e, provavelmente, por comerciantes privados. Retomaremos essa questão mais adiante.

Vamos analisar a partir de agora alguns encontros e diálogos que envolveram a barganha de mercadorias com as lideranças nativas na vila. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ansioso para levar à frente a missão de demarcação das fronteiras do Noroeste amazônico e interromper as atividades ilegais escravistas que persistiam desde a primeira metade do século XVIII²⁵², não foi certamente a primeira autoridade em Barcelos a contatar os chefes indígenas influentes do rio Negro, mas foi o único na região que tentou negociar e formar alianças com vários deles ao mesmo tempo.

Tendo em mãos informações preliminares a respeito de algumas lideranças nativas e dos encontros anteriormente realizados com eles, Mendonça Furtado convocou uma reunião em 18 de setembro de 1755 com as lideranças de maior ascendência entre os indígenas. Para o encontro na aldeia de Mariuá (depois renomeada Barcelos) estavam dentre os convocados os Principais Manacaçari, Cucuí, Emmu, Biturá, Cuary, Braga e Capiurý. Nesta ocasião, Biturá, Cuary, Braga (filho de Emmu)²⁵³ e Capiurý receberam um sortimento de mercancias como: 24 varas de pano para 8 camisas, 12 varas de linhas para 8 calções, 16 pentes de martim, 400 anzóis brancos sorteados, 4 espelhos, 4 navalhas, 8 tesouras, 100 agulhas, 63 facas, 19 frascos de aguardente, 200 berimbaus e 2 paneiros de sal.²⁵⁴

²⁵¹ MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, pp. 98, 100, 103, 106, 107, 108.

²⁵² WRIGHT, Robin. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro**. Campinas: Mercado de Letras: ISA, 2005, p. 53.

²⁵³ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [16/11/1755] – MCM, v. 2, p. 542.

²⁵⁴ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 56.

A entrega das mercadorias representou o passo inicial das negociações entre os dirigentes indígenas e Mendonça Furtado. O governador almejava fazer deles novos aliados nos descimentos que trariam proveito para criar, ampliar e manter os núcleos coloniais lusitanos espalhados pela Capitania do Rio Negro.²⁵⁵ Enquanto que os indígenas, ao se deslocarem até Mariuá, tinham a intenção de avaliar os pontos favoráveis de uma aliança com os portugueses representados por uma grande autoridade colonial e de ter em mãos aquela considerável quantidade de mercadorias.

Porém, apesar do esforço para reuni-los no mesmo dia e do adiantamento em artigos manufaturados com o fito de negociar numa posição vantajosa, o encontro do Governador com os Principais não prosperou com o resultado esperado, pelo fato de que quase todos os líderes indígenas rejeitaram a proposta feita na reunião. É pertinente supor que, naquela negociação, o que mais pode ter chamado a atenção dos Principais foi o pacote de mercadorias organizado e dividido entre alguns deles.

As lideranças nativas sabiam o quanto aqueles objetos serviriam aos seus propósitos comerciais, realizados através das trocas com outros grupos indígenas ou europeus que circulavam pelos rios amazônicos, e políticos, em razão do fortalecimento que aqueles utensílios negociados poderiam dar às suas posições de autoridade entre os seus “subordinados” indígenas. Percebemos essa agência indígena ao averiguarmos como alguns dos Principais agiram nos dias e meses subsequentes à reunião, o que nos ajuda também a entender o porquê a “boa ação” de Mendonça Furtado não foi capaz de convencê-los a se aliarem e apoiarem os objetivos coloniais dos descimentos. Para isso, daremos foco aos Principais Cucuí, Emmu e Manaçari em virtude de suas condutas serem mais detalhadas que as dos demais que participaram das negociações do dia 18 de setembro nas fontes manuscritas, impressas e bibliográficas.

Pouco tempo depois de saírem de Mariuá com as mercadorias em mãos, os Principais Cucuí e Emmu demonstraram possuir os próprios meios e estratégias para obterem produtos europeus sem precisarem conceder algum serviço aos portugueses ou angariar prestígio entre eles. Quase dois meses após o término da infrutífera reunião com o Capitão-General, os dois Principais – após recusarem o convite de viver uma “vida cristã” e “pacífica” em Mariuá²⁵⁶ – entraram novamente no “radar” de Mendonça Furtado. Em carta de 16 de novembro de 1755,

²⁵⁵ SAMPAIO, Patrícia Melo. “**Aleivosos e rebeldes**”: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011, p. 1; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. Cit., 2010, p. 116.

²⁵⁶ WRIGHT, Robin. Op. Cit., 2005, p. 53.

o Governador relata ao seu meio-irmão, Sebastião José de Carvalho de Melo, o perigo representado pelos Principais mencionados que, a propósito, eram irmãos. Cucuí, “chefe dos Marabitanas”²⁵⁷, morava em uma “aldeia a dias acima da cachoeira” e Emmu, “dos Maribibitenas (Baré)”²⁵⁸, vivia nas margens do Ubatiba, rio “que deságua no Caciquiari junto ao Orinoco”. Ambos, segundo o Governador, “esbanjavam” um grande poder nos sertões, “tiranizando com guerras injustas” outros indígenas, cujo objetivo era escravizá-los e vendê-los aos espanhóis no rio Orinoco em troca de pólvora, balas e armas. A experiência de Emmu como provedor de escravos indígenas em operações comerciais, por exemplo, remonta à década de 1740.²⁵⁹

Mendonça Furtado alertava ao Ministro de Dom José I que, por conta das conhecidas atividades comerciais de Cucuí e Emmu no alto rio Negro e Orinoco, outros “poderosos do mato” se aliavam a eles, e eram influenciados a venderem os indígenas capturados aos padres da Companhia de Jesus, caso ficassem “sem os gêneros que lhes costumavam introduzir” nos contrabandos com os castelhanos. Além do mais, o Governador chama a atenção de que aqueles “padres não comprem os índios para ficarem escravos, senão para engrossarem as suas povoações”.²⁶⁰ As palavras de Mendonça Furtado endossam uma ação política pombalina que buscava combater duas frentes: a atuação independente dos indígenas, que contrariava os objetivos coloniais lusitanos, e a presença dos missionários jesuítas na Amazônia.

A menção aos “poderosos do mato” podia indicar que Mendonça Furtado estava se referindo ao fato de que Cucuí e Emmu integravam as “Confederações Multiétnicas” que misturavam diversos povos, conforme as tabelas destacadas no estudo de Silvia Vidal. Os Principais antes citados faziam parte de duas Confederações, como a *Demanao* (formada pelas etnias Baré, Manao, Werekena, Cubeo e Macu) junto a outras chefias; e operavam como “Chefes-Guerreiros” na Confederação *Marabitana* (composta pelas etnias Baré, Manao, Guinao, Catarapene, Yahure, Macu e Guariba).²⁶¹

O único chefe indígena rionegrino que se manteve aparentemente alinhado ao propósito colonial dos descimentos apresentado por Mendonça Furtado naquela reunião foi Manacaçari, por conta dos privilégios a ele prometidos, tais como: o reconhecimento do título de *Principal* pelos lusitanos, a concessão de terras, ferramentas, insumos agrícolas e isenção de dízimos.²⁶²

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 52.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*.

²⁶⁰ Francisco Xavier de Mendonça Furtado [16/11/1755] – MCM, v. 2, pp. 541-544.

²⁶¹ VIDAL, Silvia. Op. Cit., 1999, pp. 519-520.

²⁶² SAMPAIO, Patrícia Melo. Op. Cit., 2011, pp. 1, 4.

A preocupação de Mendonça Furtado em cooptar Manacaçari justifica-se pela comprovada e extensa rede de parentesco e de alianças dele com outros chefes indígenas, além de ter inúmeros “subordinados” que o reconheciam como líder. Manacaçari tinha como esposa Marinia e era pai de Mapecary, um Principal influente no rio Negro que, graças ao prestígio dele, tinha relações diretas com os Principais Damasceno, Tagemary, Canaruana e Macupy. Esses chefes também detinham cada um deles as suas próprias zonas de influência política.²⁶³ Sem falar que Manacaçari era um dos chefes da Confederação *Demanao*.²⁶⁴

As tentativas lusas de formar aliança com Manacaçari ocorreram desde o primeiro semestre de 1755. Desenvolver relações amistosas com esse indígena, habitante do rio Marié, significava para os portugueses ter contato com a sua forte rede de alianças e de parentesco, constituídas ao longo desse imenso rio que abriga “os gentios mepuris, barés, guapés, gipiuás e macus”.²⁶⁵

Para Manacaçari, no entanto, imaginamos que o seu interesse em negociar uma possível aliança com os portugueses era movido pela percepção que teve da capacidade do europeu em introduzir extensas e variadas mercadorias no território banhado pelo Marié e de como aqueles itens eram valorizados pelos indígenas. Manacaçari, sujeito que podia ser dotado de experiência no comércio interétnico, percebeu ainda que as mercadorias trazidas pelos portugueses eram eficazes na manutenção da autoridade política e do prestígio das chefias que representavam os grupos contatados, e não perdeu tempo em utilizar sua notável posição de poder entre os indígenas do rio Marié para negociar, de maneira cautelosa, a sua aliança pelos bens materiais do colonizador antes do encontro com Mendonça Furtado.

A abertura de Manacaçari a essa negociação fez com que, em 13 de abril de 1755, o Provedor da Fazenda Real mandasse dar as mercadorias pelo Tesoureiro da Expedição para o “sustento e munissão da Escolta q. leva o Cappam. Estevão José da Costa [...] aq. Vay descer o Principal Manacaçary e outros mais [...]”. Outra listagem de gêneros manufaturados assinada no mesmo dia pelo capitão Estevão José da Costa e rubricada pelo Secretário de Estado, Antonio Pinto da Silva, também era prevista para “dessar o Principal Manacassary q. habita o Rio Mariã [Marié] e outros que se puderem persuadir aq. se desáo para o premiu da Igreja”.

O capitão Estevão José da Costa que, de acordo com o mapa de João André Schwebel, era dono de um pequeno arraial construído às margens do rio Marié, negociou o descimento

²⁶³ “Relação da Gente do filho do Principal Manacassary Dessidos do Mato” – Correspondência de diversos com o governo [1759-1760] – APEP, código 96, doc. numeração não especificada; SAMPAIO, Patrícia Melo. Op. Cit., 2011, p. 15.

²⁶⁴ VIDAL, Silvia. Op. Cit., 1999, p. 519.

²⁶⁵ “Relação dos rios que deságuam no rio Negro [...]” [sem data] – MCM, v. 2, p. 353.

com Manacaçari e “outros” por meio das seguintes mercadorias: 33 paneiros de farinha, 3 paneiros de feijão, 1 paneiro de sal, 4 potes de manteiga, 2 frascos de pimenta do reino, 2 frascos de azeite, 2 frascos de vinagre, 1 arroba de arroz, 3 frascos de aguardente da terra, 12 garrafas de vinho, 2 rolos de pano, 3 dúzias de espelhos, 200 berimbaus, 24 machados, 12 foices, 42 ferros de canoas, 200 anzóis brancos, 50 pregos, 50 pederneiras, ½ pólvora, 3 arrobas de chumbo e 10 levas de bala.²⁶⁶

Esta listagem demonstra que o pacote de produtos essenciais à alimentação, ao trabalho na terra, ao transporte e à defesa militar objetivava atrair os demais indígenas através das negociações com Manacaçari. Pôr as mercadorias em circulação, ao lado da tentativa de cooptação da aliança de uma influente chefia nativa, era a estratégia dos lusos para aguçar no restante da população indígena, através da facilidade de acesso a elas, o interesse para se deslocarem em direção ao povoado lusitano de Barcelos, visto que a maioria dos produtos de troca citados não fazia parte da realidade material e cotidiana dos povoados tradicionais visados pelas autoridades portuguesas.

A ênfase dada nas fontes de informação ao nome do chefe Manacaçari, em detrimento de outras lideranças indígenas, revela a prioridade dada para a sua assimilação à sociedade colonial de Barcelos. A reunião com Mendonça Furtado é o ponto alto dessa prioridade. Todavia, o Principal do rio Marié mostrou que tinha outros planos e o acordo firmado com o Governador não era um deles.

Após arrecadar as mercadorias desejadas, em outubro de 1755, por motivo ainda não esclarecido, Manacaçari planejou e executou uma emboscada contra oficiais portugueses, que estavam desprevenidos durante uma expedição de descimento no rio Marié, uma ação que fomentou “a animosidade de Mendonça Furtado que lhe acenava com castigo rigoroso”.²⁶⁷ Esse episódio é narrado na crônica da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, através do testemunho de Antonio José Landi. A arapuca, informada à Landi por um indígena sobrevivente que “escondeu-se na densa folhagem de uma árvore”, redundou no assassinato do cabo João Moniz – morto com um tiro dado por Manacaçari – e do Principal Romão José de Oliveira Jananitari que, como vimos no capítulo anterior, era filho do respeitado Principal Manoel Vasconcelos Camandri.²⁶⁸

²⁶⁶ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 54; Idem – APEP, código 79, doc. 55.

²⁶⁷ SAMPAIO, Patrícia Melo. **Cidades desaparecidas na Amazônia Portuguesa. Poiares, século XVIII e XIX.** História Social, Campinas – SP, n° 10, 2003, p. 77.

²⁶⁸ Os detalhes da viagem ao rio Marié e do trágico desfecho oriundo da resistência de Manacaçari ao descimento encontram-se em: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Op. Cit., [1785] 1983, pp. 220-230. No entanto, é importante fazer um pequeno esclarecimento. Alexandre Rodrigues Ferreira registrou em sua Viagem Filosófica o dia 25 de outubro de 1755 como a data precisa do ocorrido. Porém, uma fonte manuscrita, citada na nota de rodapé 160 do

As fontes não esclarecem a razão da repentina aleivosia de Manacaçari, antes combinada para “descer” e fixa-se em Barcelos como um aliado que intermediaria os descimentos de indígenas. Talvez a promoção à patente de *Principal* e os outros privilégios, na sua avaliação, não fossem suficientes para tratar os portugueses como aliados e colaborar com eles, optando em seguir as próprias e desconhecidas intencionalidades. Certamente, a única coisa que tornou a aproximação com os portugueses digna da atenção de Manacaçari foram as mercadorias, pois a chefia atribuiu a elas aspectos que transcenderam a pura utilidade material, ou seja, tratou-as como fonte de fortalecimento de sua autoridade política, visto que provavelmente os indígenas que seguiam os passos de sua liderança estavam igualmente interessados naqueles utensílios negociados com ele.

Manacaçari participou ativamente das escaramuças contra as tropas de guerra lusitanas, que tentavam eliminar a presença de “mocambos de índios” no rio Negro. Em 31 de agosto de 1758, o Secretário de Estado, João Antonio Pinto da Silva, informa à Mendonça Furtado que o Principal fora morto nas vizinhanças do rio Anavexy, após o choque com a violenta investida das tropas de guerra que, sem parar, impingiam castigos aos “Índios levantados deste Rio [negro]”.²⁶⁹

Percebe-se que as trocas de mercadorias sustentaram invariavelmente a base das negociações com os Principais e ajudaram nas tentativas lusitanas de estabelecer com eles duradouras alianças. Os Principais, por outro lado, viram nessas negociações que pretendiam conquistar as suas alianças a oportunidade de obter os recursos externos coloniais para convertê-los em instrumentos de manutenção da autoridade política que detinham entre a própria rede de aliados indígenas. A interpretação e a argumentação que formulamos sobre a maneira como os Principais enxergavam as mercadorias negociadas na vila de Barcelos dialogam com o estudo de Catherine Howard.

No texto de Howard, é explorado o modo como os Waiwai, grupo caribe da Guiana Inglesa e do Brasil, manipularam as mercadorias ocidentais (terçados, facas, machados e miçangas) trazidas pelos missionários protestantes norte-americanos nos anos 50 do século XX com o intuito de controlar a situação de contato em que estavam inseridos. Howard aponta que para os Waiwai esses itens não lhes eram estranhos, pois “há muito vinham adquirindo indiretamente por meio das redes de trocas intertribais”. A autora complementa que a

capítulo 2, sugere que a fatídica emboscada pode ter sido deflagrada na primeira semana de outubro, pois a confirmação da morte do Principal Romão José de Oliveira Jananitari fez com que seu filho, Manoel Teles, assumisse o cargo de *Principal* outrora pertencente a ele no dia 10 do mesmo mês. É possível que Antonio Landi, sujeito que narrou essa história à Rodrigues Ferreira 30 anos depois do acontecido, possa ter confundido as datas.

²⁶⁹ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 267.

familiaridade dos Waiwai perante àqueles recursos permitiu-lhes incluir os brancos que os portavam no seu modelo tradicional de “prestações e contraprestações”.

Nos encontros com os brancos e seus objetos, segundo Howard, os Waiwai utilizaram a linguagem ritual das trocas como estratégia para domesticar os “selvagens e enigmáticos” estrangeiros. A autora argumenta que na perspectiva dos Waiwai era interessante ter em mãos o controle simbólico e material sobre aqueles forasteiros oriundos da periferia do seu universo social e reafirmar sua posição no centro desse universo. Além do mais, Howard aponta que os líderes e xamãs Waiwai exploraram o acesso privilegiado que tinham às mercadorias dos missionários de forma que a balança das relações políticas locais pendesse em favor do grupo.

Os chefes Waiwai colocaram-se na posição de intermediários entre os missionários e outros grupos nativos, “usando as mercadorias para convencer, uma após outra, as aldeias vizinhas a se instalar junto aos seus assentamentos em franca expansão no Essequibo”. Howard esclarece que nem todos os indígenas se juntaram à coalizão de aliados dos Waiwai (que envolveu os Mawayana, Xerew, Hixkaryana, Katuena, Tiriyo e antigos inimigos como os Karafawyana e Waimiri-Atroari), mas não deixaram de estabelecer com eles novos laços de troca e de casamento que fomentaram sua extensa rede de alianças na região.²⁷⁰

Similar à estratégia dos Waiwai no Essequibo, houveram ocasiões mais explícitas em que os Principais indígenas que intermediaram os contatos e as negociações em Barcelos beneficiaram as próprias redes de aliados com as mercadorias, o que contribuiu para reforçar a autoridade e o poder de influência que detinham como chefias regionais. Conforme a documentação da segunda metade do século XVIII concernente ao rio Negro, detectamos nas negociações que alguns dos membros das famílias dos Principais haviam recebido das autoridades coloniais um “adiantamento” em mercadorias, como garantia de que o interesse do grupo a ser “descido” também era priorizado na barganha.

A negociação de mercadorias com o Principal Uemayava teve como efeito o repasse de artigos úteis à fabricação de roupas aos seus familiares. Ao chegarem em Barcelos, a mulher de Uemayava recebeu “tres varas de panico [pano]”, a sua filha, Jariuaua, ganhou “varas de panico [e] húa vara de liagem”, o filho, Cayby, teve em suas mãos “vara e meya de panico [e] húa vara de liagem”. O cunhado do Principal, Cliuaba, obteve o mesmo que o filho. Em relação ao pai

²⁷⁰ HOWARD, Catherine V. **A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai**. In: *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico* / organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 25, 38.

de Uemayava, destinou-se “quatro facas, dois espelhos, húa camisa, e hú calção” para que o Principal levasse a ele por ainda “se acha[r] no mato”.²⁷¹

O objetivo da nossa citação do documento não é afirmar o quanto a família do chefe indígena poderia “se agradar” dos materiais redistribuídos e usados para produzir vestimentas, recursos comumente direcionados aos Principais para cobri-los com os tecidos da “civilização” e diferenciá-los dos “selvagens” espalhados na mata fechada.²⁷² Em nossa leitura, o Principal Uemayava, utilizando a si mesmo como fio condutor entre as negociações coloniais em Barcelos e os seus familiares, garantiu que as mercadorias chegassem até as pessoas mais importantes na sua vida doméstica e no apoio político, assegurando, desse modo, com mais efetividade o respeito e o lugar de poder que ocupava entre os conterrâneos.

Outro documento que embasa a argumentação está datado em 20 de novembro de 1756. No texto da fonte, o Principal Canauánuma, junto de sua mulher, filhos e alguns parentes, estavam preparados “pra se desserem esperando por seu Pai nesta Aldeya [de Mariuá] que cabe vir do Mato com a gente da sua nação”.²⁷³ Alguns anos depois, registrou-se que Canauánuma conduziu o descimento de 10 indígenas. Dentre eles, estavam: o pai, Cayby; o irmão, chamado Axoary; a cunhada, conhecida como Uaymunau; e a sua provável mãe, de nome Mami.²⁷⁴

Embora a fonte não esclareça, este descimento possivelmente esteve rodeado pelas mercadorias enquanto as negociações para deslocar a família de Canauánuma prosseguiram entre 1756 e 1760. O interesse do Principal na aliança com os portugueses dependia desse fluxo material durante os anos em que negociaram. Ademais, o registro indica mais uma vez a elasticidade dessas negociações e o aproveitamento dos laços de sangue, onde a redistribuição material feita pelo Principal dentro de suas relações particulares alargou não somente a circulação de mercadorias entre os parentes, mas também a sua autoridade como chefia. Além disso, para Uemayava e Canauánuma, a conquista da condição em repassar os pacotes de mercadorias aos familiares reforçou para eles o valor do pacto de amizade constituído com os portugueses em Barcelos.

A correspondência de Joaquim Tinoco Valente, datada em 12 de fevereiro de 1765, mostra um episódio em que a negociação de mercadoria abarcou também os aliados indígenas dos Principais, tão importantes quanto os familiares no reconhecimento de suas autoridades.

²⁷¹ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 131.

²⁷² Correspondência de diversos com o governo [1763] – APEP, código 128, doc. 18; Idem – APEP, código 128, doc. 21.

²⁷³ Livro de Provedoria da Fazenda [1754-1758] – APEP, código 79, doc. 72.

²⁷⁴ “Relação da gente q. veyo Descido da cachoeyra pelo Pril. Canauánuma” – Correspondência de diversos com o governo [1759-1760] – APEP, código 96, doc. 14.

Sem mencionar nomes, Valente informa ao governador Fernando da Costa de Ataíde Teive a solicitação que fez de linhos, bertanhas e de qualquer droga que pudesse servir ao gosto dos Principais e seus “filhos novos descidos” em Barcelos. Tinoco Valente conta que se sentiu obrigado a “vestir” alguns dos Principais com “Camelao” e, ainda por cima, expôs a recusa deles em receber os “Berins de flores” oferecidos.

Os Principais, em meio a essa negociação, exigiram que o tal “premio” fosse direcionado “para os seus Vassalos”. Espantando com as imposições, recusas e cobranças dos Principais indígenas, Tinoco Valente finaliza a mensagem ressaltando que “pode V.Exa. conhecer, o quanto o gentio he hoje diferente do q. hera algum dia”.²⁷⁵

Tinoco Valente, em outra correspondência, afirma que para concluir os descimentos é preciso considerar que, na visão dos indígenas, o mais importante nas relações é a dádiva, princípio que nas sociedades nativas está imbricado – conforme adverte Marcel Mauss – com as obrigações de dar, receber e retribuir.²⁷⁶ O choque da dádiva indígena com a lógica das relações ocidentais levou a autoridade a argumentar que, dessa maneira, “hê preciso facultar-lhes com a liberdade passivel, mas sempre a medida do seu interesse, e vontade, q. de outra sorte, se não dão por satisfeitos”.²⁷⁷

Ainda em relação à dádiva, os Principais em Barcelos também ofereciam às autoridades suas próprias “mercadorias” como sinal de respeito, de amizade, de comunhão e de interesse em reforçar as alianças e preservar sua notoriedade como liderança política entre os sujeitos de destaque no mundo colonial. Houve um caso registrado em 3 de dezembro de 1765 onde um Principal, após cometer um “atrevimento”, buscou presentear o governador Fernando da Costa de Ataíde Teive com um “cubari” (flecha pequena ervada) e uma “barreta” (insígnia militar) para receber, em troca, o “perdáo”.

Os presentes ou “mimo[s]” do Principal foram entregues ao Ouvidor Lourenço Pereira da Costa. O Ouvidor os descreveu apenas como “Armas, e insignias bellicas destes gentios”, que serviriam apenas para que o governador do Grão-Pará conhecesse suas “pompas”, bem como a maneira que empreendem as batalhas pelo rio Negro.²⁷⁸ Percebe-se que, na perspectiva do Ouvidor, as “mercadorias” do Principal não ofereciam qualquer valor além da ostentação de determinada posição e da utilidade nas escaramuças, enquanto que o sentido por trás desse gesto

²⁷⁵ Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 155, doc. 51.

²⁷⁶ MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. *Année Sociologique*, 2º série, v.1, [1923-24] 1925, p. 243.

²⁷⁷ Correspondência de diversos com o governo [1763-1764] – APEP, código 133, doc. 220.

²⁷⁸ Correspondência de diversos com o governo [1765] – APEP, código 156, doc. 275.

de reconciliação do indígena, feito por meio da concessão de objetos que para ele carregam um profundo valor na continuidade das relações com o outro, foi ignorado.

Não podemos deixar de apontar que a análise feita até aqui encontrou dificuldades em desvendar outras concepções formuladas pelos indígenas acerca das mercadorias negociadas em Barcelos para além daquelas extraídas da interpretação realizada com a leitura da documentação. Para os casos específicos analisados, as fontes manuscritas e impressas não nos fornecem informações que viabilizem a exploração de outras perspectivas e sentidos que os Principais indígenas certamente criaram para descrever os objetos incluídos nas negociações com os portugueses, seja no campo material, simbólico ou ritual.

Todavia, embora a análise se encontre limitada no trabalho das dimensões indígenas que tratam, por exemplo, do valor imaterial das mercadorias, ainda é possível destacar a forma como elas eram referidas e escritas nas línguas indígenas do rio Negro. Além do português, o Nheengatu, o Tukano, o Baniwa e o Maku são dialetos que podem ter feito parte da comunicação nas negociações em Barcelos; e cada mercadoria repassada aos Principais foi renomeada conforme a língua falada por eles nos grupos a que pertenciam ou nas relações comerciais em que se envolviam. Dentre a variedade de mercadorias presente nas transações com as chefias, destacamos a “agulha” em razão da proximidade morfológica, segundo os dicionários consultados, que a palavra possui entre as línguas indígenas e a língua fabricada pelo colonizador.

Na tabela das mercadorias, destacada na seção ANEXOS desta dissertação, a palavra em português “agulha” está descrita da seguinte forma nos dialetos mencionados: Auí ou Auy (Nheengatu/Língua Geral); Awí (Tukano); Áawi (Baniwa); e M’aj’-ut (Maku). Nota-se a contiguidade do termo entre o Nheengatu, o Tukano e o Baniwa, o que sugere também uma possível semelhança na pronúncia. Inclusive, em Tukano, “Awí” é uma palavra que tem origem no Nheengatu e, provavelmente, pode-se dizer o mesmo do Baniwa.²⁷⁹ Portanto, a forma como a palavra “agulha” era usada na língua colonial e nativa pode indicar o poder que a expressão tinha em formar relações comerciais. Os indígenas falantes de Tukano e de Baniwa incorporaram o vocábulo “agulha” traduzido em Nheengatu nas suas línguas maternas, gerando uma familiaridade linguística que os levou a tornarem-se os principais atores do comércio de agulha no rio Negro.

²⁷⁹ BARROS, Cândida; LESSA, Antônio Carlos. (Orgs). **Dicionário da língua geral no Brasil**. Belém: MPEG, 2015, p. 94; RAMIREZ, Henri. **A Fala Tukano dos YE’PÁ-MASA**. Tomo II, Dicionário. Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia, CEDEM, 2019, p. 10; _____. **Dicionário da Língua Baniwa**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001, p. 340; _____. **A língua dos Hupd’ah do alto Rio Negro: dicionário e guia de conversação**. Saúde Sem Limites: Cidadania, Saúde e Interculturalidade, 2006, p. 221.

Para os Principais que participaram das negociações, a vila de Barcelos representou o maior ponto de convergência das mercadorias no rio Negro na metade das primeiras duas décadas da segunda metade do século XVIII, onde eles puderam integrar esses interessantes bens materiais, considerados do bom e do melhor, às suas relações de poder no mundo indígena.²⁸⁰

Naquele espaço essencialmente desigual da vila, as negociações com os portugueses que almejavam firmar alianças significaram, para a chefia indígena, a passagem em direção à conquista das mercadorias que possibilitaram a ele a constituição de novas relações de amizade, de trocas, de negócios e, principalmente, de fortalecimento da autoridade política que detinha entre os indígenas que o reconheciam como liderança. Notamos também que o interesse do Principal na mesa de negociação não estava separado da coletividade que o cercava. Seus familiares e aliados indígenas, indiretamente, se envolveram nas negociações de mercadorias e exigiram aquilo que julgavam ser de considerável valor.

Por outro lado, o colonizador, sob o pretexto de formar alianças, tornou-se refém dessas negociações que tinham o propósito de controlar e manipular os chefes indígenas locais, bem como de atrair as suas redes de contato. Conquistar a aliança e a intermediação desses chefes nos descimentos de indígenas que seriam, posteriormente, inseridos como mão de obra na frente de trabalho constituída pelas reformas na rede urbana da vila demandou um grande investimento material na barganha entre os dois lados. O papel das mercadorias nesse sentido nos instiga também a pensar sobre o modo como os Principais, ao escolherem negociar as alianças com os portugueses, sabiam que o seu fornecedor era dependente daquilo que podiam garantir de mais valioso naquele contexto de exacerbada exploração em Barcelos.

²⁸⁰ Alguns grupos indígenas elaboraram as suas próprias perspectivas acerca dos descimentos para Barcelos e das mercadorias de maneira mais trágica baseadas na experiência que vivenciaram, como foi o caso dos Hohodene (fratria Baniwa). A segunda metade do século XVIII representou o período de maior intensificação da colonização no rio Negro, pois as doenças (sarampo e varíola) introduzidas pelos brancos acarretaram muitas mortes entre os Baniwa ao ponto de ser impossível fazer qualquer estimativa. Ao lado das enfermidades e da “deterioração geral das condições de vida” estava o abastecimento de mercadorias garantido pelos brancos, levando os Baniwa a abandonarem suas terras em direção às vilas coloniais no médio e baixo rio Negro, sendo Barcelos a principal delas. Nesse processo, os Hohodene detalham em sua história oral que o descimento para Barcelos foi o resultado de “um virtual extermínio étnico” promovido pelos brancos por meio da violência física e cultural, tendo profundas implicações na posterior reconstrução de sua sociedade e no modo como “passaram a ver a si mesmos como agentes de sua própria história em relação aos brancos”. Para os Hohodene, o descimento ao rio Negro “significou a destruição étnica e a transformação em brancos” e a experiência desse grupo em Barcelos “representou metaforicamente a sua morte como povo”. Assim, para os Hohodene, a vila de Barcelos, sede do poder dos brancos no rio Negro, simbolizou “um lugar de transformação equivalente às casas dos mortos”. Cf. WRIGHT, Robin. **lalanawinai. O branco na história e mito Baniwa**. In: Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico / organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 437-438, 447, 459, 460.

Portanto, a negociação de mercadoria precisava, a todo custo, ser renovada a cada nova conversação em andamento para manter vivo o interesse dos indígenas nas alianças e na intermediação dos descimentos que poderiam levar meses ou anos. Ao nosso ver, a falta deste fluxo representava o risco dos indígenas em optarem por recorrer a negociações com outros fornecedores de mercadorias interessados em suas alianças e na possibilidade de cooptá-los como agenciadores de mão de obra para o tráfico de escravos indígenas empreendido por particulares, como foi o caso – denunciado por Mendonça Furtado – da rede comercial dos Principais Cucuí e Emmu com os espanhóis no rio Orinoco.

Em razão disso, arriscamos dizer que o abastecimento de mercadorias, tendo em vista os atrasos que as embarcações de transporte poderiam sofrer, recebeu financiamento de moradores ou de comerciantes particulares. Conforme indica uma correspondência de 22 de julho de 1766, alguns moradores de Barcelos desejavam obter até dois indígenas, sob a autorização do governador geral da Capitania, para servi-los nos negócios das “drogas do sertão” como forma de evitar a “pobreza”.²⁸¹ Em paralelo a esse processo, qualquer morador poderia recorrer aos Principais para angariar mão de obra indígena, sem a ordem do governador ou sem o conhecimento do diretor, por conta de alguma dívida²⁸² relacionada às mercadorias negociadas com eles.²⁸³

Por essa razão que, retomando a ideia de economia da dívida, para Márcio Meira, o adiantamento das mercadorias europeias ou coloniais para as mãos dos chefes indígenas do rio Negro é percebido como uma via que não se constituía apenas na troca de drogas por “descimentos” para as povoações. Ou mesmo para tornar as aldeias em locais “civilizados” e conhecidos dos portugueses. Meira interpreta essa estratégia como uma adaptação do comércio de escravos do período anterior, sob a égide do Diretório, às novas necessidades da colonização e dos interesses do Estado, promovendo e fortalecendo ainda mais a economia da dívida no Noroeste amazônico.²⁸⁴

Conscientes da sua própria política, os indígenas incorporaram os brancos e as mercadorias em suas próprias lógicas de formação de alianças. Os “interessantes” produtos

²⁸¹ Correspondência de diversos com o governo [1766] – APEP, código 169, doc. 9.

²⁸² SOUZA JUNIOR, José Alves de. Op. Cit., 2012, p. 260.

²⁸³ Mauro Coelho destaca a importância das chefias indígenas para os moradores na vila de Barcelos baseado em dados fornecidos pelos recenseamentos feitos na década de 70 do século XVIII. De acordo com esses levantamentos, Coelho afirma que os moradores que mantiveram estreitos vínculos com os Principais garantiram controle sobre determinado número de indígenas. Especialmente em Barcelos, o autor ressalta os nomes (portugueses) dos Principais e a quantidade de indígenas controlados por eles: Manoel de Oliveira, 115; André de Vasconcelos, 71; Theodozio Jozé dos Santos, 105; Thomas Pinto Brandão, 67; e Luiz da Costa, 95. Cf. COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2016, p. 300.

²⁸⁴ MEIRA, Márcio. Op. Cit., 2018, pp. 267, 278-279.

trazidos de Belém e negociados em Barcelos tinham o papel de atrair para o universo colonial do rio Negro as alianças dos Principais indispensáveis nos processos de descimento, mas que tiveram essa função estabelecida pelos portugueses alterada assim que os indígenas se tornaram os novos proprietários das mercancias negociadas. Em mãos indígenas, os objetos barganhados passaram a ser considerados eficientes instrumentos de manutenção da autoridade política dos Principais no universo indígena situado no rio Negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concessões de honrarias e as negociações de mercadorias definiram a maneira como as relações de alianças entre portugueses e Principais indígenas se configuraram no rio Negro, especialmente em Barcelos, durante a metade das décadas de 50 e 60 do século XVIII. No entanto, tais estratégias de aproximação entre os dois lados não foram inauguradas com o advento do período pombalino na Amazônia, visto que as trocas comerciais de produtores coloniais ou europeus e a implantação do *Principato* pelos missionários jesuítas em seus aldeamentos espalhados pelas margens dos rios amazônicos já cumpriam o papel de formadores de alianças com os indígenas em séculos anteriores.

Embora não fossem novidades nas tentativas lusitanas de consolidar a aproximação dos indígenas e de estabelecer com eles duradouros laços de amizade, a emergência dos “novos” acontecimentos iniciados com as retumbantes mudanças ocasionadas pelos conflitos nas linhas fronteiriças do Noroeste amazônico, cujos desdobramentos foram acompanhados pelas reformas pombalinas, contribuiu para que o grau de importância dos títulos concedidos e das mercadorias negociadas continuasse elevado na formação de alianças, sobretudo com os Principais indígenas.

No entanto, a razão determinante para isso no médio rio Negro foi o fato da região, próxima dos domínios fronteiriços da Coroa espanhola, ter se tornado em um dos epicentros da expansão do Estado colonial português na Amazônia Ocidental. Como vimos, a história desta parte do rio Negro também foi marcada pela transformação das antigas aldeias carmelitas em vilas e lugares, sendo Mariuá o aldeamento mais afetado por conta de sua refundação pelo Governador Mendonça Furtado em vila de Barcelos e capital da Capitania de São José do Rio Negro, além de ter sido convertido por ele em base para o encontro das comitivas luso-castelhanas de demarcação de limites em 1758.

A convergência de medidas políticas tão radicais para um único local resultou no avanço de projetos urbanísticos que visavam reformular toda a configuração física daquele território em direção à consolidação da capital política-administrativa do rio Negro. Entretanto, o “combustível” essencial para tentar trazer à realidade essa ambiciosa pretensão colonial lusitana era a mão de obra indígena angariada através dos descimentos intermediados pelos Principais que, ao mesmo tempo, controlariam tal força de trabalho disponível na vila.

À vista do papel dos Principais na intermediação dos descimentos e no controle do braço indígena face às demandas oriundas das intensas revitalizações da rede urbana, houve a

reconversão de Mariuá em um autêntico espaço de concessões e de negociações, onde as honrarias e as mercadorias continuaram sendo estratégicas na constituição de alianças com os Principais naquele cenário tomado pelos efeitos colaterais das reformas pombalinas e dos conflitos geopolíticos de fronteiras.

Por outro lado, as concessões e as negociações analisadas foram bastante reveladoras no que diz respeito aos interesses dos indígenas nesses processos de formação de alianças. O interesse dos indígenas no desenvolvimento das relações de amizade com os portugueses, retomando a hipótese de nosso estudo, foi estimulado pela percepção de que as concessões de honrarias e as negociações de mercadorias fortaleciam de maneira efetiva a autoridade política dos Principais, tanto na vila colonial de Barcelos quanto no mundo indígena situado no rio Negro.

Em primeiro lugar, acerca das concessões de honrarias, detectamos o fenômeno do revigoramento do poder político indígena no âmbito de Barcelos a partir da atuação dos Principais Camandri, Teles e Oliveira. Tomando emprestado os termos usado por Fernando Roque Fernandes, esses Principais haviam praticamente se tornado *lideranças coloniais* após o comprovado envolvimento que cada um teve por longos anos em funções administrativas e militares, bem como na gestão e controle da mão de obra indígena. A posição de poder político que ocuparam no cotidiano da esfera colonial da vila foi indubitavelmente fortalecida com a honraria de *Principal*, que resultou, inclusive, na criação do que chamamos de *nobreza indígena da terra*. A titulação de *Principal* concedida à Camandri, Teles e Oliveira viabilizou o exercício da autoridade que detinham, e que posteriormente acabou sendo complementada com outros cargos e “patentes”, entre portugueses e indígenas que reconheciam suas lideranças.

No entanto, verificamos também que a autoridade dos Principais reconhecida pelo poder colonial através da concessão de tal título não se limitou à vila de Barcelos, como foi o caso do Principal Manoel e suas relações de comércio independente com os “mocambos de índios”. Nesta ocorrência, mostramos que Manoel utilizou a sua autoridade de *liderança colonial* para transitar quase despercebido entre os domínios coloniais lusitanos e a floresta composta pelos mocambos, ao mesmo tempo em que driblava a vigilância dos funcionários do alto escalão político de Barcelos para que o seu comprometimento nos tratos comerciais alternativos com esses acampamentos de “rebeldes e fugitivos” não fosse descoberto.

Sobre esse episódio, suponhamos ainda que do ponto de vista dos chamados “amocambados” a autoridade política de Manoel, proveniente da honraria de *Principal*, não tinha qualquer valor ou importância naquele cenário de trocas comerciais independentes onde o Estado colonial não exercia controle direto. Para os “amocambados”, o que interessava era

apenas o que Manoel poderia fornecer a eles em termos materiais, mas, no caso do nosso Principal, a sua autoridade política continuava valendo nos limites espaciais de Barcelos, sendo o posto de poder que possibilitava a ele o estabelecimento de relações de comércio independente fora da capital do rio Negro.

Em segundo lugar, constatamos que as negociações de mercadorias ocorridas em Barcelos, além de permanecerem como um dos eixos centrais na formação das alianças, foram vistas pelas lideranças indígenas que participaram das conversações com as autoridades coloniais e militares como eficazes instrumentos de manutenção da autoridade política que detinham entre os indígenas que lideravam. Um detalhe que fundamentou esse apontamento durante a análise dos casos de negociação de mercadorias é que as chefias contatadas a partir de 1755 não estavam totalmente imbricadas com a sociedade colonial de Barcelos, embora sejam referidas na documentação oficial consultada como *Principais*.

Esta particularidade, percebida nas fontes manuscritas e impressas, auxiliou na formulação do argumento de que os chefes como Manacaçari, Uemayava e Canauánuma – que podiam ter prévia experiência em trocas comerciais com distintos grupos indígenas e outros europeus ou comerciantes particulares – manifestaram interesse nas negociações de mercadorias com os portugueses com o objetivo de terem em posse os bens materiais que atendessem os interesses da coletividade indígena que representavam. Em acréscimo, após obterem as mercadorias que desejavam, ainda fortaleceriam com o apoio delas a autoridade e o prestígio de chefia que possuíam dentro de seus grupos étnicos.

A alegação em questão também tem em vista que nem todas as negociações de mercadorias com as lideranças nativas em Barcelos trouxeram os resultados esperados pelos portugueses a não ser fracassos e prejuízos, dado as atuações dos chefes Cucuí, Emmu e Manacaçari. Isso demonstrou que, para essas chefias, o que realmente interessava naquelas negociações não eram as alianças com os colonizadores que fundaram uma capital política-administrativa próxima das terras e rios em que habitavam, mas a variedade de utensílios que os invasores ofereceram pelas suas alianças e que continuariam a revigorar a posição de poder que ocupavam em suas comunidades tradicionais, assim como nas relações de comércio que praticavam.

No mais, o principal problema que a pesquisa enfrentou e não conseguiu superar foi a impossibilidade de explorar a fundo, por meio da documentação oficial, a perspectiva dos indígenas daquele período em Barcelos em torno da concessão da honraria de *Principal* ou de outras “patentes” e das mercadorias que adquiriram nas negociações. Este aspecto seria

essencial para desvendar os diversos significados e valores (simbólicos e rituais) que eles atribuíram a esses elementos constituidores de alianças.

Do mesmo modo, não foi possível completar a tabela das mercadorias negociadas com os Principais que está destaca na seção ANEXOS deste trabalho com as línguas indígenas do rio Negro que selecionamos para esta tarefa. Isso ocorreu devido às limitações dos dicionários que consultamos ou das dificuldades de acesso a outros dicionários que podem conter as traduções em Tukano, Baniwa e Maku das palavras que faltaram para preencher o nosso quadro, como: “aguardente”, “arroz”, “azeite”, “bala”, “calção”, “camisa”, “feijão”, “foice”, “navalha”, “pote”, “sal” e “vinagre”. A ideia a seguir é buscar trabalhar de forma aprofundada esses problemas elencados em futuras pesquisas em torno, por exemplo, da utilização das negociações de mercadorias pelas lideranças indígenas do rio Negro no contínuo cumprimento do “papel tradicional” de chefias durante a vigência do Diretório Pombalino.

FONTES

Fontes impressas:

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Dicionário topográfico, histórico, descritivo, da Comarca do Alto Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BARROS, Cândida; LESSA, Antônio Carlos. (Orgs). **Dicionário da língua geral no Brasil**. Belém: MPEG, 2015.

BLUTEAU, Raphael. **Dicionário português e latino**. Lisboa, Coimbra: Companhia de Jesus, 1712.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 4. ed. – São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

DANIEL, João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DIAS, Gonçalves. **Diccionario da Lingua Tupy**. LIPSIA: F. A. BROCKHAUS, 1858.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [1785] 1983.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Ebook: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.

FURTADO, Francisco Xavier de. **“DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário”**. Fonte impressa consultada em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. – Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi antigo: a indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global, 2013.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até às ultimas colonias do Sertão da Provincia**. Pará, Typographia de Santos & Irmaos, [1768] 1862.

PRAT, André. **Notas históricas sobre as missões carmelitas no extremo norte do Brasil (século XVII-XVIII)**. Ordem Carmelita, Recife, 1941.

POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

PORRO, Antonio. **Dicionário Etno-Histórico da Amazônia colonial**. Cadernos do ieb, São Paulo, 2007.

PÓVOAS, Joaquim de Mello e. **Cartas do Primeiro governador da Capitania do Rio Negro. Joaquim de Mello e Póvoas**. Manaus: CEDEAM, 1983.

RAMIREZ, Henri. **A Fala Tukano dos YE'PÂ-MASA**. Tomo II, Dicionário. Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, CEDEM, 2019.

_____. **A língua dos Hupd'ah do alto Rio Negro: dicionário e guia de conversação**. Saúde Sem Limites: Cidadania, Saúde e Interculturalidade, 2006.

_____. **Dicionário da Língua Baniwa**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma no anno de 1774 e 1775**. Lisboa: Typographia da Academia, 1823.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionario da Lingua Portugueza**. Editora – Empreza Litteraria Fluminense de A.A. da Silva Lobo, Rio de Janeiro, Tomo 1, 1890.

_____. **Dicionario da Lingua Portugueza**. Lisboa: Na Typographia de M. P. de Lacerda, Tomo 2, 1823.

STRADELLI, Ermano. **Vocabularios da lingua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú portuguez, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em lingua geral nheêngatú poranduua**. Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo 104, Volume 158, 1929.

TRATADO de limites das conquistas entre os muitos altos e poderosos senhores Dom João V, Rey de Portugal, e D. Fernando VI, Rey de Espanha, assignado em 13 de Janeiro de 1750, Madrid, e ratificado em Lisboa a 26 do dito mez, e em Madrid a 8 de Fevereiro do mesmo anno. In: REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. Belém: SECULT, 1993.

Fontes manuscritas:

Arquivo Público do Estado do Pará – APEP (fontes digitalizadas)

Códice 63, documentos: 10, 11, 95, 133.

Código 79, documentos: 12, 16, 54, 55, 56, 62, 63, 72, 91, 97, 128, 129, 131, 176, 182, 197, 199, 200, 228, 267, 268, 279, 305.

Código 85, documentos: 33, 111, 137, 138, 143, 144, 145, 158, 162, 163, 197, 199, 223, 292, 320, 337, 340, 382, 386, 400, 439, 440, 468, 532, 536, 537, 573, 598, 599, 623, 624, 673, 679, 702, 713, 724, 747, 752, 755, 759, 775, 781, 822, 939, 976.

Código 92, documento: 59.

Código 93, documento: 3.

Código 96, documentos: 5, 14, 27.

Código 99, documentos: 71, 83, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 130, 158, 209.

Código 100, documentos: 33, 34, 35.

Código 110, documentos: 98, 118, 119, 121, 122, 207, 316.

Código 121, documento: 203.

Código 128, documentos: 18, 21, 106, 107.

Código 133, documentos: 31, 32, 122, 187, 189, 190, 220.

Código 139, documento: 5.

Código 145, documento: 1.

Código 152, documento: 16.

Código 155, documentos: 7, 9, 13, 14, 51, 75, 105.

Código 156, documentos: 2, 271, 275.

Código 157, documento: 486.

Código 165, documento: 141.

Código 169, documento: 9.

Código 190, documentos: 77, 80

Código 360, documento: 11.

Fontes iconográficas:

Arquivo Público do Estado do Pará – APEP (fonte digitalizada)

Planta da Vila de Barcelos, desenho de Felipe Sturm (sem data). **Códice 99, documento: 71.**

Biblioteca Nacional do Brasil

"Canôa de meia coberta". Desenho de Joaquim José Codina, 1785.

Prospecto do Lugar de Caldas. Desenho de Joaquim José Codina, sem data.

"Igarité, Ubá, Jangada". Desenho de Alexandre Rodrigues Ferreira, sem data.

Le ne fay rien sans Gayeté (Montaigne, Des livres), Ex Libris José Mindlin.

"Prospecto da Aldea de Mariuâ, administrada pelos Religiosos Carmelitas, onde se acha o Arrayal". Desenho de João André Schwebel, 1758.

Localização das aldeias fundadas e administradas pelos carmelitas no rio Negro. Desenho de João André Schwebel, 1758.

"Mapa Geografico do Rio das Amazonas...". Desenho de João André Schwebel, 1758.

REFERÊNCIAS

Bibliografia citada e consultada:

ADRIÃO, Denize Genuina da Silva. **O processo de identificação étnica: a recriação da identidade indígena de Barcelos-AM**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ANDRELLO, Geraldo. et al. **Mapeando lugares sagrados: patrimônio imaterial, cartografia e narrativas em Iauaretê**. In: Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

_____. **Escravos, descidos e civilizados: índios e brancos na história do rio Negro**. Revista Estudos Amazônicos. Vol. V, nº1, 2010.

_____. **Cidade do Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê**. São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2006.

ALBUQUERQUE, Martinho. **A extração da piaçaba na região de Barcelos**. In: Mobilizações étnicas e transformações sociais no rio Negro / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior. – Manaus: UEA Edições, 2010.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Magazão**. Porto: FAUP, 1998.

ARRAES, Esdras Araujo. **As vilas de índios dos sertões do norte e do estado do Maranhão: desenho, território e reforma urbana no século XVIII**. ANTÍTESES, v. 11, n. 21, 2018.

ARENZ, Karl Heinz. **Lacaios ou líderes: os principais indígenas nos aldeamentos jesuítcos da Amazônia portuguesa (século XVII)**. In: Novos olhares sobre a Amazônia colonial. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

_____; SILVA, Diogo Costa. **“Levar a luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”: fundação e consolidação da Missão Jesuíta na Amazônia Portuguesa (século XVII)**. – Belém: Editora Açaí, 2012.

ALVES, Dysson Teles. **O Tempo dos Régulos do Sertão: O contrabando de índios na Amazônia Portuguesa (c-1700 c-1750)**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **A atuação dos indígenas na história do Brasil: revisões historiográficas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº75, 2017.

_____. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, (Coleção FGV de Bolso, 15), 2010.

_____. **Os Índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial: Novos Súditos Cristãos do Império Português**. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARRA, Camila Sobral; DIAS, Carla. (orgs.). **Barcelos indígena e ribeirinha / um perfil socioambiental**. -- São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

BASTOS, Carlos Augusto. **No limiar dos impérios – A fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: Projetos, circulações e experiências (c. 1780 –c. 1820)**. São Paulo: Hucitec, 2017.

BELIK, Daniel. **Caminhos Indígenas: Espaços de movimentação pela Amazônia**. Revista Espacialidades [online]. v. 15, n. 2, 2019.

BOMBARDI, Fernanda Aires. **Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BORGES, Ricardo dos Santos; GUZMÁN, Décio de Alencar; MEIRA, Márcio. **O papel estratégico da mão de obra indígena na urbanização da vila colonial de Barcelos (1755-1761)**. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 19, n. 3, 2024.

_____. **Entre a capital e a fronteira: os povos indígenas do rio Negro na formação espacial de Barcelos (1728-1764)**. Monografia (Graduação em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BUCHILLET, Dominique. **Contas de vidro, enfeites de branco e “potes de malária”: Epidemiologia e representações de doenças infecciosas entre os Desana do alto Rio Negro**. In: *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico* / organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CABALZAR, Aloísio; RICARDO, Carlos Alberto (orgs.). **Povos Indígenas do alto e médio rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental no noroeste da Amazônia brasileira – Mapa/Livro**. São Paulo: ISA/FOIRN/MEC, 1998.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos: Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial**. Curitiba: CVR, 2017.

CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. **“DOMINAR HOMENS FERÓZES”: Missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686 – 1757)**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América: O caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo: Editora Livraria de Física, 2016.

_____. **O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: Uma inflexão.** Campos 7(1): 2006.

CORBELLINI, Luciano Maciel. **Manejo e Agrobiodiversidade na Agricultura Indígena de Barcelos, Rio Negro (AM), Brasil.** Monografia (Graduação em Ciências Biológicas), Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

COSTA, Graciete Guerra da. **Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira.** Tese (pós-doutorado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CRUZ, Roberto Borges da. **Farinha de “pau” e de “guerra”: os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722 – 1759).** Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Pará, 2011.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII.** – Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DREYFUS, Simone. **Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orinoco e o Corentino) de 1613 a 1796.** *Ecole des Hautes Etudes em Siences Sociales.* CEDI – P.I.B, 1987.

DIAS, Camila Loureiro. **Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade.** Estudos Avançados 33 (97), 2019.

_____. **O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (século XVII e XVIII).** Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra/Anpocs. 1991.

FERNANDES, Fernando Roque. **O Teatro da Guerra: índios principais na conquista do Maranhão (1637-1667).** Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

_____. **A manutenção das tradições: O papel do Índio Principal no processo de colonização da Amazônia (1640 – 1661).** REVISTA ENBORNAL, v.3, 2013.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia portuguesa (1733 – 1777).** Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Pará, 2016.

FILHO, João Meirelles; MARTINS, Fernanda de O. **A Amazônia viajante “Até dizer chega”: a contribuição dos viajantes ao porvir amazônico – do século 16 ao fim do ciclo da borracha.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nº 37, 2018.

FONSECA, André Augusto da. **Reformismo ilustrado e política colonial: negociações e resistência na Capitania do Rio Negro (1751 – 1798)**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FONTENELE, Francisca Nescylene. **Grão-Pará Pombalina: Trabalho, desigualdade e relações de poder**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. **História e memória da carpintaria naval ribeirinha da Amazônia**. VI Simpósio Nacional da História Cultural – Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal de Piauí – UFPI, Teresina-PI, 2009.

GUERREIRO, Antonio. **Chefia e política na América do Sul indígena: um balanço bibliográfico para além do modelo clastreano**. São Paulo, n. 87, 3/2018.

GUZMÁN, Décio de Alencar. **A urbanização dos carmelitas ‘çapatuýma’ no Rio Negro (sécs. XVII – XVIII)**. In: ARENZ, Karl; LIMA, João. Igreja e Religiosidade na Amazônia colonial. Belém: E-book, 2021.

_____. **Dans le labyrinthe du Kuwai: Échanges, guerres et missions dans la vallée de l’Amazone (1650-1750)**. Tese (Doutorado em História), Laboratoire de Recherche Civilisations et littératures d’Espagne et d’Amérique du Moyen-Âge aux Lumières, Sorbonne Université, Paris, 2018.

_____. **La primera urbanización de los ‘Abunás’: mamelucos, Indios y Jesuitas en las Ciudades Portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII**. Boletín Americanista, v. 67-2, 2017.

_____. **Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII)**. In: Clara GARCIA & Manuel Ramos MEDINA (comp.) / Ciudades mestizas: Intercambios y continuidades en la expansión occidental, Siglos XVI a XIX. México: Centro de Estudios de Historia de México – CONDUMEX, 2001.

_____. **História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII – XX)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798 – 1840**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 4ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOWARD, Catherine V. **A domesticação das mercadorias: Estratégias Waiwai**. In: *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico* / organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

HULSMAN, Lodewijk. **Escambo e tabaco: o comércio dos holandeses com os índios no delta do rio Amazonas (1600-1630)**. In: *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

LOLLI, Pedro. **Nos caminhos dos Yuhupedh: travessias e conhecimento no igarapé castanha**. In: *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro* / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

LOPES, Gustavo Acioli. **Infiltrando Impérios: o tabaco e o mercado atlântico global (séculos XVI-XVIII)**. In: *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)* / organização Leonardo Marques, Alexsander Gebara. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. *Année Sociologique*, 2º série, v.1, [1923-24] 1925.

MAXELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRA, Márcio. **A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico**. EdUFSCar, 2018.

MORGADO NETO, José Marques. **Casas nobres em Belém do Pará: segunda metade do século XVIII e início do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MOTA, Oziane de Jesus de Lima. **Trabalho indígena na economia do Grão-Pará e Rio Negro (Segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NABUCO, Joaquim. **O direito do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1941.

NEVES, Eduardo Góes. **Uma rede de fios milenares: um esboço da história antiga do rio Negro**. In: Marina Herrero; Ulysses Fernandes. (Org.). *Baré: Povo do Rio*. 1ed. São Paulo: Edições SESC, 2015.

NEVES, Tamiris Monteiro. **“Intoleráveis excessos e excessivos abusos”**: a prática dos resgates no Estado do Maranhão. In: Novos olhares sobre a Amazônia colonial. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

OBERACKER, Carlos. **Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século XVIII: Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm**. In Revista de História Vol. 44 nº 89, 1972.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **As drogas e os sertões: Investigações sobre as mercadorias na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira**. In: As Drogas do Sertão e a Amazônia Colonial Portuguesa / organizador Rafael Chambouleyron. – Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2023.

PAZ, Adalberto. **Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia**. Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 12, 2020.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Bons chefes, maus chefes, chefões: elementos de filosofia política ameríndia**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2011.

PERDIGÃO, Jordan Lima. **Os Carmelitas na Amazônia Ocidental: as Missões Carmelitas na Amazônia Portuguesa Ocidental (séculos XVII e XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

POETTERING, Jorun. **As obras urbanas como meio heurístico para a exploração da sociedade colonial**. In: “Em benefício do povo”: obras, governo e sociedade na cidade colonial / organizadores: Jorun Poettering, Gefferson Ramos Rodrigues. – Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

POMPEU, André dos Santos. **Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PORRO, Antonio. **História Indígena do alto e médio Amazonas, Séculos XVI a XVIII**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manoela (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

_____. **As Crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

_____. **Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia**. Revista do Museu Paulista. Nova Série – Volume XXX. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

RAMINELLI, Ronald. **Nobreza e principais da terra – América portuguesa, séculos XVII e XVIII**. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, 2018.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. Belém: SECULT, 1993.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. – Brasília: Senado Federal, 2005.

ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: Sociedade, Hierarquia e Resistência (1751-1798)**. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. **Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial**. História: Debates e Tendências – v.8, n. 2, 2009.

SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

_____. **“Aleivosos e rebeldes”: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

_____. **Cidades desaparecidas na Amazônia Portuguesa. Poiares, século XVIII e XIX**. História Social, Campinas – SP, nº 10, 2003.

SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **1755, o ano da virada na Amazônia Portuguesa**. Somanlu, ano 8, n.2, jul./dez. 2008.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. **“Diz o índio...”: políticas indígenas no vale amazônico (1777-1798)**. -1. ed. – Jundiá [SP]: Paco, 2018.

SANTOS, Sandrielle Pessoa dos. **Tempo e espaço na Amazônia colonial: Da Vila de Ega à cidade de Tefé, Séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SARMENTO, Francisco da Silva. **O médio rio Negro indígena: aspectos históricos, socioculturais e panorama antropológico contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVEIRA, Arlindyane Santos da. **Educação e civilidade jesuítas no estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **As autoridades indígenas nos aldeamentos no tempo do Diretório: principais e oficiais**. In: Novos olhares sobre a Amazônia colonial. / organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

_____. **Tramas do Cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed.ufpa, 2012.

SOMMER, Barbara. **Colony of the “Sertão”: Amazonian expeditions and the Indian slave trade**. The Americas, Cambridge, 2005.

SWEET, David. **A rich of nature destroyed: the Middle Amazon valley, 1640-1750**. Tese (Doutorado) – University of Wisconsin, Madison, USA, 1974.

TENÓRIO, Poani Higino Pimentel; CABALZAR, Aloísio. **No caminho da cobra de pedra: narrativa de transformação e lugares importantes para os Tuyuka do alto Tiquié.** In: Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

VALE, Stephanie Lopes do. **“Adequar e não inovar”: Implementação da Justiça na Capitania de São José do Rio Negro.** Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

VALLE, Raoni. **Arqueologia rupestre no baixo rio Negro: diálogo com as perspectivas indígenas do alto Negro – Amazônia Ocidental Brasileira.** In: Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro / organização Geraldo Andrello. – São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

VIDAL, Silva M. **American groups of northwest Amazonia. Their regional system of political-religious hierarchies.** *Anthropos*, v. 94, 1999.

WRIGHT, Robin. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro.** Campinas: Mercado de Letras: ISA, 2005.

_____. **lalanawinai. O branco na história e mito Baniwa.** In: Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico / organizadores Bruce Albert e Alcida Rita Ramos. – São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ANEXOS

Lista das mercadorias negociadas com os Principais indígenas em Língua Geral, Tukano, Baniwa e Maku

MERCADORIA	LÍNGUA GERAL	TUKANO	BANIWA	MAKU	OBSERVAÇÕES
Aguardente	Cauím tatá; Saúuára	-	-	-	Em Língua Geral, “cauim” é a denominação genérica das bebidas fermentadas e preparadas pelos indígenas a partir da mandioca, do milho, do caju, do ananás e de outras frutas.
Agulha	Auí; Auy	awí	áawi	m’aj’-ut	Em Tukano, “awí” é uma palavra que tem origem no nheengatu.
Arroz	Abatií; Auatií	-	-	-	Segundo Antônio Cunha, o arroz é conhecido na língua tupi como “Abatij” ou “Abatijmirin”; o milho é designado da mesma forma, como “abaty”.
Azeite	Jandý; Nhandi; Randy (vegetal)	-	-	-	-
Anzol	-	wehekahá	-	hõp-käk	-
Bala	Itá-apuan	-	-	-	-
Calção	Torina; Cerura	-	-	-	-
Camisa	Typoia	-	-	-	-
Chumbo	Moniçaõ; Itamembéca; Itámeméca	-	-	tëg-ho- tëg-wäg	-

Espelho	Uaruá; Uruáb; Arugûá	eo-	kánnaali	moywäk	-
Faca	Kicé; Kicê; Kisé	di'píhí	maliye	wan-teh	Na língua Tukano, “di'píhí” também significa terçado.
Farinha	Uy (farinha de mandioca)	po'ká	matsóka	kèn	A farinha negociada com os Principais na vila de Barcelos estava organizada em paneiros. Na língua Tukano, paneiro de farinha está designado como “po'kágá”. Em língua Maku, o nome é “ken maj”. Em Língua Geral, conforme Stradelli, paneiro de farinha significa “Uy-irerú”.
Feijão	Comandá; Comandâmirî; Cumandâi	-	-	-	De acordo com Antônio Cunha, feijão, em Língua Geral, é um nome “comum a várias plantas da família das leguminosas”.
Foice	Kicé-apára	-	-	-	-
Garrafa	-	-	garáapha	b'öh-töd'	-
Machado	Gy; Ndgi; Ngi; Ié	komêga (machado de ferro); ita komé, yirî-kome (machado de pedra)	dzóoka	mom; mom-tëg (machado de metal)	-
Navalha	Navaya; Marupá	-	-	-	Conforme Antônio Cunha, “Marupá” significa “Navalha de cana,

					ou palha”. Ainda no dicionário organizado por Cunha, Marupá faz parte das plantas “da família das simarubáceas”.
Paneiro	Yrucacanga; Panacú; Uaturá; Urasucanga; Iamasi	tecer	dzawithída	teri-maj	As fontes documentais concernentes às negociações de mercadorias em Barcelos não especificam o formato dos paneiros que armazenaram alimentos como farinha, sal ou feijão. Todavia, segundo Stradelli, os modelos de paneiros em Língua Geral são: Pacará (paneiro com tampa em forma de baú); Coromondú (cone); Urú (bojudo e geralmente não muito grande); Picuá (paneiro pequeno que servia para transportar equipamentos de pesca); Mariti (usado pelos caçadores), este nome também é utilizado para identificar “qualquer saccola que o substitua”.
Pano	Sútiro	-	yamakátti	yud b’ah	-

Pente	Kybába; Kygûaba;	i'îro	mawida	päç	-
Prego	Itá pigoá; Tapuá; Itapoan; Itapuã	-	tápoa	-	-
Pimenta	Kyinha	biâ (termo genérico)	áatti; mítsa (termos genéricos)	ków	A pimenta negociada com o Principal Manacaçari é descrita nas fontes como “pimenta do reino”, que em Língua Geral significa “Kinhasuaiauára”.
Pólvora	Mocacuí; Mucacuí	-	paáli	-	-
Pote	Camuti; Camuci	-	-	-	-
Sal	Iukyra	-	-	-	-
Tabaco	Pytyma; Pityma	mi'rô	dzéema	hut	Antônio Cunha afirma que o tabaco é a planta “da família das solanáceas, <i>Nicotiana tabacum</i> ”. No dicionário de Stradelli, há outros tipos de tabacos descritos em Língua Geral, como: Mupixin (conhecido no rio Solimões por ser usado para limpar os dentes); Pytimantá (tabaco em molho); Pytimacul (tabaco em pó); Pytymayua (planta do tabaco).

Tesoura	Piranha	poâri seeró	piiri	hey'-b'ah	-
Vinagre	Saí; Cauin-saí	-	-	-	-
Vinho	Cauím; Caryua-cauin	koo	-	-	-

Fontes: STRADELLI, Ermano. **Vocabularios da lingua geral portuguez-nheêngatú e nheêngatú portuguez, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em lingua geral nheêngatú poranduua.** Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo 104, Volume 158, 1929, pp. 89, 115, 123, 124, 137, 138, 149, 200, 206, 208, 209, 213, 252, 280, 292, 295, 297, 299, 334, 338, 353; BARROS, Cândida; LESSA, Antônio Carlos. (Orgs). **Dicionário da língua geral no Brasil.** Belém: MPEG, 2015, pp. 93, 94, 118, 125, 148, 203, 212, 215, 261, 285, 298, 308, 314, 317, 322, 362, 388; CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.** 4. ed. – São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, pp. 42, 108, 112, 208; DIAS, Gonçalves. **Diccionario da Lingua Tupy.** LIPSIA: F. A. BROCKHAUS, 1858, pp. 40, 87, 88; NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de Tupi antigo: a indígena clássica do Brasil.** São Paulo: Global, 2013, pp. 21, 22, 24, 25; RAMIREZ, Henri. **A Fala Tukano dos YE'PÂ-MASA.** Tomo II, Dicionário. Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia, CEDEM, 2019, pp. 10, 36, 87, 125, 215, 216, 230, 231, 237, 242, 243, 248, 249, 251; _____. **Dicionário da Língua Baniwa.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001, pp. 47, 353, 354, 355, 359, 362, 363, 364, 365, 369; 370; _____. **A língua dos Hupd'ah do alto Rio Negro: dicionário e guia de conversação.** Saúde Sem Limites: Cidadania, Saúde e Interculturalidade, 2006, pp. 86, 98, 118, 221, 222, 229, 235, 236, 238, 244, 249, 250, 251, 258.